

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição
da IVª Internacional (CORQI)

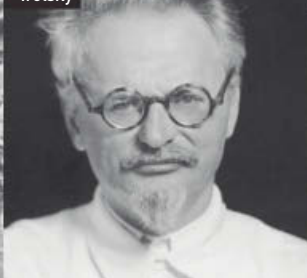
1938-2018 A IVª INTERNACIONAL FAZ 80 ANOS



Lenine



Trotsky



Leão Sedov



A IVª INTERNACIONAL VIVE E VIVERÁ!



Azânia



França



México



Índice

Apresentação	página 3
<hr/>	
Análise	
Primeiras reflexões sobre a actualidade da IVª Internacional, oitenta anos após a sua fundação	página 4
<hr/>	
A Nossa História	
A conferência de proclamação da IVª Internacional	página 9
<hr/>	
Dossier China	
Em que ponto está a China? (II)	página 15
<hr/>	
Crónica do revisionismo	
França: A direcção da CCI vira costas às mais elementares posições internacionalistas	página 23
<hr/>	
Debate	
44º aniversário da Revolução Portuguesa de 1974	página 27
Actualidades da crise na Tunísia	página 32
<hr/>	
Correspondências da IVª Internacional	
Alemanha	página 35
Azânia/África do Sul	página 35
Benim	página 37
Burundi	página 37
Costa do Marfim	página 38
Marrocos	página 39
México	página 39
Togo	página 41

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)
Director de publicação: Daniel Gluckstein
Editor: Réveil ouvrier
67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)
Tiragem: 3 000 exemplaires
CPPAP : 0618 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

Neste dia 3 de setembro de 2018, a IVª Internacional fará 80 anos. Foi, com efeito, nos primeiros dias do mês de setembro de 1938 que, em plena época das maiores derrotas do proletariado internacional, foi fundada a IVª Internacional com base no seu programa, a fim de assegurar a continuidade das três internacionais precedentes e, em particular, a luta pela continuidade da revolução de Outubro de 1917 e da Oposição de Esquerda no Partido Bolchevique. Assim o recorda o nosso camarada Jean-Jacques Marie no presente número d’*A Internacional*.

Para o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) interessa, para além da efeméride propriamente dita, abrir a mais ampla discussão — nas fileiras das organizações de 35 países filiadas no CORQI, mas muito para além delas — sobre a actualidade do programa da IVª Internacional e a necessidade de construí-la como elemento determinante para permitir às massas agarrarem o seu próprio destino e, expropriando o capital à escala internacional, porem termo à avalanche de sofrimento e barbárie consequência da sobrevivência do sistema capitalista chegado ao seu estágio de apodrecimento. No outono, reúne-se o comité internacional do CORQI, designado na sua segunda conferência internacional, em novembro de 2017⁽¹⁾.

A discussão será naturalmente dominada pela apreciação do momento da situação mundial e das condições extremamente difíceis em que a classe operária é obrigada a desenvolver a sua luta de classe. Caracterizam estas condições a barbárie desenfreada, de que é uma ilustração o destino de centenas de milhares de refugiados expulsos das suas terras pelas guerras e planos de pilhagem do imperialismo.

O comité internacional do CORQI terá, porém, que debater especialmente as condições da luta pela reconstituição da IVª Internacional neste contexto. Assumimos plenamente a reproclamação da IVª

Internacional de 1993 com o camarada Lambert, ao passo que o centro revisionista que tomou a responsabilidade da cisão do verão de 2015 deixou de conhecer quaisquer limites na sua adaptação às correntes mais destrutivas do movimento operário⁽²⁾. E é precisamente porque assumimos esta continuidade que cumprirá ao comité internacional deste outono debater como havemos de explicar a nossa orientação, reflectindo em se e como as hipóteses que formulávamos nos documentos adoptados em 1993 se concretizaram ou não. É esse o sentido do artigo intitulado “Primeiras Reflexões sobre a Actualidade da IVª Internacional Oitenta Anos após a sua Fundação”, do camarada Daniel Gluckstein, que se enquadra desde já como contribuição para a reflexão e preparação da reunião do comité internacional.

Igualmente se inscreve nesta elaboração a segunda parte do artigo consagrado à situação da China hoje, que dá continuidade à reflexão iniciada no nosso número anterior.

Ler-se-ão, ainda, neste número extractos da imprensa das organizações filiadas no CORQI, articulando os respectivos pontos de vista sobre os acontecimentos recentes, do México à Alemanha, passando pela Azânia ou pela Costa do Marfim, ou ainda elementos de reflexão de militantes de Portugal e da Tunísia, organizados ou não — caso do artigo que um leitor da Tunísia nos transmitiu — nas fileiras do CORQI, em consonância com as tradições de livre discussão que sempre prevaleceram no nosso movimento e na respectiva imprensa.

Estes documentos, entregues à reflexão dos nossos leitores, visam lançar a discussão numa direcção que nos leva à actualidade da fundação da IVª Internacional há 80 anos.

Como realça um dos artigos deste número: “*Quanto mais depressa se unirem as fileiras da vanguarda, mais curta será a época de convulsões sangrentas*”.

A redacção

(1) Iniciativa que será autofinanciada, como todas as iniciativas do CORQI e das organizações nele filiadas. Por isso propôs o comité internacional lançar, por ocasião do 80º aniversário da fundação da IVª Internacional, uma campanha financeira internacional com o tema “1938-2018: a IVª Internacional tem 80 anos, 80 anos de luta pela emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, pelo socialismo”. A campanha destina-se a garantir o financiamento das despesas de viagem, de estadia e de organização da conferência. A redacção convida os leitores d’*A Internacional* a contribuírem, na medida das suas possibilidades, para o êxito desta campanha financeira.

(2) Leia-se neste número a “Crónica do Revisionismo”.

Primeiras reflexões sobre a actualidade da IV^a Internacional, oitenta anos após a sua fundação

Por Daniel Gluckstein

O que significa hoje lutar pela reconstituição da IV^a Internacional, oitenta anos depois da sua fundação?

Os militantes do CORQI reivindicam uma continuidade; para começar, reivindicam a continuidade da IV^a Internacional, a qual por sua vez, no seu programa fundador, declara erguer-se aos ombros das suas antecessoras, a I^a, a II^a e a III^a. Assumir o legado destas três primeiras Internacionais é reivindicar a pertinência e a actualidade das análises teóricas de Marx, Lenin, Trotsky, mas também a pertinência e a actualidade da experiência prática feita pelas massas, muito especialmente a da Revolução Russa. É, igualmente, reivindicar a continuidade da luta pela frente única operária em oposição à Frente Popular.

A continuidade que reivindicamos abrange os vários episódios por que a história da IV^a Internacional passou e, portanto, também a história das suas crises: especialmente a luta da secção francesa contra o revisionismo pablista a partir da crise de 1950-1953⁽¹⁾, a longa e difícil luta para reunir condições para poder reproclamar a IV^a Internacional na conferência de 1993, entretendo-se estreitamente com a vontade de trabalhar pelo agrupamento de forças que se orientam para a recomposição do movimento operário com um novo eixo.

Essa mesma continuidade reivindicamos logo na conferência de Turim (fevereiro de 2016), que se concluiria com a constituição do CORQI em resistência e em resposta à ofensiva revisionista liquidacionista que desde junho de 2015 se propôs desfazer a IV^a Internacional.

Estamos em 2018. A questão a que o CORQI tem que responder não é simplesmente a da necessária comemoração histórica, mas a de definir as tarefas da IV^a Internacional no contexto do desenrolar da situação mundial.

A conferência de reproclamação da IV^a Internacional de 1993

A conferência de reproclamação da IV^a Internacional de 1993 baseou-se em dois textos fundamentais, cuja

linha geral adoptou⁽²⁾. Recorde-se o contexto: ruína do Muro de Berlim, estourara a União Soviética; iniciava-se uma ofensiva política, económica e ideológica do imperialismo e forças associadas, “decretando o fim do marxismo”, o fim da própria luta de classes. Reputava-se horizonte insuperável da humanidade o horizonte da economia de mercado. A IV^a Internacional, nisso fiel ao método do marxismo, tinha que partir dos factos para responder à pergunta: verificaram os acontecimentos o programa? Introduce-se assim o relatório consagrado a este tema: *“Os abalos da situação global que se têm sucedido e conjugado a ritmo acelerado centram-se, para simplificar, em dois eixos: Por um lado, paira sobre a humanidade o espectro de uma crise sem precedentes. Crise económica, com os próprios alicerces da produção de riqueza material a desabarem em todo o mundo, abrindo um período de recessão cuja duração e magnitude não são previsíveis. Colapso financeiro iminente, crise social, com as condições de existência da grande maioria a agravarem-se de dia para dia. Guerras larvares, guerras abertas, que inflamam sectores crescentes do planeta.*

Por outro lado, por entre estas manifestações de decomposição à escala mundial, vão-se destacando da própria crise das velhas organizações e dos próprios processos da luta de classes os elementos para a recomposição do movimento operário com um novo eixo. O movimento de emancipação dos trabalhadores e dos povos oprimidos, que desempenhou um papel decisivo tanto no desmoronamento do estalinismo como no das ditaduras na África e na América Latina, assim como na resistência aos planos do grande capital nos países capitalistas desenvolvidos, vê-se face a situações novas, por entre as quais procura desbravar o seu caminho, não sem dificuldades e desvios. Sejam quais forem as formas políticas, nacionais ou religiosas que assumam, os problemas que todos os povos de todos os continentes defrontam convergem hoje para uma única questão por resolver: o beco sem saída do sistema baseado na propriedade privada dos grandes meios de produção.”

Daqui fluía a seguinte alternativa:

“Ou o capitalismo, isto é, a propriedade privada dos meios de produção, uma vez esta restaurada no Leste da Europa, era capaz de garantir o desenvolvimento das

(1) Crise que desarticulou a IV^a Internacional, redundando numa cisão entre os partidários do Programa de Transição (agrupados mormente à volta da maioria da secção francesa, com Pierre Lambert) e aqueles que, como Pablo e Ernest Mandel, decidiram revê-lo, submetendo-se à disciplina do aparelho estalinista, presumido capaz de “construir o socialismo à sua maneira durante séculos de transição”.

(2) Verificaram os acontecimentos o programa da IV^a Internacional? e A luta pela reproclamação da IV^a Internacional, dois relatórios apresentados para discussão das secções em preparação da conferência mundial (publicados em *La Vérité* nº 5, nova série, fevereiro de 1993). Os dois textos foram adoptados pela conferência internacional de 1993, que reuniu delegados de 44 países e reproclamou a IV^a Internacional.

forças produtivas, o desenvolvimento económico e social. Nesta hipótese, teria que se considerar que o marxismo e o Programa de Transição da IV^a Internacional⁽³⁾ estavam enganados, visto basearem-se na análise de que o capitalismo, uma vez chegado à sua fase imperialista, se tornara impotente não só para desenvolver as forças produtivas, mas inclusive para oferecer outro futuro que não fosse o declínio e a barbárie.

Ou o beco sem saída do sistema da propriedade privada dos meios de produção se reflectia nas próprias condições da sua restauração — ou não-restauração — na ex-URSS e na Europa de Leste. Daí decorrendo, em tal caso, em toda a sua actualidade, a luta pelo derrube do sistema falhado da propriedade privada dos meios de produção e pela sua substituição pela propriedade social, pela propriedade colectiva dos meios de produção”.

Apoiando-se em números e documentos, o relatório mostrava que o alargamento brusco da economia de mercado à ex-URSS e à Europa de Leste, longe de dar num novo surto da economia capitalista, iria, pelo contrário, representar um factor suplementar de apodrecimento da economia capitalista. E isso, acrescentava o relatório, anunciava uma ofensiva sem precedentes contra os trabalhadores e os povos, um período de guerras e de desmembramento das nações, de privatizações e desregulamentação, período caracterizado por um “declínio económico sem precedentes”, em que “reina a especulação”. Numa palavra: a sobrevivência do capitalismo chegado ao estágio do imperialismo, tal como analisado por Lenine no início do século XX, resultava em fenómenos destrutivos e repressivos de amplitude algumas décadas antes inimaginável, reflectindo-se, em particular, num crescimento sem limites das “forças destrutivas” — a saber, para recorrer à terminologia de Marx, “o maquinismo e o dinheiro”, aos quais Rosa Luxemburgo acrescentava “a economia armamentista e de guerra”. Do que mais do que nunca ressaltava a necessidade de lutar pelo socialismo, pela expropriação do capital para livrar toda a humanidade da decomposição.

Vinte e cinco anos nos separam da publicação daquele relatório de 1993. Os factos, como os trabalhadores e os povos podem observar, só confirmam, em todos os domínios, a “perspectiva” delineada pelo segundo ramo da alternativa antes citada. Cingindo-nos a uma única ilustração, citemos este passo do relatório de 1993: “Nessa louca espiral de uma economia cada dia sorvida pelo turbilhão especulativo, avulta o papel desempenhado pelo endividamento, em particular pelo endividamento público. A dívida mundial é avaliada pelos especialistas em 30 biliões (milhões de milhões) de dólares!”.

Para sermos mais exactos: essa dívida mundial de 30 biliões de dólares (números de 1990) representava na altura um ano e quatro meses do PIB mundial. Em 2017, a dívida mundial multiplicou-se por oito: o seu montante actual (237 biliões de dólares) representa agora três anos e três meses do PIB mundial!

Centenas de milhões de milhões de dólares, em parte fictícios, em parte reais, injectados na economia capitalista, oficialmente em nome do relançamento da produção... Centenas de milhões de milhões de dólares que, no essencial, mais não fazem do que alimentar a especulação. Sem este endividamento forçado, sem esta punção enorme sobre os rendimentos vindouros dos consumidores, a economia ter-se-ia desmoronado. Porém, essa especulação que não pára de inchar gera bolhas que rebentam umas atrás das outras: a de 2000-2001, a da grande crise de 2007-2008, a da futura grande crise que está para vir. A um ponto tal que, no ponto de vista da economia real, os especialistas capitalistas ousam agora falar de “estagnação secular”. Após a guerra dos Cem Anos⁽⁴⁾, a estagnação dos cem anos, o apodrecimento em pé do capitalismo, estendendo-se, no dizer dos seus próprios defensores, por um século ou mais. O conjunto destes factores resulta num agravamento das

condições de sobre-exploração da classe operária. Com efeito, para poder alimentar estas massas de capitais, para poder, face a elas, tirar apesar de tudo lucros, é bem preciso que de alguma parte se consiga extorquir mais mais-valia. De um modo ou de outro, todos estes processos especulativos têm origem na sobre-exploração da classe operária, do mesmo passo que a intensificam. De cada vez que, nos últimos trinta anos, se atacou um direito operário num ou noutro canto do planeta, de cada vez que a idade da aposentação foi atrasada, que os contratos colectivos e os estatutos foram flexibilizados, que as empresas foram deslocadas para zonas de mais baixos custos, que se desenvolveu o trabalho precário ou informal, que se privatizaram serviços públicos, de cada uma dessas vezes foram novas fontes de lucros tirados directamente ao valor da força de trabalho e transferidos para a esfera da especulação.

A incapacidade do capitalismo para abrir áreas de crescimento

O que apenas vem incrementar quanto se indicava no texto de 1993 — a incapacidade, portanto, do capitalismo para rasgar, durável e suficientemente, novas áreas de crescimento.

Nesta situação, assiste-se, conforme então escrevemos, a que a sobrevivência do capitalismo passa pelo deflagrar de novas guerras. As contradições inter-imperialistas acabam nesta situação incrível em que Trump pode dizer publicamente que “declara guerra”, no mesmo movimento, ao Irão, à China, à Rússia, mas também à União Europeia, e em que os dirigentes dessa União Europeia, mais vis do que nunca, suplicam ao “grande irmão” americano que tenha a bondade de os considerar como aliados e não como inimigos. O mundo inteiro treme ante a possibilidade de uma grande guerra, guerra para onde Trump empurra sem deixar de dar uma no cravo e outra na ferradura, guerra para onde o governo Netanyahu empurra descaradamente com a sua lei racista de apartheid destinada a expulsar definitivamente todos os palestinianos de Israel e dos territórios ocupados. Quantos milhões de mortos já, durante os vinte e cinco anos passados sobre a conferência de reproclamação, provocados pelas guerras fomentadas pelo imperialismo nos quatro cantos do mundo, nos Balcãs, no Afeganistão, no Iraque, na Síria, na África Central, sem contar as dezenas e centenas de milhar de vítimas das migrações forçadas através do Mediterrâneo ou, ainda, no âmbito do sequestro do México pelos narcotraficantes ou dos homicídios no Brasil e tantas outras situações?

Ao intitular um artigo “A bomba da dívida mundial de 247 biliões de dólares”, o *Washington Post* (15 de julho de 2018) está a utilizar ostensivamente um vocabulário bélico que caracteriza toda a situação mundial. De um lado, massas de capitais que cada vez menos se conseguem valorizar na produção de mercadorias; do outro, produtores cuja capacidade de consumo se reduz cada vez mais, não deixando o mercado desenvolver-se, fazendo alastrar o parasitismo. Só a economia do armamento experimenta desenvolvimento considerável, graças, uma vez mais, à pressão exercida por Trump, que obteve, para começar, o acordo dos imperialismos concorrentes para aumentarem as respectivas despesas com armamento até 2% do PIB, exigindo agora deles que as subam até 4%, o que representa somas colossais.

Todas as forças destrutivas evocadas por Marx e Rosa Luxemburgo experimentaram no último quarto de século um desenvolvimento ilimitado: com a economia armamentista >>>

(3) Referência ao programa adoptado em 1938 quando da fundação da IV^a Internacional. Fruto da generalização da experiência política e prática, um programa é um conjunto de posições teóricas e de princípio em que o partido assenta e que adquirem relevância no contexto da intervenção prática e da organização.

(4) Entre os reinos de Inglaterra e França, do séc. XIV ao séc. XV.

ANÁLISE

»»» e a especulação, foi esse o caso da automação (informatização, digitalização). Apurou-se que a informática, ao produzir ganhos de produtividade da ordem de 100, 150 ou mesmo 200% para a indústria americana, se traduz na diminuição da massa dos efectivos assalariados e na estagnação do poder de compra.

Confirmação brilhante do Programa de Transição: “As novas invenções e progressos técnicos deixaram de produzir crescimento da riqueza material. As crises conjunturais, nas condições de crise social de conjunto do sistema capitalista, afligem as massas com cada vez mais privações e sofrimento.”

Portanto, voltando aos dois eixos que caracterizavam a situação mundial nos termos descritos no relatório de 1993, pode-se dizer que o primeiro, “o espectro de uma crise sem precedentes que paira sobre a humanidade”, foi plenamente verificado nos últimos vinte e cinco anos. Que se passou com o segundo, “os elementos de recomposição do movimento operário com um novo eixo”?

O texto do relatório preparatório da conferência de 1993 definia nos seguintes termos a relação entre os processos de “decomposição” e “recomposição” à escala mundial:

“Nesta fase de decomposição acrescida, o sistema da propriedade privada dos meios de produção engendra os factores da sua própria desagregação. Factores de desagregação no plano económico, na medida em que a relação entre especulação e produção tende hoje a agravar-se em favor do primeiro termo; factores de desagregação social, na medida em que, para lutar contra os efeitos da crise, o sistema se vê obrigado a golpear com cada vez maior dureza a classe operária e os povos, provocando uma resistência que representa, ela própria, um obstáculo aos planos de rentabilização do capital; factores de desagregação política, na medida em que a crise do sistema alimenta uma crise de desmantelamento de todas as instituições, Estados, alianças, agudiza as contradições inter-imperialistas, alimenta os fenómenos confrontacionais, incluindo a guerra.

Decomposição e recomposição marcam igualmente a situação do movimento operário. A falência dos partidos da IIª Internacional e dos partidos subordinados à burocracia do Kremlin facilita a obra de desagregação das instituições e conquistas operárias empreendida pelos governos a soldo do FMI e do Banco Mundial. Interrogações, desorientação e incerteza abatem-se sobre amplos sectores militantes. Paralelamente, há militantes e correntes, saídos da crise do movimento operário oficial ou, mais directamente, dos fenómenos de recomposição do movimento operário com um eixo de independência de classe em cada país, que procuram inscrever-se nos processos de recomposição do movimento operário que alimentam os próprios desenvolvimentos da luta de classes ao nível internacional. Por isso a reproclamação da IVª Internacional é inseparável da luta por partidos operários independentes, pela independência de classe organizada, em todas as suas formas, inseparável, portanto, da Conferência Mundial Aberta e da campanha internacional contra as privatizações.”

Que é do processo de recomposição do movimento operário?

E que é do processo de recomposição do movimento operário durante o período que decorreu desde a reproclamação?⁽⁵⁾

Uma coisa é indiscutível: a classe operária bate-se por todo o mundo e, com ela, batem-se todos os povos oprimidos, as diferentes camadas da população que sofrem as consequências

da sobrevivência do imperialismo decomposto. Evoquem-se, nomeadamente: a revolução proletária que irrompeu na Tunísia; as repetidas greves gerais contra os planos ditados pelo FMI, a União Europeia e o Banco Mundial na Grécia, na Espanha, em Portugal, em França; as mobilizações de massa na juventude e as greves de corporações inteiras (professores, por exemplo) nos Estados Unidos; a multiplicação de poderosas greves operárias na China; a sublevação de Marikana e a onda de choque que provocou no movimento operário na África do Sul, assim como muitos outros processos que não se podem aqui mencionar na totalidade, mas que vinculam que a luta de classes continua a ser a luta de classes. A classe operária continua, mais do que nunca, perante as agressões que lhe são praticadas, a levantar-se e a erguer métodos tradicionais da luta de classes — greves, manifestações, ocupações, construção de novas organizações operárias independentes — à escala internacional.

Que é, mais exactamente, da recomposição de uma representação política da classe operária?

Enquanto nunca deixou de partir para a luta e de multiplicar os assaltos, a classe operária viu-se confrontada, no seu próprio campo, com repetidos assaltos vindos das direcções das suas próprias organizações, com repetidos assaltos de uma política de desagregação do carácter de classe das organizações operárias. Especialmente com os movimentos que rejeitavam todo o carácter de classe — fossem *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, *Podemos* em Espanha, a *France Insoumise* em França ou outros ainda — que trocaram, por vezes, deliberadamente toda e qualquer referência de classe por referências ao populismo, à “cidadania” e ao interesse geral, dissolvendo o carácter de classe das organizações em movimentos “societais”. É uma ofensiva já organizacional, já ideológica e política, que se baseia na traição das direcções tradicionais do movimento operário que tem conduzido a classe operária de derrota em derrota, subordinando-se cada vez mais ao imperialismo e aos seus planos — do Brasil à França, da Espanha à Grécia (direcções tradicionais que têm passado o tempo a serem o eixo de governos de “esquerda” que servem de correia de transmissão da política do imperialismo contra as massas, privatizando e desregulamentando).

A combinação desta política de dissolução do movimento operário por via da traição, por um lado, com a ofensiva para dissolver todo e qualquer carácter de classe das organizações em nome do “fora com eles”, dos “99%”⁽⁶⁾ e outros agrupamentos, teve como uma das suas consequências o desaparecimento de partidos inteiros sem nenhuma via de substituição. O exemplo mais marcante é, neste aspecto, o italiano, outrora berço do mais poderoso partido comunista da Europa ocidental, mal se vendo hoje assomar algum ínfimo vestígio desse passado, enquanto as duas alas do populismo — o vagamente “de esquerda” na origem do Movimento Cinco Estrelas e o de extrema-direita na da Liga do Norte — governam juntos com uma política pró-capitalista, anti-operária, racista e xenófoba. Estes processos manifestam-se, tomando formas diferentes, um pouco em todos os países.

Assim, se a nossa análise teve, pois, perfeita confirmação — quanto à magnitude dos processos de decomposição contra a classe, à verificação das leis da luta de classes, à própria resistência da classe operária, procurando esta usar as organizações tradicionais, nomeadamente as sindicais, no seu combate de resistência —, é impossível não registar que os processos de recomposição não assumiram a magnitude e as formas que supúnhamos nos textos da reproclamação.

Por outras palavras, o preço a pagar pelas massas oprimidas e exploradas do mundo inteiro pela política dos

(5) No âmbito deste artigo, não insintiremos em como a perspectiva de reproclamação da IVª Internacional em 1993 se prendeu intimamente com a luta para ajudar à recomposição do movimento operário com um novo eixo. É sabido que a conferência de Barcelona, que lançou as fundações do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos, se realizou em janeiro de 1991, antecedendo por dois anos a conferência de reproclamação da IVª Internacional. Na própria conferência de reproclamação, o foco da discussão foi a preparação da segunda conferência do Acordo. De 1993 a 2007, procurou-se, através de numerosas campanhas internacionais do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos em todos os continentes, ajudar a agrupar as forças da classe operária, das organizações anti-imperialistas, no terreno da independência de classe. O movimento trotskista soube implantar-se nestes amplos movimentos de recomposição sem nada esconder das suas posições nem tentar impô-las. Foi, aliás, esta perspectiva de ajudar à recomposição do movimento operário com um novo eixo que a corrente revisionista foi gradualmente comprometendo, provocando a crise de 2015. O CORQI fez sua essa perspectiva logo que se constituiu, ao preparar a conferência internacional de Mumbai e a criação do Comité Operário Internacional contra a guerra, a exploração, o trabalho precário, e pela Internacional Operária, actividade do COI e factor indispensável da ajuda à reorganização do movimento operário — o que não quer dizer que, só por si, possa resolver a questão (leiam-se, nomeadamente, os números 1, 6 e 8 d’A Internacional).

(6) “We are the 99%” é uma palavra de ordem política saída do movimento *Occupy Wall Street* de 2011.

aparelhos contra-revolucionários saídos da IIª e da IIIª Internacionais, as consequências do desmoronamento da economia planificada na ex-URSS, obra dos herdeiros de Estaline definitivamente vendidos às delícias da economia de mercado, as consequências da participação dos dirigentes das organizações operárias do mundo inteiro em todas as formas de associação capital-trabalho, em todas as combinações corporativistas destinadas a integrar as organizações operárias na “governança”, tudo isto pesou e tem pesado contra a recomposição do movimento operário com um novo eixo, o da independência.

A crise maior que afectou a IVª Internacional em 2015 não se pode separar deste contexto global. Reduzindo-a à sua expressão mais fundamental, a operação montada pela clique revisionista cisionista que rebentou com a IVª Internacional em 2015 não passa de uma capitulação à vista desarmada: não passa da desistência de construir o partido revolucionário com o programa da IVª Internacional e de lutar pela preservação do carácter de classe das organizações.

O facto de o núcleo central da clique liquidacionista, a saber a direcção da CCI em França, se ter juntado pura e simplesmente a Mélenchon é uma indicação do destino desta corrente à escala internacional. É que, se Mélenchon rejeita toda e qualquer referência à luta de classes para o seu movimento, a luta de classes está bem longe de rejeitar Mélenchon⁽⁷⁾. Esse carácter de classe manifesta-se de maneira muito concreta na aliança que ele contraiu com vista às eleições europeias de maio de 2019, e de que tanto alarde tem feito⁽⁸⁾.

A quem se aliou então? Aliou-se, por um lado, com o “Bloco de Esquerda” em Portugal, o qual pertence à maioria parlamentar que apoia o governo do Partido Socialista, que aplica em todos os seus pontos a política ditada pela União Europeia e a política de guerra da NATO. O governo português e a maioria parlamentar que o apoia têm carácter de classe. É um governo capitalista, é uma maioria capitalista.

E que dizer do novo governo Sanchez formado, em Espanha, há poucas semanas, com o apoio de *Podemos*, outro aliado de Mélenchon? Mal tomou posse, Sanchez comprometeu-se a prosseguir a política de austeridade do governo Rajoy e continua a reprimir as aspirações legítimas do povo catalão. O governo Sanchez é um governo capitalista⁽⁹⁾.

A aliança de Mélenchon com os representantes de duas coligações governamentais capitalistas esclarece o conteúdo de classe da sua coligação europeia e, mais geralmente, da política que ele se propõe praticar. O que em nada impede os dirigentes da CCI de proclamar fidelidade servil a Mélenchon⁽¹⁰⁾.

Como se concretizaram, ou não, as perspectivas de recomposição com um novo eixo?

Chegou a hora de o CORQI abrir a discussão sobre como as perspectivas de recomposição com um novo eixo se têm ou não materializado.

Desde 2015, lançámos as bases do CORQI, juntando os núcleos das organizações e grupos trotskistas de 35 países. Do mesmo passo, através da Conferência de Mumbai, reafirmámos a necessidade de trabalhar à escala internacional na linha da Internacional Operária, manifestação concreta da busca de caminhos e meios para a recomposição do movimento com um novo eixo. O Comité Internacional do CORQI, que se reunirá no outono, terá que

definir as armas de uma contra-ofensiva no terreno do marxismo, do programa da IVª Internacional, defendendo a pé firme a actualidade desse programa e do acervo teórico do nosso movimento⁽¹¹⁾. Isto, não por uma questão de autopromoção ou autojustificação, mas por necessidade para a luta actual da classe operária. Face à magnitude da ofensiva de destruição do movimento operário, precisamos de assimilar que, sejam quais forem as formas possíveis da transição, tanto ou tão-pouco avançadas que possam ser aqui ou ali, o reforço da IVª Internacional, o recrutamento de novas camadas para o seu programa, é o caminho mais seguro para ajudar à recomposição do movimento operário com um novo eixo.

Temos de debater qual a maneira, globalmente como Internacional e adaptadamente à situação de cada país, de os militantes que preservaram a IVª Internacional da ofensiva liquidacionista de 2015 darem agora um novo passo na construção efectiva e no reforço de organizações interventivas na luta de classes com este programa e, do mesmo passo, na defesa por todos os meios da propaganda e da educação política do programa do marxismo.

Escrevíamos no texto do relatório apresentado em 1993 pela reproclamação da IVª Internacional: “Quando a Segunda Guerra Mundial estava a começar, Trotsky articulou, resumidamente, o seguinte prognóstico: ou a revolução socialista emerge da Segunda Guerra Mundial, triunfando num prazo muito curto, ou o mundo será irremediavelmente atirado para uma barbárie sem precedentes. Esta avaliação de Trotsky baseava-se na análise do declínio das forças produtivas, do esgotamento das capacidades históricas do capitalismo, no que ele apelidara de putrefacção das premissas objectivas da revolução.” Ao fazer a pergunta: “Enganou-se Trotsky?”, o relatório de 1993 passou em revista os desenvolvimentos que marcaram a história da humanidade desde o fim da Segunda Guerra Mundial, no propósito de apurar em que medida — conquanto seguindo ritmos bem mais lentos do que os que Trotsky imaginara — estávamos numa situação em que “por assim dizer diferidamente, de modo dilatado no tempo, a alternativa aberta por Trotsky se está a reconstituir diante dos nossos olhos”.

O prognóstico de Trotsky a que se faz referência neste passo é a formulada, nomeadamente, no Programa de Transição: “Toda a espécie de palavreado que diz que as condições históricas ainda não estão “maduras” para o socialismo é tão somente fruto da ignorância ou de embuste consciente. As premissas objectivas da revolução proletária não estão apenas maduras; elas já começaram a apodrecer. Sem revolução socialista, e revolução socialista já no próximo período histórico, a civilização humana no seu conjunto fica sob a ameaça de ser arrastada para uma catástrofe. Tudo depende do proletariado e, portanto, em primeiro lugar da sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária.”

“Sem revolução socialista, e revolução socialista já no próximo período histórico, etc.”, escreve Trotsky em 1938. Que se há-de entender por “próximo período histórico”?

Pode ser útil para a nossa reflexão estabelecer a ligação entre estas referências e um outro texto, o último texto programático escrito por Trotsky três meses antes de ser assassinado: o “Manifesto de Alarme da IVª Internacional” adoptado pela sua conferência de urgência realizada em maio de 1940.

Em contraste com o Programa de Transição, este manifesto é adoptado num momento em que já não está em

(7) “Está fora de questão transformar La France insoumise em partido político. É preciso estar em movimento e continuar (...) Tal como o partido é a forma de organização votada a uma classe social, o movimento é a forma de organização ligada à existência do povo” (10 de julho de 2017, blog de Jean-Luc Mélenchon).

(8) “Dia histórico. Hoje assinámos com Catarina Martins e Pablo Iglesias a declaração: “Agora é a vez do povo — por uma revolução cidadã na Europa”, que cria um movimento político europeu” (12 de abril de 2018).

(9) Não foi por *Podemos* anunciar, no dia 27 de julho, uma possível abstenção em relação ao orçamento de austeridade de Sanchez, pudesse ela precipitar inevitáveis eleições antecipadas, que se evaporou a aliança até então estabelecida entre o PSOE e *Podemos* ou o mutismo de Mélenchon, aliado de *Podemos*, quanto à dita coligação.

(10) Assim, Marc Gauquelin saúde, nas *Informations ouvrières* (24-30 de maio de 2018): “Jean-Luc Mélenchon, que, com razão, e honestidade, (se) defende em todas as suas recentes declarações” de estar integrado “no quadro da “união das esquerdas”.

(11) Para tal, o Comité Internacional poderá tomar por base os passos dados desde a conferência do outono de 2017, através da publicação pela quase totalidade das organizações dos 35 países membros do CORQI de órgãos de expressão próprios e da publicação regular em seis línguas da revista do CORQI, *A Internacional*.

● ANÁLISE

>>> causa a iminência de uma guerra mundial, mas sim uma guerra mundial em curso, cujas primeiras vicissitudes dão a indicação da magnitude da barbárie e da destruição que virá a acarretar. Trotsky escreve o seguinte no manifesto: “*Resta examinar a questão da direcção. Não voltará a revolução a ser traída, outra vez, ao existirem duas internacionais ao serviço do imperialismo, enquanto os elementos verdadeiramente revolucionários representam uma pequeníssima minoria? Por outras palavras, conseguiremos formar a tempo um partido capaz de dirigir a revolução proletária? Para responder correctamente a esta pergunta, é necessário fazê-la em termos correctos. É evidente que este ou aquele levantamento pode acabar, e decerto acabará, numa derrota devida à falta de maturidade da direcção revolucionária. Não está em causa, no entanto, um simples levantamento. Está em causa uma época revolucionária inteira.*”

“Quanto mais rapidamente as fileiras da vanguarda se unirem, mais curta será a época de convulsões sangrentas”

“O mundo capitalista já não tem saída, a não ser que se considere sê-lo a agonia prolongada que antecede a morte. É necessário prepararmo-nos para longos anos, se não décadas, de guerra, de levantamentos, de breves intervalos de tréguas, de novas guerras e novos levantamentos. Um jovem partido revolucionário deve tomar como base este tipo de perspectiva. A história fornecerá ocasiões suficientes, possibilidades de dar provas, de acumular experiências e amadurecer. Quanto mais rapidamente as fileiras da vanguarda se unirem, mais curta será a época de convulsões sangrentas, menos destruição sofrerá o nosso planeta. Porém, o grande problema histórico não se resolverá, em todo o caso enquanto não houver um partido revolucionário a pôr-se à cabeça do proletariado. A questão dos ritmos e intervalos de tempo assume enorme importância. Não muda, contudo, nem a perspectiva histórica geral nem a direcção da nossa política. A conclusão é simples: é necessário cumprir com

energia decuplicada a tarefa de educação e organização da vanguarda proletária. É exactamente nisso que reside a tarefa da IVª Internacional.”

Frisemos este aspecto: “*O mundo capitalista já não tem saída, a não ser que se considere sê-lo a agonia prolongada que antecede a morte. É necessário prepararmo-nos para longos anos, se não décadas, de guerra, de levantamentos, de breves intervalos de tréguas, de novas guerras e novos levantamentos. Um jovem partido revolucionário deve tomar como base este tipo de perspectiva.*”

Temos de tomar como base não esta “*perspectiva*”, pois já não isso que ela é, mas sim uma realidade, em que a classe operária está mergulhada há oitenta anos. Sim, anos, décadas de levantamentos sucessivos, de vitórias parciais, de esmagamentos, de derrotas, todos eles marcados pelo “*beco sem saída do capitalismo*”, nó que só pode ser desatado se as massas puderem apoiar-se num partido revolucionário autêntico.

Construir tal partido revolucionário à escala internacional e em cada país, construindo secções da IVª Internacional assentes na defesa firme e de princípio do marxismo no contexto das vicissitudes da situação e da luta de classes e da própria intervenção dos militantes, eis a tarefa do momento.

Dotar-se de meios para a propaganda, a agitação, a organização, bem como para a participação no movimento concreto da classe operária e nas formas de reagrupamento na linha da recomposição do movimento operário com um novo eixo, tais são as tarefas à altura das quais o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional tem de procurar içar-se, nunca se satisfazendo com os resultados positivos já alcançados, olhando sempre em frente. Olhando, portanto, a tarefa histórica que, antes de nós, o programa, tal como a continuidade daqueles que construíram o movimento operário e as Internacionais operárias, nos conferiram. ●

27 de julho de 2018

A conferência de proclamação da IV^a Internacional

Por Jean-Jacques Marie

A pré-história da IV^a Internacional começa em outubro de 1923, com a luta iniciada por Trotsky e um grupo de militantes bolcheviques encorajados pelo surto revolucionário que então abala a Alemanha, sugerindo que o isolamento da Rússia soviética podia ser quebrado, contra a burocratização do Partido Bolchevique. Trotsky inicia uma campanha pela democratização do partido, pela industrialização e pelo planeamento económico. Em carta ao Comité Central de 8 de outubro, denuncia *“o sistema de nomeação dos responsáveis no partido (...), a burocratização do aparelho do partido que se tem expandido em proporções sem precedentes com os métodos de selecção empregados pelo secretariado (...), a vasta camada de permanentes, que, entrando no aparelho de direcção do partido, renunciam completamente às suas opiniões políticas pessoais, ou, pelo menos, a exprimi-las abertamente”*, processo que, embora muito conhecido nos partidos e sindicatos, se manifesta com força particular na URSS, onde os aparelhos do partido e dos sindicatos estão intimamente relacionados, se não confundidos, com o do Estado. Para *“a grande massa dos aderentes ao partido, cada decisão vem na forma de ordem ou intimação”*.

Uma semana depois, 46 quadros do partido repetem a mesma acusação em carta confidencial ao comité central: *“A democracia no partido está moribunda. A discussão livre praticamente desapareceu. Já não é o partido que elege os seus dirigentes, são estes últimos que nomeiam os delegados aos congressos. Os militantes críticos ou em desacordo só fazem observações em privado e só quando têm a certeza da discricção de seu interlocutor”*. Este *“regime intolerável está destruindo o partido,*

substituindo-o por um aparelho burocrático seleccionado (...) incapaz de lidar com as crises e que ameaça ser completamente ineficaz face aos graves acontecimentos que se anunciam.” Na verdade, *“o partido está sendo substituído por um aparelho burocrático seleccionado”*.

Esses dois textos são a certidão de nascimento efectiva da oposição de esquerda.

Porém, na Alemanha, é o fiasco: em 21 de outubro, realiza-se em Chemnitz uma conferência nacional de comités de greve. Os delegados social-democratas, mesmo os de esquerda, votam contra a greve geral proposta pelos comunistas. No dia seguinte, a direcção do PC alemão cancela, com a aprovação de Moscovo, a insurreição já decidida. É o desastre, ainda mais desmoralizador por ocorrer sem combate efectivo. Apaga-se a esperança da revolução na Alemanha para romper o isolamento dos trabalhadores soviéticos. Os militantes, desanimados, ficam desorientados. É uma etapa decisiva para a consolidação e vitória do aparelho. O isolamento reforça a aspiração a estreitar fileiras, à unidade. O aparelho e Estaline aproveitam-se disso.

Em vários partidos comunistas (como o da França ou da Polónia), militantes e dirigentes afirmam a sua simpatia pela Oposição de Esquerda e, sobretudo, por Trotsky, confrontado com uma campanha de difamação que rejeitam. Isso tem que ver, porém, com uma solidariedade política com Trotsky e seus camaradas, não com contornos de uma oposição internacional, que só se pode constituir por referência à política da Internacional, que o clã Estaline-Bukharine ainda não submetera à sua política, apesar de o aparelho burocrático em expansão acelerada tem à sua disposição, desde dezembro de 1924, uma teoria que servia para legitimar os seus interesses específicos de camada parasitária: a tese avançada por Estaline de que é possível construir o socialismo num só país (o que é mais, arruinado e devastado pela guerra e pela guerra civil), independentemente, portanto, da luta de classes internacional.

A oposição unificada

No final de 1925, Zinoviev e Kamenev, assustados com as consequências desta “teoria”, rompem com Estaline, constituindo com Trotsky uma oposição unificada, cuja luta se irá desenvolver em relação com a revolução chinesa em crescendo ou, mais exactamente, com a sua primeira derrota, causada pela política de Estaline e do seu aliado do momento, Bukharine.

Em 12 de abril de 1927, o general nacionalista chinês Chiang Kai-shek, promovido por Estaline a membro honorário da Internacional Comunista, esmaga a greve dos operários de Xangai. Esta catástrofe desperta a oposição. Uma declaração assinada por 84 velhos >>>

● A NOSSA HISTÓRIA

>>> bolcheviques denuncia a política de Estaline e Bukharine na China, que convida camponeses e operários a não fazer nada que possa “afastar a burguesia e assustar a pequena burguesia”, levando, assim, os operários chineses a deixarem-se, primeiro, desarmar e depois massacrar por Chiang Kai-shek em Xangai. A oposição faz a ponte com a teoria do socialismo num só país, que acelera a diferenciação e a desigualdade social. Apela à mais ampla discussão e à restauração da democracia operária no partido.

Em 18 de maio, o comité executivo da Internacional Comunista exclui Zinoviev das suas fileiras, culpado de criticar a política chinesa da direcção na rádio.

Trotsky apresenta diante do comité central e da comissão de controlo reunidos, de 27 de julho a 9 de agosto, um auto de acusação contra a política da direcção. Estaline acusa a oposição de querer a derrota da URSS em caso de guerra, cujo espectro agita. Trotsky afirma que a oposição, julgando a política estalinista catastrófica, é candidata ao poder em caso de guerra; é a tese dita de Clémenceau, por referência à decisão de Clémenceau, em 1917, de denunciar a incúria do governo e candidatar-se a substituí-lo quando o exército alemão chega a 100 km de Paris. Molotov acusa a oposição de preparar “uma insurreição contra o partido e o poder soviético”.

A oposição intervém em reuniões públicas e comícios, os seus activistas distribuem panfletos, que penduram ou colam nas paredes ou mesmo distribuem nas fábricas. A campanha tem eco nas camadas militantes do partido. Na Ucrânia, Rakovski toma a palavra numa manifestação de quase quatro mil operários e empregados da grande empresa de electricidade de Kharkov. Postychev, enviado por Estaline para normalizar a região, comunica-lhe as perguntas dos militantes: “O que quer a oposição? Por que estão com ela velhos bolcheviques? Se a linha do partido é justa, porque se há-de impedi-los de falar? Porque se recusa a Rakovski o direito à palavra? Estão-se a visar heróis da Revolução e da guerra civil. Porquê? Porque não discutir livremente? Uma vez que o partido afirma que tem razão e que a sua linha é completamente justa, porque se há-de fechar a boca à oposição? É possível construir completamente o socialismo num só país?”.

O grupo de Estaline não pode admitir que se façam e discutam estas perguntas, mesmo quando os que as fazem acabam por votar nele. Recorre à provocação policial e à difamação. Os relatores que introduzem as reuniões de célula caricaturam a plataforma da oposição, não publicada, acusando-a de querer a guerra contra os camponeses e apresentando os opositoristas como aliados da contra-revolução internacional, para suscitar a indignação da assistência.

A oposição declara-se pronta para um armistício, desde que a direcção — que se recusa — denuncie os escritos caluniadores, pare de expulsar opositoristas, reintegre os expulsos e prepare democraticamente o 15º Congresso.

O comité executivo da Internacional expulsa das suas fileiras, a 27 de setembro de 1927, Trotsky e o iugoslavo Vuyovitch, que o apoia. Depois desta normalização da Internacional, Estaline faz votar a exclusão de Trotsky e de Zinoviev do Comité Central, na reunião plenária do Comité Central e da Comissão de Controlo de 23 e 24 de outubro. Trotsky, que recebe nessa altura os opositoristas franceses Pierre Naville e Gerard Rosenthal, explica-lhes que o destino da oposição na URSS está relacionado com a luta que os comunistas da oposição do resto do mundo

podem e devem levar a cabo, vincando: “É a vossa vez de agirem, nós ajudar-vos-emos, e é isso o que nos salvará.”

A oposição decide marcar uma posição forte, participando com as suas bandeiras e palavras de ordem na manifestação do aniversário da revolução, em 7 de novembro. Membros do serviço de ordem, armados de paus, cabos de picareta e pedras atacam o cortejo, gritando “Abaixo!” “Vamos dar cabo da oposição!” “Vamos dar cabo dos judeus!”. É então, primeiro sinal tangível da viragem para a constituição de uma oposição internacional, que um grupo de estudantes chineses desfralda as suas bandeiras frente ao mausoléu, gritando palavras de ordem da oposição, até que são expulsos pelo serviço de ordem. São todos, com uma excepção, expulsos da Universidade e recambiados para a China.

Trotsky recusa capitular

Em 14 de novembro, Zinoviev e Trotsky, acusados de organizar “manifestações contra-revolucionárias”, são expulsos do Partido Comunista. Estaline exige então que “a oposição capitule completa e incondicionalmente”. A oposição unida rompe-se; Zinoviev, decidido a tudo para permanecer no partido no poder, mesmo a renegar as suas próprias ideias, escreve a Trotsky: “Chegou o momento de ter a coragem de capitular”. Trotsky responde: “Se essa coragem bastasse, já há muito que a revolução estaria feita no mundo inteiro.”

Em 7 de janeiro de 1929, sob proposta de Estaline, o Politburo, que acaba de restabelecer cartões de racionamento para o pão, cada vez mais escasso, decide “expulsar Trotsky para o estrangeiro por actividade anti-soviética”. Trotsky irá, assim, posto que isolado na ilha de Prinkipo em frente a Constantinopla, poder impulsionar uma oposição comunista internacional.

Debruça-se, nisto, por várias vezes sobre as razões da derrota da oposição russa. Em novembro de 1935, salientará: “A fonte viva da força revolucionária das massas secou durante a guerra civil, a fome e as epidemias (...). Cansada pelos esforços tremendos dos anos revolucionários, privada de perspectivas, amargurada de todas as desilusões, a grande massa voltou a cair na passividade.” O cansaço aumentava sem parar. As sucessivas derrotas da revolução na Europa e na Ásia “minaram gradualmente a confiança dos trabalhadores soviéticos no seu aliado internacional”. Por fim, “os mais corajosos e devotados representantes da classe operária ou pereceram na guerra civil ou subiram na carreira burocrática, integrando-se, na maioria dos casos, nela, perdido todo o espírito revolucionário”.

Nem a mais corajosa política, dirá ele dois anos mais tarde, teria, em tais circunstâncias, podido dar-lhe a vitória. Voltará ao assunto numa carta de 1938, em que evoca a Revolução Francesa. Nem o mais perspicaz historiador, escreve, é capaz “de mostrar o bom caminho para que um moderado possa vencer num período de ascenso revolucionário ou de indicar qual a política revolucionária razoável e vitoriosa para um período terminal” — de reacção, portanto.

A partir de fevereiro de 1929, Trotsky lança-se na construção de uma Oposição de Esquerda internacional nos partidos da Internacional Comunista, tentando influenciar, repor ou rectificar a política destes.

A Oposição de Esquerda Soviética é, assim, a matriz política da Oposição de Esquerda internacional, sendo também

a secção soviética, que assegurará a continuidade após a viragem do verão de 1933, a sua matriz e inspiração política. Nos anos seguintes, formam-se grupos de oposição numa vintena de países, da China aos Estados Unidos e ao Canadá, passando pela Grécia, França, Polónia, Espanha e Bélgica. Em França, o grupo adopta o nome de Liga Comunista, reunindo cerca de 200 militantes.

A Oposição de Esquerda face à ascensão de Hitler

Os primórdios da oposição de esquerda internacional são marcados pela questão da Alemanha, abalada pela ascensão do nazismo e pela política de divisão estalinista, que apresenta a social-democracia como principal inimigo político. É uma política imposta ao PC alemão por Estaline e pelo Kremlin. Do seu exílio de Prinkipo, Trotsky contrapõe a essa política desastrosa uma batalha pela frente única do KPD (PC) e do SPD. Em 22 de maio de 1932, Trotsky lança um grito de alerta: *“Se as organizações mais importantes da classe operária alemã continuarem com as suas políticas actuais, creio que a vitória do fascismo ficará assegurada quase automaticamente, e num lapso de tempo relativamente curto”*. O jornal do PC, *Der Rote Aufbau* denuncia, no seu número de 15 de agosto de 1932, *“a proposta fascista de Trotsky de unidade do PC e do PS alemães (...), teoria de um fascista desenfreado e contra-revolucionário. É a ideia mais perigosa e criminosa que Trotsky alguma vez avançou nos seus últimos anos de propaganda contra-revolucionária”*. O secretário-geral do PC, Thaelmann, repeti-lo-á em setembro no Comité Executivo da Internacional Comunista.

As brochuras de Trotsky em defesa da realização da frente única KPD-SPD contra o perigo nazi, vendidas em estações, quiosques e livrarias, são muito populares. Contava o jovem comunista austríaco Georg Scheuer que, embora, no seu foro interior, dessem razão a Trotsky, muitos comunistas alemães não ousavam lutar dentro do partido por medo de serem difamados, denunciados e expulsos. As propostas de Trotsky respondem às aspirações de muitos militantes comunistas e socialistas. Falta-lhes, porém, a necessária mediação de uma organização capaz de as levar à prática. A oposição de esquerda alemã é um pequeno grupo que a custo publica um modesto semanário, apesar de, graças aos esforços de Leão Sedov, então instalado em Berlim, recrutar antigos militantes comunistas, jovens operários e estudantes. Mas os agentes da GPU infiltrados na sua direcção exacerbam sistematicamente as discussões e desentendimentos, provocando uma primeira cisão do grupo em 1931.

Em 29 de janeiro de 1933, o chanceler Hindenburg chama Hitler ao poder. Paralisada pela frenética divisão entre o KPD e o SPD, a classe operária alemã não está em condições de impedir a vitória dos nazis.

No início de fevereiro de 1933, uma “pré-conferência” da oposição reúne delegados de grupos de onze países, que adoptam uma plataforma de onze pontos, redigida por Trotsky, por força ausente. Nela faz ele figurar, em primeiro lugar, a independência do partido operário *“a todo o momento e em todas as condições”*, vincando seguidamente a *“necessidade de uma ampla política de frente única”*, o *“carácter internacional, isto é, permanente, da revolução proletária”*, e, portanto, *“a recusa da teoria do socialismo num só país”*, paralelamente ao reconhecimento da URSS como Estado operário, apesar

das crescentes deformações do regime burocrático. Em 1 de Abril, o Comité Executivo da Internacional Comunista aprova, sem discussão prévia, a linha aplicada na Alemanha. Após algumas semanas de reflexão, Trotsky tira as ilações. Dois dias antes de deixar Prinkipo para partir para França, em julho de 1933, Trotsky anuncia num artigo a passagem da posição de oposição interna dentro dos partidos da Internacional Comunista à necessidade de construir novos partidos comunistas e uma nova Internacional. A Internacional Comunista já só era um cadáver. Obedecera à proibição, imposta por Moscovo, de discutir as razões da vitória de Hitler, que punha em causa o futuro da própria civilização humana. Nenhum órgão de nenhum partido comunista infringira tal proibição. Ninguém pedira um congresso para discutir. *“Uma organização que o trovão do fascismo não acordou e que apoia humildemente tais ultrajes cometidos pela burocracia demonstra, nisso, que está morta e que nada a ressuscitará.”* Perdia, portanto, actualidade fazer oposição dentro dos seus partidos: *“É necessário construir novos partidos comunistas e uma nova Internacional.”* A necessidade de defender a URSS e o seu sistema social, não obstante a traição da burocracia, não tinha o que ver com defender o Comintern. A URSS era um complexo de instituições sociais; a Internacional, um simples aparelho sem outra base social a não ser a burocracia do Kremlin. Os oposicionistas, salienta, *“devem manifestar iniciativa muito mais ampla do que até agora (...), em toda a extensão do movimento operário”*. Esclarece: *“Não é o caso de proclamar imediatamente novos partidos e uma Internacional independente, mas de prepará-los.”* Era necessário abandonar a política de reforma dos partidos comunistas, voltar-se para os operários social-democratas que evoluíam à esquerda e encetar uma discussão pública com eles, baseada na plataforma de onze pontos adoptada em fevereiro de 1933 pela oposição de esquerda e depois revista — mas também, acrescenta, em qualquer outra proposta.

Em 27 e 28 de Agosto de 1933, realiza-se, em Paris, sem a sua participação, uma conferência internacional de catorze organizações socialistas de esquerda ou da oposição comunista da Europa, para discutir um agrupamento internacional fora das duas Internacionais existentes, cuja falência reconheciam. Na véspera, quatro delas (a Oposição de Esquerda soviética, o partido social democrata de esquerda alemão, o SAP, e dois partidos holandeses) adoptam uma declaração, afirmando a necessidade de construir uma nova Internacional. Trotsky realça que não se deve proclamar imediatamente esta nova Internacional e novos partidos, *“mas sim prepará-los”*.

Contra o sectarismo e o oportunismo

Ao longo dos anos que se seguem, Trotsky defrontar-se-á, na luta pela Quarta Internacional, com dois grandes problemas com os grupos reunidos em torno desse objetivo: de um lado, o “sectarismo” de militantes e grupos que se contentam com tentar propagar as suas ideias e princípios, rejeitando meios concretos e tácticas que permitam a inserção no movimento operário real; por outro lado, o “oportunismo” dos que confundem o movimento operário com os aparelhos que o dirigem, sujeitando-se a enorme pressão destes. Os aparelhos não veiculam a >>>

● A NOSSA HISTÓRIA

>>> a vontade dos seus aderentes e mandatários, mas exigências das forças sociais dominantes. A Frente Popular em França e na Espanha evidenciá-lo-á de maneira brutal: a greve geral de junho de 1936 abalará até aos alicerces a ordem existente. O Kremlin, ansioso por uma aliança militar com as democracias burguesas contra Hitler, tomará a defesa das frentes populares. O Partido Comunista impedirá a greve geral de derrubar o Estado burguês e mandará os grevistas regressarem ao trabalho, chamando trotskistas aos que se obstinam.

Em 12 de fevereiro de 1934, em Paris, as massas impõem a unidade ao PC e à SFIO, numa manifestação contra as ligas fascistas que se haviam lançado ao assalto do Parlamento seis dias antes. Esta manifestação unitária do PC e da SFIO, imposta pela base, trouxe para a ordem do dia a “frente única” SFIO-PC, afirma Trotsky, insistindo em que os bolcheviques-leninistas nela se integrem, a fim de fecundá-la e impedi-la de ser desvirtuada — como virá a ser — em simples aliança de cúpula. Em junho de 1934, Trotsky chama a atenção para dois aspectos: por um lado, a crise revolucionária que se aproxima em França e em Espanha; por outro lado, o facto de o pequeno grupo trotskista não ter tempo para se tornar numa organização influente até à sua inevitável explosão. Os partidos social-democratas, confrontados com o problema de sobreviverem face ao fascismo, radicalizam-se: milhares de trabalhadores e jovens filiam-se neles.

“Verificar as nossas ideias e as nossas palavras de ordem na acção das massas”

Devemos, portanto, “*aproximar-nos dos trabalhadores socialistas, não para lhes darmos lições de cátedra, mas para nos instruímos junto dos trabalhadores avançados*”. É necessário, hoje, “*entrar na massa (...). Não renegamos nada, apenas damos constância, honestamente, de que a nossa organização é demasiado fraca para reivindicar, na prática, um papel independente nas batalhas que se anunciam*.” “*Ao entrarmos nos partidos social-democratas de massas, obteremos o contato constante com dezenas de milhares de operários, o direito de participar na luta e na discussão e (...) a possibilidade de verificar as nossas ideias e as nossas palavras de ordem na acção das massas*.” Intervir para a base operária social-democrata é hoje a única maneira de intervir para a base dos partidos comunistas.

Esta análise e propostas provocam um debate vivo entre os “bolcheviques-leninistas”. Alguns vêem nelas uma “capitulação” ante a social-democracia, que, desde que dera o seu apoio decisivo à ordem burguesa contra a revolução em ascenso em 1918-1920, representa, para eles, a quintessência da traição. Esses “sectários” ou “ultra-esquerdistas”, para usar o qualificativo de Trotsky, “*contrapõem sistematicamente os princípios gerais a qualquer tentativa de implantação no movimento operário real*”.

Na Primavera de 1934, Trotsky encorajara, nos Estados Unidos, uma iniciativa mais modesta, que ia já neste sentido: a fusão da Communist League of America (trotskista) com o American Workers Party, uma espécie de organização social-democrata de esquerda.

Em agosto de 1934, depois de uma discussão áspera e difícil, a Liga Comunista adere à SFIO, onde forma uma tendência “bolchevique-leninista”, que publica um órgão próprio, *La Vérité*. Em contraste, em Espanha, a Esquerda Comunista rejeita, a 15 de setembro, as propostas de Trotsky,

recusando-se a entrar no Partido Socialista Espanhol, e funde-se com o pequeno Bloco Operário e Camponês da Catalunha, formando, em setembro de 1935, um partido de 5.000 a 6.000 militantes, o POUM, que virá a participar no primeiro governo catalão de Frente Popular. Na Bélgica, uma pequena maioria da Liga Comunista Internacionalista (ICL) pronuncia-se, em novembro de 1934, contra a entrada no Partido Operário Belga, um partido de massas também ameaçado pelo ascenso do movimento fascista dito dos rexistas, embora acabe por entrar naquele; os oposicionistas dividem-se! Trotsky propõe a mesma decisão aos trotskistas americanos, pois as grandes greves que alastram pelos Estados Unidos em 1934-1935 estão empurrando uma pequena parte dos grevistas e centenas de jovens para o Partido Socialista e para a sua organização de juventude...

Na URSS, também, aumenta a tensão. Em 1 de dezembro de 1934, o jovem comunista expulso Nicolayev abate o primeiro secretário do Partido Comunista de Leningrado, Sergey Kirov. Estaline exige que Nicolayev ponha em causa Trotsky, que está demasiado longe e fora do seu alcance. Estaline precisa de malhar rapidamente. Está a fabricar um “centro terrorista zinovievista-trotskista de Leningrado e de Moscovo”. É o começo do Grande Terror, que irá sangrar o Partido Comunista da URSS, liquidar todos os antigos oposicionistas, mesmo os realinhados (julgamentos de Moscovo em agosto de 1936, janeiro 1937 e março de 1938, e desenfrear contra os trotskistas uma campanha mundial de difamação sem exemplo na história.

Em 29, 30 e 31 de julho de 1936, pouco depois da greve geral de junho de 1936, que a Frente Popular e especialmente os aparelhos do PC e da SFIO que a erigiram conseguiram ater ao respeito do Estado burguês, realiza-se em Paris uma conferência, dita, por convenção, de Genebra. A maioria hesita em proclamar a IVª Internacional, como Trotsky pretendia, decidindo realizar nova conferência, destinada a proclamar a IVª Internacional, sete meses mais tarde. Os caprichos da luta de classes decidirão em contrário, especialmente a campanha desencadeada pelo Kremlin para proibir o desenvolvimento da IVª Internacional em gestação, campanha que os aparelhos PCs de todo o mundo fazem sua, contra os trotskistas, qualificados de agentes de Hitler, do Mikado Japonês, do Intelligence Service, etc.

Abate-se a repressão estalinista em vésperas da fundação da IVª Internacional

A Internacional Comunista publica, em abril de 1938, uma “*resolução edificante sobre Trotsky e o trotskismo*” aprovada por unanimidade pelo Congresso da Confederação Mexicana do Trabalho, apresentada por oito dirigentes sindicais, dizendo: “*Trotsky age em conluio com o fascismo internacional (...). Tem-se desmascarado como inimigo da classe operário do mundo inteiro*.” Um artigo afirma: “*Agora irrefutavelmente apurado que Trotsky (...), inspirador dos crimes mais monstruosos, trabalha como espião, ao serviço da espionagem alemã desde 1921 e do Intelligence Service desde 1926*.”

A caça histórica aos trotskistas visa isolá-los do movimento operário. Consegue-o, exacerbando, logicamente, os desacordos e divisões nas suas fileiras. Nem a autoridade de Trotsky é suficiente para apagá-los. Assim, o comité central do Partido Socialista Revolucionário belga denuncia violentamente a difusão pelo grupo trotskista alemão de uma declaração de Trotsky, em que ele, perguntado sobre a sua atitude, em caso de guerra, se a União Soviética fosse aliada da França contra a

Alemanha, respondera: “Em França, ficaria na oposição ao governo e desenvolvê-la-ia sistematicamente. (...) Na Alemanha e no Japão, na medida em que me fosse possível, recorreria a métodos militares para danificar e desorganizar a máquina de guerra. Em França, o caso é fazer oposição política contra a burguesia e pela preparação da revolução proletária. Contudo, na Alemanha e no Japão, o meu objectivo imediato é a desorganização de toda a máquina de guerra. Em França, o meu objectivo é a revolução proletária”. O belga Vereeken, que, no mais, apoia a política do POUM, parte integrante da Frente Popular em Espanha, indigna-se: “Seguindo esta linha, o partido trotskista francês (...) facilitará a vitória do imperialismo francês (...). Chama-se a isso integrar-se na união sagrada.” Os trotskistas austríacos protestam igualmente.

A conferência de proclamação da IVª Internacional, planeada para o verão de 1938, prepara-se, portanto, em condições tanto mais difíceis quanto o Kremlin está disposto a tudo para sabotá-la. Em setembro de 1937, um chefe dos serviços de informação militares, Ludwig, mais conhecido pelo nome de Ignace Reiss, rompe com o Kremlin e anuncia aderir à IVª Internacional para combater o estalinismo. É imediatamente assassinado. Na URSS, dezenas de trotskistas internados em Magadan, na Kolyma, iniciam uma greve de fome de protesto. Os seus dirigentes são fuzilados no final de setembro. Várias centenas de trotskistas iniciam uma greve de fome em Vorkuta. São fuzilados diariamente em grupos de várias dezenas, de dezembro de 1937 a maio de 1938. A seção soviética da IVª Internacional é, portanto, liquidada antes mesmo da sua proclamação.

A campanha de intimidação terrorista afecta a França. O NKVD infiltrara um dos seus agentes (Etienne) na direcção da secção em formação. Este provocador permite ao NKVD assassinar Leão Sedov, o filho mais velho de Trotsky, em fevereiro de 1938. Sedov era a força motriz da preparação do próximo congresso da Internacional.

Em julho de 1938, o NKVD rapta em plena Paris Rudolf Klement, responsável pela preparação do congresso, assassina-o, decapita-o, atira o seu cadáver para o Sena e divulga uma carta fabricada de ruptura com Trotsky, qualificado de fascista. Havia meses que o NKVD sistematicamente fotografava ou pilhava os arquivos de Trotsky, de Sedov e do Secretariado Internacional. Em janeiro de 1939, um oficial do NKVD elaborara a impressionante lista dos documentos roubados entre junho de 1936 e dezembro de 1938, “a lista de endereços utilizada por Trotsky e Sedov nas suas ligações com a União Soviética (...), mais de 2.000 moradas conspirativas, que lhe permitiram traçar uma cartografia de todos os quadros trotskistas do mundo, para os fins que se podem adivinhar.”

Raro fulgor neste quadro sombrio: no primeiro de janeiro de 1938, os trotskistas americanos, acabados de sair do Partido Socialista, criam o Partido Operário Socialista (SWP), que rapidamente atinge um número de 2.500 militantes, muitos deles firmemente implantados nos sectores mais combativos da classe operária.

A conferência de fundação de setembro de 1938

É debaixo da pressão persecutória e da permanente espionagem policial estalinista que a conferência se prepara e realiza em um único dia, 3 de setembro de 1938, numa quinta em Périgny, nos arredores de Paris. A convocação da conferência esclarecia: “Esta será com toda a probabilidade a nossa última conferência internacional

antes que rebentem a Guerra Mundial e os eventos revolucionários que ela inevitavelmente irá gerar (...) O processo de formação da IVª Internacional começou há muito tempo e não terminará no futuro próximo.” A conferência, concebida, assim, como etapa, junta, na ausência de Trotsky, vinte e dois delegados de onze países (URSS, França, Alemanha, Polónia, Itália, Grécia, Bélgica, Brasil, Estados Unidos, Países Baixos, Grã-Bretanha), mais dois observadores austríacos. Os dois delegados polacos e um francês, Yvan Craipeau, apresentam uma emenda que declara a proclamação da IVª Internacional prematura; que era preciso, diziam eles, formá-la, “quando amadurecerem as condições objetivas para a sua criação, isto é, acima de tudo, quando nos tornarmos em movimento de massas, pelo menos, em alguns países avançados”. Com a emenda derrotada por 19 votos contra 3, a conferência proclama a IVª Internacional, com a força de 5 mil militantes em todo o mundo — metade deles nos Estados Unidos — e adopta o seu programa, anteriormente discutido por Trotsky com os militantes americanos do SWP e intitulado “A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da IVª Internacional”, com o subtítulo “A mobilização das massas por reivindicações transitórias como preparação para a tomada do poder”, dito Programa de Transição, e um “Manifesto aos Trabalhadores do Mundo”, que lhes lança um “apelo urgente” na véspera dos “horrores de uma nova guerra imperialista mundial”, provocada pela agonia do capitalismo, “que exala os venenos do fascismo e da guerra totalitária”.

O programa baseia-se num duplo postulado, económico — que “a premissa económica da revolução proletária já alcançou há muito o ponto mais alto a que podia aspirar sob o capitalismo” — e político: “Sem revolução social, (...) e isto no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser arrastada para uma catástrofe. Tudo depende do proletariado e, portanto, antes de mais nada, da sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária”, à ausência, pois, de um partido revolucionário capaz de dar saída política à luta do proletariado, de perfazê-la como tomada do poder, tomada do poder à escala mundial.

O programa explicita o primeiro ponto nestes termos: “As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer.” O capitalismo só consegue sobreviver a si mesmo destruindo massas crescentes de bens, máquinas e produtores, trabalhadores, portanto. Permite nova acumulação de capitais e novo desenvolvimento técnico, produzindo maciçamente meios de destruição (armas), pauperizando uma massa crescente de homens em todo o mundo, acumulando capitais nos países capitalistas mais poderosos, recorrendo à criação maciça de “capitais fictícios” e especulativos que não têm que ver com a produção de mercadorias. Para sobreviver a si mesmo, tem que liquidar existências de mercadorias não realizadas ou não realizáveis no mercado, bem como os respectivos produtores. É a primeira causa das guerras, culminação da economia do armamento, que permite destruir uma enorme massa de mercadorias e forças produtivas e abre, desse modo, um novo mercado ao capital.

Se a premissa económica da revolução está mais do que madura, porque não é o sistema capitalista derrubado? Trotsky responde: ele sobrevive apenas porque os aparelhos dirigentes dos partidos social-democratas e comunistas o defendem, os primeiros para proteger o Estado burguês em que se integraram, os últimos por se terem submetido completamente, política e financeiramente, à burocracia do Kremlin, que defende o *statu quo* necessário à sua própria preservação. “A aspiração inconsciente das massas a reconstruir a sociedade em bases comunistas” (“De um arranhão ao perigo de gangrena” >>>

● A NOSSA HISTÓRIA

>>> in *Défense du Marxisme*, Paris 1972, p. 134) (a propriedade colectiva dos meios de produção) esbarra na política dos partidos que as dirigem. Apenas a ausência de partidos revolucionários garante a sobrevivência do capitalismo.

Se as condições objectivas (económicas e sociais) da revolução estão maduras, a classe trabalhadora e a sua vanguarda não estão: a velha geração, desmoralizada, a jovem, inexperiente. Para superar esta contradição, há que ajudar as massas a passarem das suas lutas quotidianas à luta pelo poder e, para esse efeito, elaborar “*um sistema de reivindicações transitórias decorrentes das condições actuais e da consciência actual de amplas camadas da classe operária*”, conduzindo-a à conquista do poder. Porém, no momento da proclamação da IVª Internacional, a classe operária francesa, amordaçada pelos seus aparelhos em junho de 1936, sofre uma pesada derrota na greve geral de 30 de Novembro de 1938. Milhares de operários, ferroviários e empregados são despedidos. A República espanhola agoniza. Franco toma Barcelona em janeiro de 1939. Trotsky podia, portanto, escrever, num artigo dedicado à proclamação da IVª Internacional: “*A história amontoou obstáculos monstruosos no caminho da IVª Internacional. A tradição, morta, empina-se contra a revolução viva (...). Nunca antes o caminho do movimento revolucionário mundial esteve juncado de tão monstruosos obstáculos, nas vésperas de uma nova época de formidáveis abalos revolucionários.*” (Revista Quatrième Internationale, nº 1213, outubro de 1938).

O assassinato de Trotsky não logra destruir a IVª Internacional

A guerra mundial que aí vem anuncia cataclismos sociais e políticos profundos. Ora, a partir de agosto de 1939, o pacto Hitler-Estaline semeia profunda perturbação nos partidos comunistas. O Kremlin teme que a IVª Internacional possa tirar proveito dessa perturbação e das convulsões que a guerra próxima anuncia. Fosse ela, embora, fraca — mas o Partido Bolchevique também estava isolado e era tudo menos forte quando a revolução russa eclodiu em fevereiro de 1917. Estaline está em boa posição para sabê-lo. Tira uma conclusão que comunica aos chefes do NKVD, Beria e Sudoplatov: “*Temos de acabar com Trotsky este ano, antes de começar a guerra, que é inevitável*”. Antes de “*os imperialistas atacarem a União Soviética*”. A tarefa é urgente, diz ele, porque, “*além do próprio Trotsky, não há nenhuma figura política significativa no movimento trotskista. Se eliminarmos Trotsky, o perigo desaparece de vez.*” Após o fracasso duma primeira tentativa de assassinato em 24 de maio de 1940, repeti-lo-á: “*A eliminação de Trotsky resultará no colapso total do movimento, deixaremos de ter que gastar dinheiro para lutar contra os trotskistas e impedi-los de destruírem o Comintern ou nos destruírem.*” (veja-se Pavel Sudoplatov, *Missions spéciales*, Paris 1994, pp. 99 e 109).

Assim, para Estaline, a 4ª Internacional, com Trotsky, é um grande perigo político. Por isso o Kremlin organizará minuciosamente o assassinato de Trotsky, perpetrado por Ramón Mercader no dia 20 de agosto de 1940. Este assassinato enfraquecerá brutalmente a IVª Internacional, confrontada com tarefas históricas gigantescas. Não consegue, porém, matá-la. ●

Em que ponto está a China? (II)

Por Alain Frandor

Na primeira parte deste artigo (ver *A Internacional* n.º 10), examinou-se a revolução chinesa de 1949, a base social em que assenta o regime actual e a natureza da burocracia chinesa⁽¹⁾. Nesta segunda parte, focam-se as consequências da política de Trump para a China, manifestação do agravamento da crise do sistema capitalista à escala mundial. Tratar-se-á igualmente da crise da burocracia e da luta da classe operária chinesa.

No artigo anterior, recordávamos que, apesar da “política de abertura” ao mercado mundial praticada pela burocracia de Pequim nos últimos quarenta anos e apesar da colaboração desta com a política do imperialismo, a China continuava a ser, para este, “um inimigo irreconciliável”. A razão disso é o Estado chinês continuar a ser um Estado assente na propriedade social. Tal é o contexto em que se hão-de avaliar as mais recentes evoluções, especialmente o rebrantar da guerra comercial lançada por Trump contra a China.

Para isso, convém andar algumas meses para trás. No outono de 2017, o presidente americano, Donald Trump, efectuou uma viagem de doze dias à Ásia. Nessa ocasião, realçou: “*Vou celebrar acordos comerciais bilaterais com toda e qualquer nação indopacífica que queira ser nossa parceira e respeite os princípios do comércio equitativo e recíproco. (...) Para isso, porém — chamo-lhe o sonho indopacífico — para que isso se realize, temos de ter a certeza de que se faz dentro das regras, o que não é actualmente o caso. Quem o fizer estará entre os nossos parceiros económicos mais próximos. Quem não o fizer, pode ter a certeza de que os Estados Unidos irão deixar de fechar os olhos a violações, embustes ou agressões económicas*” (declaração na cimeira da APEC, 10 de novembro de 2017⁽²⁾). Aproveita-se o ensejo para acusar a China de ser um “concorrente estratégico que ameaça a ordem mundial estabelecida desde a Segunda Guerra Mundial”. Enquanto isso, modifica-se a lei do investimento estrangeiro nos Estados Unidos (CFIUS). É a escalada. Na primavera de 2018, a administração americana ameaça tributar as importações de aço chinês: um mero milhar de milhões de dólares, já que a China é apenas o sexto exportador de aço para os Estados Unidos. Em seguida, no dia 6 de julho, os Estados Unidos aplicam pautas aduaneiras a 34 mil milhões de importações chinesas (tarifas de 25%). Na passada, em 10 de julho, as autoridades americanas anunciam que, no mês de setembro, acrescentarão outra lista de produtos tributados, até um valor de 200 mil milhões de dólares/ano! Estas medidas proteccionistas, veículo de que o imperialismo americano se serve para ditar a sua lei — a lei do mais forte — não são,

não obstante, sinal de força. São a expressão concentrada num dado momento da falência do sistema capitalista, que obriga o imperialismo americano a fugir freneticamente para diante⁽³⁾. Ao desatar a guerra comercial contra a China (e contra a Europa) para defender os seus interesses, Trump está a ameaçar a estabilidade da ordem mundial e, a prazo (curto), a própria economia americana. “*O mercado não esperava que o segundo lote de pautas aduaneiras chegasse tão cedo, isso afectou a confiança dos investidores*”, elucida Jang Gang, um analista da Central China Securities, a propósito da quebra das bolsas asiáticas de 11 de julho. “*O perigo é entrar-se numa lógica de olho por olho, dente por dente, até os dois lados se começarem a magoar seriamente*”, vinca Olivier Blanchard, ex-economista em chefe do Fundo Monetário Internacional. Em julho de 2018, o Conselho de Análise Económica (CAE), dependente do governo francês, estimou em 3 a 4 pontos do PIB a perda permanente que uma guerra comercial “total” acarretaria aos Estados Unidos, China e Europa, evocando a crise de 2008. “*As medidas americanas atacam as cadeias de abastecimento mundial*”, declarava, pelo seu lado, o ministro chinês do comércio, Gao: “*Em termos simples, os Estados Unidos estão a abrir fogo contra o mundo inteiro, eles próprios incluídos.*” Lembrava que são numerosas as empresas americanas que montam os seus produtos na China, só depois os exportando para os Estados Unidos.

O que se anuncia nas relações entre os Estados Unidos e a China é, pois, uma nova etapa. O anterior presidente americano, Obama, tinha afinado laboriosamente o Tratado Transpacífico, na intenção de isolar a China. Esse tratado é hoje, contudo, insuficiente, vista a crise do sistema capitalista. Já não consegue satisfazer as exigências do imperialismo americano. Trump rejeita-o. Do mesmo modo, Trump entende que os acordos celebrados no âmbito da OMC não são suficientemente coercivos para a China. Numerosos representantes do imperialismo americano consideram, efectivamente, que a China promete muita coisa nesse quadro, mas acaba por não respeitar os seus compromissos. Assim, é preciso passar a outro patamar. Convém ao imperialismo americano desfazer-se dos acordos celebrados com vários países no âmbito de tratados regionais, substituindo-os por acordos bilaterais que permitam exercer chantagem permanente sobre cada um dos países.

Cerco militar à China

Matracar o “inimigo irreconciliável” poderá redundar em operações militares directas contra a China, numa guerra até? Recordemos que o orçamento militar dos Estados Unidos atinge 716 mil milhões de dólares, um aumento de 82 mil milhões (a ponto de os três últimos incrementos orçamentais ultrapassarem, só por si, a totalidade do orçamento militar chinês!), que se diz que em 2019 ficarão operacionais mini-bombas nucleares e que acaba de ser anunciada a criação de uma “Força Militar Espacial”. Hoje, 60% dos meios militares aéreos e marítimos dos Estados Unidos estão afectados à Ásia-Pacífico. Em agosto de 2016, a Rand Corporation, instituição fundada pela US Air Force, publicou um estudo completo sobre a eventualidade de uma guerra com a China, com quatro cenários segundo a intensidade do conflito (moderado ou violento) e a sua duração (alguns dias, um ano ou mais). Que a estratégia de cerco à China existe, é um facto.

Já existiam desde os anos cinquenta as bases militares americanas “tradicionais”, como as de Okinawa >>>

(1) Este artigo foi acompanhado de documentos e declarações provenientes dos vários períodos de agitação de carácter revolucionário que abalaram a China desde 1949 (as Cem Flores de 1957, a “Revolução Cultural” de 1966, a mobilização de 1989, as greves actuais). Nele se podia também ler um resumo das diversas etapas da luta da IVª Internacional na China.

(2) Avançando, na passada, com um conceito novo: o de uma “região indopacífica”. A Índia pediu, aliás, que a admitissem como membro da APEC, organização que junta ainda hoje apenas países banhados pelo Pacífico!

(3) O programa fundador da IVª Internacional, o Programa de Transição, afirmava, já em 1938: “*A própria burguesia não vê saída (...) caminha actualmente de olhos fechados para a catástrofe económica e militar.*”

● DOSSIER

>>> (Japão), com a presença de 50.000 soldados, ou da Coreia do Sul, com 30.000 soldados. Depois da queda da URSS, somou-se-lhes a instalação de bases militares americanas (ou da NATO) nos países da Ásia Central e na Mongólia. Recentemente, foi reactivada nas Filipinas uma antiga base militar. Se a cooperação militar com a Austrália já existe há muito tempo, ela foi agora reforçada com movimentos de marines e de dezenas de aviões da US Air Force.

Os Estados Unidos estreitaram igualmente os seus laços com a Índia desde a chegada ao poder do partido hinduísta de Modi. A marinha de guerra americana passou a ter autorização para utilizar as instalações portuárias indianas.

Os Estados Unidos estão igualmente a tomar iniciativas para criar um clima de tensão às portas da China. No Mar da China Oriental, as ilhas Diaoyu (em chinês) ou Senkaku (em japonês) são reivindicadas pela China e pelo Japão. Existia, todavia, um *statu quo* com uma vintena de anos. Porém, em julho de 2012, o Japão (pedra de fecho do dispositivo militar dos Estados Unidos no Nordeste da Ásia) lançou-se num acto de provocação, anexando-as — no que recebeu de imediato o apoio do governo americano.

No Mar da China Meridional, há de há muitos anos litígios territoriais que opõem a China e outros Estados asiáticos (as ilhas Paracel, as Spratleys e o recife de Scarborough). No entanto, uma vez mais, havia um *statu quo* entre os vários países, sendo os diferendos, em regra, resolvidos amistosamente, nomeadamente no que diz respeito aos direitos de pesca. Em 2013, as Filipinas apresentaram queixa, “*apoiada e preparada*” pelos Estados Unidos, junto do Tribunal Arbitral Permanente da Haia. Em 12 de julho de 2016, o tribunal declarou não haver fundamento jurídico para as “*reivindicações históricas*” da China sobre grande parte do Mar da China Meridional, respectivos ilhéus, recifes e atóis. Deliberou igualmente que as estruturas terrestres das ilhas Spratley não bastavam para fazer delas ilhas para os efeitos da Convenção da ONU. Em consequência, todas as ilhas Spratley são consideradas simples “rochedos”, apenas originando zonas territoriais de 12 milhas marítimas (ao passo que uma ilha origina uma zona económica exclusiva de 200 milhas marítimas). Conclusão: “*Fica impedida toda e qualquer restrição futura à liberdade de navegação dos navios americanos*”, como escreve o Brookings Institute (13 de julho de 2016, “*Do Chaos, a Ordem*”).

Mais recentemente, em finais de janeiro de 2018, o departamento americano da defesa apresentou, com a assinatura do seu secretário de Estado, Jim Mattis, um documento quadrienal de estratégia do Pentágono. As prioridades apresentadas no relatório resumem-se a algumas expressões chave: “*Reconstruir a prontidão dos nossos exércitos; reforçar as nossas alianças; reformar o funcionamento do departamento da defesa; reforçar a nossa capacidade de destruição; dar prioridade à preparação para a guerra.*” É preciso comentar?

Independentemente de acasos de conjuntura, convém não esquecer que, por trás da tensão criada em volta da Coreia do Norte, continua a ser a China o país em quem se assenta a mira. Por fim, ressurgem regularmente em primeiro plano tensões mais ou menos orquestradas no Xinjiang (onde residem populações muçulmanas uigures). Não se pode excluir que tais tensões sejam utilizadas para as necessidades da causa de contribuir para a destabilização da China (o que, embora de ângulo diferente, recorda a época dos senhores da guerra que se seguiu à Primeira Guerra Mundial!).

Matracar o “*inimigo irreconciliável*” pode passar igualmente por decidir bloquear as respectivas exportações, mormente o abastecimento de petróleo, gás e matérias-primas, dado que a China depende do mercado mundial, de um mercado dominado pelo imperialismo em crise. As suas reservas comprovadas de petróleo bruto não têm aumentado desde 1990, orçando em 25 mil milhões de barris (em comparação, o Kuwait tem 100, e o Irão 158), um pouco mais, portanto, de 2% das reservas mundiais, para um país que conta 18% da população mundial. A China importou 3 mil milhões de barris em 2017, portanto 20% mais do que em 2016. As importações de gás natural representam 40% do consumo chinês, as de ferro 60%. A China consome 40% da produção mundial de cobre e 50% da de zinco, sendo obrigada a importá-los massivamente; também o carvão é em parte importado. O país tem igualmente que alimentar 18% da população mundial com 8% da terra arável, com 6,5% dos recursos hídricos do planeta. Depois da auto-suficiência, outrora assegurada, a China passa a ter que recorrer a importações, por exemplo de cereais para a alimentação humana e animal, principalmente soja brasileira, argentina ou americana, cujo cultivo exige muita água.

Grande parte das exportações e importações de mercadorias da China e para a China transitam pelos mares da China e pelo estreito de Malaca, que permite, via Oceano Índico, aceder ao Médio Oriente e à Europa. Por este estreito gargalo transoceânico (que a explosão de dois ou três barcos chegaria para obstruir) transita um terço das ligações comerciais do planeta (com quantidades gigantescas de hidrocarbonetos e portaccontentores). Em nome da liberdade de navegação, os Estados Unidos e respectivos aliados entregam-se a exercícios militares recorrentes no Mar da China e em toda a região. Ora, quem tem necessidade imperiosa de liberdade de navegação no Mar da China, sob pena de estrangulamento, é a China! Um centro francês de recursos dedicados à informação económica (Le Portail de l’Intelligence économique, 4 de junho de 2018) escreve: “*O risco de bloqueio do comércio marítimo chinês representa uma espada de Dâmocles sobre a economia do país. [...] A marinha americana controla igualmente, por intermédio da sua rede de bases na Ásia, as rotas marítimas praticadas pelo comércio entre a China e o resto do mundo. Um dos seus principais meios de pressão é a sua capacidade de, se necessário, estrangular economicamente a China, cortando o tráfico marítimo que lhe fornece as matérias-primas (nomeadamente pelo estreito de Malaca).*”

As “rotas da seda”, os vários gasodutos e oleodutos terrestres em países vizinhos⁽⁴⁾, a construção de infra-estruturas portuárias capazes de acolher navios de grande tonelagem no Sri Lanka, visam garantir o abastecimento e meios para manter trocas comerciais em caso de cerco. É em tais condições que tanta coisa se diz sobre a China, pretendo novo Estado capitalista, se estar a lançar numa ofensiva para conquistar mercados e ser, em suma, um novo imperialismo em desenvolvimento, uma ameaça para a preponderância dos outros imperialismos.

Começemos por restabelecer alguns factos. Em paridade de preços, a China passou, em 2010, a ser a segunda potência económica mundial a seguir aos Estados Unidos. Quer isto dizer que a totalidade do que se produz na China atinge uma soma que a coloca como segundo país atrás dos Estados Unidos. Só que a China conta 1.350 milhões de habitantes

(4) Assim tentam os dirigentes chineses negociar a construção do canal de Kra, na Tailândia, que permitiria ligar os oceanos Índico e Pacífico, o que equivale a uma economia de 1.200 kms e três dias de navegação!

contra os 300 milhões dos Estados Unidos. Além disso, se se exprimir o produto interno bruto da China em dólares correntes, o PIB americano é duas vezes e meia o da China. Segunda da economia mundial em números brutos, mas muito longe do primeiro! Passando da produção à produtividade, o PIB por habitante do Japão é dez vezes superior ao PIB por habitante da China. Muito longe de uma suposta China conquistadora.

As iniciativas chinesas, como as “rotas da seda”, assim como o papel que ela desempenha em África (veja-se, nesta matéria, a primeira parte do nosso artigo), respondem, em primeiro lugar, a necessidades de defesa, procurando assegurar o controlo sobre rotas que permitam a importação de recursos, nomeadamente energéticos (o que não é incompatível com o facto de capitais chineses investirem nesses países).

No terreno económico, tal como no do cerco militar, quem está na ofensiva é o imperialismo americano. A crise cada vez aguda da burocracia chinesa tem a sua raiz no facto de ela estar cada vez mais apertada e entalada num torno constituído, por um lado, pelo imperialismo em crise e, por outro, pela classe operária chinesa, componente maior do proletariado internacional. Na verdade, a economia chinesa pode tão pouco como a de qualquer outro país emancipar-se do mercado mundial em que se insere. O facto de, na China, a propriedade privada dos meios de produção ter sido liquidada em benefício da propriedade estatal não modifica esta realidade mundial, ainda que a sujeição da China ao mercado mundial se manifeste de formas diferentes das que toma para um país capitalista. As formas são diferentes, pois o monopólio do comércio externo (embora maltratado pela política de abertura em vigor há quarenta anos), a inconvertibilidade do yuan (igualmente comprometida) e o controlo estatal têm sido e continuam em parte a ser elementos de resistência às leis do mercado.

Recordemos, nesta matéria, o que escreveu Trotsky na Revolução Permanente, um fundamento literal da política da IVª Internacional: *“O marxismo procede da economia mundial, considerada não como simples soma das suas unidades nacionais, mas como poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, o qual, na nossa época, domina todos os mercados nacionais.”*

No mesmo passo, Trotsky acrescentava que *“as forças produtivas da sociedade capitalista ultrapassaram há muito as fronteiras nacionais. Propormo-nos construir a sociedade socialista dentro de fronteiras nacionais equivale, conseqüentemente, independentemente de resultados temporários, a travar as forças produtivas, mesmo em relação ao capitalismo. É uma utopia reaccionária querer criar um sistema harmonioso e suficiente no quadro nacional...”* Toda a experiência proporcionada pela história da URSS e das “democracias populares” confirma esta definição. O desenvolvimento rápido da industrialização na URSS colidiu com os limites de uma construção encerrada nas fronteiras nacionais. A URSS dos planos quinquenais atenuou a pressão do mercado mundial graças a uma relativa autarcia. Porém, quanto mais a economia progredia, mais necessidade tinha de insumos externos, e tais insumos, que só podiam provir de um mercado mundial estruturado pelo imperialismo, só podiam actuar como elementos de desarticulação do sistema económico assente na propriedade estatal e no planeamento à escala nacional. Acontece o mesmo com a China, com

intensidade ainda superior.

A ruptura com o imperialismo, a libertação de capacidades de trabalho imensas através da revolução agrária, a concentração do esforço produtivo pelo Estado resultaram numa transformação rápida, sem equivalente na história dos países economicamente atrasados que acederam à independência política. O resultado, que nunca se pode esquecer, é a China, no espaço de uma geração, se ter conseguido dotar das bases para um desenvolvimento industrial moderno. Ao enveredar pela política de abertura, a burocracia aproveitou esta base, constituída pelo trabalho de centenas de milhões de trabalhadores chineses. Foi através dessa actividade produtiva que se constituiu o proletariado chinês tal como hoje existe.

Aquilo a que se chama o “milagre chinês” outra coisa não é do que a inserção mais directa da economia chinesa no mercado mundial pela utilização, nas condições do mercado mundial, de uma força de trabalho a baixo custo posta à disposição do imperialismo pela burocracia. O desenvolvimento industrial chinês no período que vai da Revolução de 1949 à génese da política dita de abertura implicou um aumento considerável da dependência da China do mercado mundial. Em vinte e sete anos, o consumo energético do país multiplicou-se por vinte: de 24 milhões de toneladas de equivalente-carvão em 1949 a 500 milhões em 1976, ao passo que a produção de aço passou de 158.000 toneladas a 20 milhões de toneladas.

China, integração na economia mundial e reforço da dependência

O recente caso ZTE ilustra a que ponto a China depende do mercado mundial. A ZTE, com os seus 80.000 assalariados, segundo maior fabricante de equipamentos de telecomunicação chinês, está à beira da falência em virtude de as empresas americanas terem sido proibidas por indicação da administração Trump de lhe venderem componentes ou software de alta tecnologia. Esta proibição vem no seguimento de a ZTE ter reexportado para o Irão produtos que incluíam componentes fabricados nos EUA. Trump negociou, no início de junho, um acordo que obriga a ZTE a substituir as chefias do grupo e lhe impõe multas de 1.400 milhões de dólares. Porém, o Senado rejeitou-o, pretendendo manter a ZTE proibida de comprar componentes americanos durante sete anos. Agora é a vez de a Huawei, número 1 das telecomunicações na China, se sujeitar a uma investigação americana pelos mesmos motivos.

No momento em que a direcção do Partido Comunista Chinês fixa o objectivo “Made in China 2025” nos domínios da electrónica de ponta, dos robôs industriais, dos chips telefónicos e dos veículos limpos, este caso vem mostrar o grau de dependência do país.

Escreve um comentador (*South China Morning Post*, 27 de maio de 2018): *“Talvez Trump tenha razão quando diz que uma guerra comercial com a China seria fácil de ganhar. Não só por a China exportar muito mais para os Estados Unidos do que o contrário, mas também porque é relativamente fácil à América encontrar substituição para as importações chinesas, a maior parte das quais são artigos de consumo. A China, em contrapartida, teria muita dificuldade em encontrar substituto para as importações americanas, grande número das quais são produtos de alta tecnologia. A saga da ZTE é disso testemunho.”* >>>

● DOSSIER

>>> Em artigo intitulado “A China na Crise Mundial” (*La Vérité*, nº 85, março de 2015), indicávamos: “*A China — não nos cansamos de repeti-lo — encontra-se, com efeito, cada vez mais estreitamente ligada, por uma variedade de fios, à economia mundial e, portanto, dela dependente. Porém, o mercado mundial — embora continue a ser estruturado, como realidade mundial, pelo imperialismo — é um mercado mundial que as próprias condições de sobrevivência do imperialismo desfazem e decompõem. A tendência para o “domínio dos mercados financeiros” reflecte-se numa espiral destrutiva da economia mundial, em primeiro lugar das forças produtivas. Esse é o mercado mundial ao qual a “abertura e reformas” têm subjogado mais directamente a China, do mesmo passo que fazem do destino da economia chinesa um factor essencial da economia mundial.*”

“*Repita-se: movimentos especulativos, contracção do mercado..., as relações entre a China e o mercado mundial são, com efeito, condicionadas pelas próprias condições da decomposição do sistema imperialista. Esta decomposição ameaça a China de sofrer uma catástrofe de incalculáveis consequências.*”

“*A transferência momentânea de capitais para a China (para aproveitar o baixo custo do trabalho, nas condições analisadas) nada pode fazer para inverter a tendência para a contracção do mercado mundial. Não pode haver inserção harmoniosa da China num mercado mundial em plena decomposição, em que especulação financeira, tráficos de toda a espécie e a guerra passaram a ser motores permanentes do seu funcionamento.*”

Uma maneira de olhar para as relações da China com o imperialismo é à luz das suas reservas de divisas de uns 3,2 biliões (milhões de milhões) de dólares, 1,2 biliões dos quais são bilhetes do Tesouro americanos que permitem aos Estados Unidos viver a crédito. Onde provêm estas montanhas de dólares? As reservas de divisas da China começaram essencialmente por se constituírem a partir dos dólares que as multinacionais pagavam às empresas na China pelos produtos lá montados pelos “carregadores do milagre”. Com esta política, a China pôs-se em estreita dependência do caos da crise do sistema capitalista, que por sua vez alimentou com os seus investimentos nas subprimes e fundos especulativos americanos. “*O facto de a China deter uma enorme quantidade de bilhetes do Tesouro americanos implica que é ela quem tem que aguentar com grande parte do fardo de voltar a pôr ordem*” nos Estados Unidos, declarava um antigo conselheiro do banco central chinês ao rebentar a crise de 2008, altura em que as compras de bilhetes do Tesouro treparam para níveis record. Esta política deu uma ajuda aos esforços do imperialismo americano para superar a sua crise aguda.

Instalada a crise, as empresas chinesas receberam instruções do governo para saírem do país e procederem a aquisições; o investimento no estrangeiro explode desde 2007. Há dois anos, porém, meteu-se marcha atrás. A “locomotiva chinesa”, presumida salvadora de todo o sistema, perdia o fôlego. Em 2010, o crescimento atinge ainda os 10% registados nos vinte anos anteriores, mas a taxa começa então a baixar, caindo, entretanto, para pouco mais de 6%. Em 2012, este abrandamento acarreta uma queda dos preços mundiais das matérias-primas.

A crise do sistema capitalista mundial alastrou à China com a abertura cada vez maior do país, tornando-se a situação da China por sua vez factor de risco de desmoronamento do sistema. A fuga para diante prossegue, quando Xi Jinping, secretário geral do Partido Comunista Chinês (PCC), martela, em outubro de 2017, no XIXº Congresso do Partido, que é preciso “aprofundar a reforma e a abertura”. A burocracia no poder continua, por conseguinte, na mesma via, não obstante, nos últimos meses, o Estado ter tido de tomar as rédeas da seguradora privada Anbang (com ligações a sectores de cúpula da *nomenklatura* chinesa), levada à beira do colapso pela sua própria cavalaria financeira e compras no estrangeiro. O risco era que os seus 45 milhões de segurados saíssem para a rua — tendo o governo, ao mesmo tempo, que contemplar apoiar a HNA ante o seu eventual colapso (a HNA é uma companhia de aviação provincial que cresceu desmesuradamente, lançando-se no imobiliário de luxo e na especulação financeira...).

Neste mês de junho, a agência oficial Xinhua vem anunciar que o acesso dos investidores estrangeiros ao mercado chinês irá ficar ainda mais facilitado, livre até, nomeadamente nos sectores da energia, infra-estruturas, transportes e serviços, isto depois da finança e do sector automóvel. Sectores dominados pelas empresas estatais...

No entanto, as margens de manobra contraem-se. Por um lado, as exigências do imperialismo passam a um patamar superior, não sem contradições dentro da administração americana. Lembremos que levar a ofensiva de liquidação da propriedade social às suas últimas consequências equivale a sapor o próprio fundamento da vida parasitária da burocracia. Puxar a ofensiva imperialista contra a China até às suas últimas consequências acabaria, pois, na destruição da própria burocracia (não obstante toda a política de abertura desta preparar a restauração capitalista).

Outro perigo se manifesta, por outro lado, não menos ameaçador para o poder monopolizado pelo PCC: as mobilizações da classe operária. A este perigo opõe-se uma repressão com mão pesada⁽⁵⁾. Haja as divergências que houver na cúpula do poder sobre como, até que ponto e a que velocidade responder às exigências do capital, não pode havê-las quanto à necessidade absoluta de se opor a toda e qualquer tentativa de organização dos operários independentemente do Estado.

A luta da classe operária

O *New York Times*, preocupado com a situação, publicou, no dia 2 de abril, um artigo de opinião sobre esta mobilização operária: “*A China é um mar de agitação operária. No curso destas dez primeiras semanas do ano, houve mais de 400 greves com menção pública, mais do que o dobro do período comparável do ano transacto. [...] A China Labour Bulletin, organização sediada em Hong Kong, tem observado um aumento das greves sinalizadas — provavelmente uma pequena fracção de todas as greves reais —, de menos de 200 em 2011 para 1256 em 2017. Os dados do governo indicam um aumento de 38% dos conflitos de trabalho ouvidos nos tribunais chineses, passando de 589.244 em 2011 a 813.589 em 2015.*” Em 2014, *The Financial Times* intitulava nos seguinte termos um artigo referente a uma greve: “*O conflito tornou-se característico das relações de trabalho na China.*”

Na Jornada Nacional da Educação para a Segurança Nacional de abril de 2018, a propaganda oficial atacou a solidariedade operária internacional! Difundiu-se uma banda desenhada intitulada *Um amigo que anda mascarado*, apelando à vigilância contra os estrangeiros que tentam inculcar

(5) Organizou-se em todo o mundo uma campanha de solidariedade operária com os militantes chineses vítimas da repressão nas razias de dezembro de 2015. Dela foi vítima uma cinquentena de militantes de associações de defesa dos direitos operários do Guangdong, sendo alguns deles atirados para a prisão (quatro deles por um ano ou mais).

aos operários as “ideias ocidentais” em matéria de direitos laborais e sindicatos.

Um investigador chinês explicava, a propósito de uma greve recente dos trabalhadores do saneamento local de Xangai e de outros conflitos: “Quando vê os trabalhadores passarem à acção, o governo chama-lhe incidente político ou pretende que são “forças estrangeiras hostis” que o instigam. (...) Não é, porém, por os grupos de defesa dos direitos dos trabalhadores já não poderem ajudá-los que os próprios trabalhadores deixam de ser capazes de se organizarem.” O leitmotiv das “forças estrangeiras hostis” serve para proibir toda e qualquer junção entre os trabalhadores chineses e a classe operária à escala internacional, corolário do pretenso “socialismo com características chinesas”.

Terá a situação mudado? As greves conseguiram arrancar fortes aumentos de salários e o benefício de diversos direitos, mas, para os patrões privados ou directores de empresas estatais, a equação mantém-se a mesma: como baixar o custo do trabalho? O privado evita o contrato de trabalho (por exemplo para trabalhadores da construção civil ou de serviços pessoais), o público recorre a agências de colocação (nas empresas e administrações estatais), de modo a privar o operário ou empregado dos direitos e garantias herdados da revolução de 1949. Os conflitos e greves no sector manufactureiro privado surgem sobretudo quando os operários sabem que o patrão não paga contribuições para as caixas de segurança social (saúde, aposentação, etc.).

Em 2017, a greve no construtor automóvel FAW-Volkswagen (co-empresa entre um construtor estatal chinês e o construtor privado alemão Volkswagen) deu lugar à mobilização de milhares de operários recrutados pelas agências de colocação para obterem o reconhecimento de um direito afinal consignado na lei: a trabalho igual, salário igual. Eles venciam ordenados e regalias duas vezes inferiores aos dos operários directamente empregados. Elegeram delegados para defender esta reivindicação; um deles, Fu Tianbo, foi preso e assim continua há mais de um ano. Os dois empregadores — chinês e alemão — da fábrica manifestam-se em unísono, denunciando os operários recalcitrantes e mandando prender os seus delegados, embora convenha acrescentar que o proprietário privado de uma das agências de colocação que permitem pagar menos aos operários é igualmente presidente do sindicato ACFTU e secretário do Partido Comunista na empresa! Com idêntico obstáculo se defrontaram os operadores de guindastes, quando uma federação sindical independente dos operadores de guindastes apelou à greve em todo o país para o último 1º de Maio, provocando movimentos de protesto em pelo menos trinta grandes cidades de dezanove províncias. Explicava um operador de guindaste de Sichuan: “Devia ter sido o sindicato (o sindicato oficial ACFTU - NdR) a organizar esta greve, era a melhor maneira de garantir os interesses de toda a gente.” Porém, elucidou, “o sindicato não quer tomar essa responsabilidade”. Ou ainda a greve de três semanas da Multek, em abril, em Juhai, em que os responsáveis da ACFTU se recusaram a defender as reivindicações: “O comité local do Partido pediu-nos para mantermos a estabilidade social”, disse um permanente sindical, acrescentando: “É nossa responsabilidade administrativa fazer parte da força de intervenção pela estabilidade.”

Precedera as greves uma acção de grande significado: a greve da Honda em Foshan em maio-junho de 2010, onde se viu a juventude operária, incluindo os estudantes enviados em estágio obrigatório, reivindicar não só aumentos de salário, mas também novas eleições sindicais para correr com a clique de aparatchiks da ACFTU. Esta apoiava a direcção da Honda contra as reivindicações, tinha mesmo enviado homens de mão para furar a greve, embora sem resultado. Os jovens operários haviam preparado a greve, eleito delegados e elaborado um caderno de reivindicações. Acabou por ser, efectivamente, o colégio de delegados assim eleitos a ir negociar e prestar contas aos grevistas das negociações a cada passo, em conformidade com o mandato que as assembleias lhes haviam confiado. Por fim, ao cabo de duas semanas de greves e negociações, puderam cantar vitória. O desenrolar da greve tornou-se conhecido e foi comentado em todo o país e mesmo à escala internacional. Por outro lado, este triunfo da organização independente dos trabalhadores foi efémero. Encontra-se aqui uma questão de fundo: não pode haver coexistência duradoura entre organizações independentes e aparelho sindical, projecção do aparelho de Estado, que tem por característica e condição de sobrevivência o monopólio do poder. Enquanto este monopólio não for posto em causa — e, amanhã, desmantelado —, os avanços que ocorram, por muito importantes que sejam, na via da organização independente só podem ser momentâneos (quer por os delegados serem reprimidos, quer por serem “absorvidos” pelo regime). É uma aplicação específica das leis da luta de classes nos termos em que Marx e Engels as delinearam no *Manifesto do Partido Comunista*: todo e qualquer passo em frente que seja fruto da luta operária fica sujeito à luta da classe adversa (neste caso, com a burocracia como intermediária) para anulá-lo. Tal marcha para a organização não deixa, no entanto, de ser importante, ao ajudar a classe operária a constituir-se como força face à burocracia e ao seu aparelho de Estado, preparando condições para o enfrentamento com o poder da burocracia.

As greves, amiúde massivas e vitoriosas, passaram a ter muitas vezes esse grau de organização, com delegados saídos das assembleias de grevistas. Um delegado de uma greve de 2014 conta como fora designado: “A totalidade dos 156 operários assinou e gravou a sua impressão digital numa carta de autorização, mandatando-nos para, em seu nome, ir negociar com a direcção sete pontos precisos: subsídio de alojamento, salário base, um prémio de fim de ano, férias pagas anuais, política de assiduidade, diuturnidades e um subsídio de subsistência. Foi assim que ficámos delegados do pessoal.” Independentemente da consciência que disso tivessem os iniciadores desta carta, todas estas reivindicações têm uma ligação com a propriedade social (e as condições de existência da classe operária a ela ligadas). Neste sentido, os operários chineses, ao defenderem as suas reivindicações, acabam por estar a defender a propriedade social.

As recentes greves dos operadores de guias, em maio, e dos camionistas, em junho, revelam, além disso, uma nova tendência para as lutas operárias adquirirem dimensão nacional, porquanto as reivindicações são comuns e os meios de comunicação por telefone móvel permitem a organização, apesar da repressão que se abate

● DOSSIER

>>>

sobre os centros de defesa dos direitos operários.

Ao findar a greve da Honda, um jornal francês (*Le Figaro* de 16 de junho de 2010) escrevia: “*O fenómeno vem a ser mais preocupante uando os operários começam a designar eles próprios os seus representantes dentro do sindicato oficial autorizado. Ou até a poder criar os seus próprios sindicatos independentes. Transborda-se, nesse caso, para o terreno político, chocando de frente com o princípio sacrossanto do controlo do todo o campo social pelo partido.*”

Este órgão de imprensa burguês tem razões para se preocupar, pois os operários tentam organizar-se para resistir à exploração, tendo, para isso, necessidade de decidirem e organizarem-se por si mesmos. Um delegado dos milhares de grevistas de uma fábrica de sapatos formulava o problema nos seguintes termos, em 2014: “*Nós, operários, sobretudo na região do delta do rio das Pérolas, queremos-nos organizar, mas não existe organização operária que nos possa representar e defender os nossos direitos legalmente.*” Outro dizia, em 2017: “*Se o sistema chinês não melhorar e o governo não conseguir fazer reformas políticas, as reivindicações e as cóleras vão engrossar até a sociedade estourar. Nós, trabalhadores, devíamos ter uma organização nossa. Precisamos de uma mudança no sistema e de leis para resolver os problemas políticos e sociais.*”

A exploração engendra a resistência à exploração, os operários chineses que tentam organizar-se apesar da repressão do aparelho de Estado — aparelho sindical e aparelho político incluídos — não são excepção. É a potência desta classe operária que entala a camada social corrupta que ocupa o poder numa tenaz: de um lado, o capital e as suas exigências de redução do custo do trabalho, do outro a classe operária que resiste a isso. Aí reside a origem da crise sem fim que aflige esta burocracia.

A crise da burocracia

Recordemos os fundamentos da caracterização da burocracia: “*A burocracia chinesa é a camada social que exerce o controlo ilimitado de todo o poder, que se identifica com todos os corpos do aparelho de Estado (“a burocracia é proprietária do Estado”, escreveu Trotsky, embora hoje o Estado já não possua a economia na mesma proporção da da burocracia estalinista do momento em que Trotsky fazia aquele comentário) e que tira os seus privilégios e a sua posição social desse domínio político exercido por intermédio do partido único. As dilacerações dentro da burocracia não são fruto de divergências ideológicas — não obstante tais diferenças se manifestarem em formulações diferentes —, mas de desacordos sobre os meios a utilizar para preservar um poder ameaçado. A burocracia pode, em muitos aspectos, parecer todo-poderosa, mas, na realidade, é uma camada intermediária entalada entre a classe operária mundial — e, portanto, a classe operária chinesa — e o imperialismo. Deve o lugar que ocupa exclusivamente à vitória da revolução operária e camponesa de 1949 e às condições em que essa revolução se desenrolou”* (*La Vérité*, nº 77, março de 2013).

A crise política do PCC não é, assim, a crise dum partido clássico, mas a crise do Partido-Estado, com todas as suas instituições (exército, polícia, justiça, sindicatos, organizações diversas que contam centenas de milhões de membros). Um estouro do PCC implicaria um sismo

em todas as instituições do Estado e uma situação fora de controlo.

A campanha anticorrupção lançada há já cinco anos responde à vontade de impor uma disciplina comum a todas as componentes do aparelho. Tem servido para seleccionar a direcção do Partido, eliminando quadros que tenham reticências em aplicar as orientações e decisões da cúpula do PCC.

“*As várias fracções têm em comum a vontade de manter a sua posição social privilegiada, à qual subjaz o monopólio do poder político. No entanto, a crise mundial, a dependência crescente da hina do mercado mundial dominado pelo capital e a resistência dos trabalhadores impelem cada uma das fracções burocráticas a procurar as portas de saída que lhe permitam preservar-se (...). Todas se enquadram, contudo, na manutenção do monopólio político da burocracia expropriado ao proletariado.*” Que conste que já ninguém fala de conflito entre “reformadores” e “conservadores”, como soía ler-se, sendo os “conservadores” os que gostariam de se manter no poder sem reformar e os “reformadores” os que quererão mais liberdades para o “mercado”. Com a crise a instalar-se e agudizar-se e o imperialismo a ficar mais ameaçador, a situação deixa de poder permitir a luta de clãs e facções. Acima de tudo, já passou a hora de discutir, agora é hora do Bonaparte.

A crise financeira de 2007-2008 provocou um sismo nos círculos dirigentes do poder. Em dezembro de 2008, a cerimónia do 30º aniversário da reforma quase foi cancelada. O grande projecto de fazer de Xangai uma praça financeira internacional ia por água abaixo. O plano de recuperação de 2008 rezava “*o Estado avança, o privado recua*”.

Foi, então, necessário dar garantias ao imperialismo, dar-lhe a entender que o recuo era apenas temporário e que a orientação era “*dar ao mercado o papel decisivo*”. O relatório China 2030 foi escrito em conjunto pelo Banco Mundial e por uma unidade de investigação do governo, em 2011-2012, sob a responsabilidade de Li Keqiang, o Primeiro-Ministro actual. Apelava, entre outras coisas, à desregulamentação financeira, à convertibilidade do yuan e a uma forma de privatização das empresas estatais, ao fim do seu monopólio. A guerra de clãs devastou as fileiras da direcção um ano antes do advento, em finais de 2012, do actual secretário geral do PCC, Xi Jinping.

Intensificando-se os enfrentamentos entre os vários clãs, foi a concentração de todos os poderes nas mãos de Xi Jinping que os devolveu aos bastidores. Na realidade, contudo, a crise da burocracia é permanente, pois a burocracia está permanentemente dilacerada entre as exigências de preservação do seu poder — que subentende o controlo da economia pelo Estado — e as que decorrem da sua colaboração com o imperialismo — que abrem alas à liquidação da propriedade social. Acrescem-lhes as contradições internas da burocracia e os interesses individuais. Há quem considere que as reformas punham em perigo o “Partido” (o poder da burocracia, portanto). Alguns quadros, pequenos e grandes, enriqueceram com a política de reformas e têm medo que se vá longe de mais, tombando-os da sua posição⁽⁶⁾. Manter-se no poder é, para o PCC, antes de mais nada, eliminar tudo o que represente um risco de destabilização. Foi, assim, necessário lançar a luta contra a corrupção no congresso de finais de 2012, a fim de tentar fazer passar essa política, alinhando todas as facções independentemente das posições políticas.

Um perito da economia chinesa fazia a seguinte pergunta (*China Leadership Monitor*, nº 42): “*Será possível “reformar” a companhia petrolífera estatal CNPC (a mais lucrativa) sem dismantlar a rede política de Ju Yongkang?*”. Ju Yongkang, antigo chefe da polícia e da justiça e um dos nove membros do Comité Permanente do Buró Político até novembro de 2012, foi

(6) Numerosos quadros do Partido e do Estado querem deixar o país, dado o futuro incerto. Estão entre eles dois terços dos chineses com fortuna, pertencentes, portanto, à casta no poder ou devendo a sua fortuna aos laços que mantêm com esta casta, e que já têm filhos, e mesmo residência, no estrangeiro.

então preso no âmbito da luta contra a corrupção, prisão que se seguiu à de Bo Xilai, um dos vinte e cinco membros do Burô Político. O presidente da Sasac, organismo que rege a centena de empresas estatais centrais controladas directamente por Pequim, foi também saneado e condenado por corrupção. O apelo dos dois antigos secretários do PCC desde 1989, Jiang Zemin e Hu Jintao, a moderar a luta contra a corrupção travada por Xi Jinping teve uma única resposta: continuamos, e ainda com força! A crise na cúpula do Partido Comunista Chinês (PCC) nunca ficou resolvida. Já ninguém se sente imune. Ora, até ao advento de Xi Jinping à cabeça do Partido em 2012, a imagem de unidade do Partido era considerada essencial para assegurar a estabilidade do sistema, que assentava no monopólio do poder pelo Partido.

No XIXº Congresso do PCC, em outubro de 2017, Xi Jinping reafirmou: *“Tem que ficar tudo sob a direcção do Partido, sejam as organizações do Partido, o governo, o exército ou a sociedade civil, seja onde for.”* Em novembro de 2013, vincara já: *“O mais importante é manter o partido à frente dos negócios.”* Multiplicou, para o efeito, órgãos *ad hoc*, de que tomou a direcção. Não obstante, da política decidida centralmente, os quadros provinciais só aplicam as partes que não prejudicam os seus interesses, incluindo, portanto, o que lhes permita garantir a estabilidade social.

Pois sim, mas isso não resolve o problema de saber como responder a Trump e às suas recentes medidas. Em recente conferência dos assuntos externos, em junho de 2018, declara Xi Jinping que *“a situação internacional é muito complicada”*, apelando a tirar lições da história. Uma tribuna publicada pela agência oficial Xinhua em agosto de 2013 passava em revista as consequências de um desabamento da China, muito piores do que as do naufrágio da ex-URSS. O próprio Xi já havia alertado, num dos seus primeiros discursos como chefe do PCC, contra uma demolição brusca do Partido, fazendo referência à URSS: *“Porém, em poucos dias, o vento mudou outra vez (...). Eltsine fez um discurso empoleirado num tanque, mas os militares não reagiram e mantiveram-se pretensamente “neutros”. Para acabar, Gorbachev anunciou, com uma simples declaração, que o PC soviético estava dissolvido. Um grande partido desaparecia assim, de um dia para o outro.”*

Em finais de 2017, Xi Jinping martelava: *“Se nos desviamos do marxismo ou o abandonamos, o nosso partido perderá a alma e o rumo.”* Não é, entenda-se, que ele queira saber do “marxismo” e da “alma” do Partido para alguma coisa. O que ele quer dar a entender, de forma diferente, é que toda a gente tem de seguir com disciplina as instruções vindas da cúpula. De resto, a burocracia refere-se, por conseguinte, à revolução de 1949, base em que assentou o seu poder, expulsando as massas de toda e qualquer decisão. Encontra-se aqui o fundamento de toda a mentira social da burocracia, que se apresenta como expressão do movimento emancipador, de que é, na realidade, a negação.

Outra natureza tem a carta intitulada “Propostas para fazer da China um autêntico país socialista”, através da qual, em vésperas do XVIIº Congresso de 2007 e após a vaga das “reformas”, dezassete antigos responsáveis do PCC faziam a seguinte pergunta: *“Por exemplo, as empresas estatais, que vários de nós andámos décadas a edificar, trabalhando no*

duro, têm sido saqueadas de diferentes modos, vendidas ou até dadas ao desbarato, passando a ser aquilo a que chamam, por eufemismo, empresas colectivas, embora, na realidade, sejam propriedades privadas.

“Antigos secretários do Partido e dirigentes de fábrica transformados em grandes capitalistas sem deixarem de continuar a agir como membros e secretários de Partido: será isto consentâneo com o Manifesto do Partido Comunista e com os princípios fundadores do Partido Comunista?”

“São incontáveis os casos e motivos de preocupação a que cada novo dia dá origem. A lista é infundável: bolhas especulativas da Bolsa, aumento dos preços, deslocalizações de fábricas sem consulta, deslocações de populações, especulação imobiliária, subida em flecha dos preços. Além disso, a política de exportar a baixo preço deu como resultado baixos salários e exploração dos operários, grande consumo de energia, poluição significativa, etc.”

A carta dos dezassete faz então a seguinte pergunta: *“Será possível que tenhamos tomado o caminho errado, que acabará por nos levar a outro lado?”* Esta declaração reflecte a profundidade da crise da burocracia. Alguns sectores do aparelho vêem-se obrigados a denunciar a política seguida pela burocracia como um todo; porém, só a acção organizada da classe operária pode dar resposta à pergunta que eles fazem.

O diagnóstico é sem apelo, como realçava também o milhar de mineiros de Anyuan, na província de Jiangxi, no dia 1 de março de 2016, ao desfilar com cartazes em que se podia ler: *“Os operários querem sobreviver, querem comer!”* Um jovem mineiro, explodindo: *“Como é que a gente há-de viver com 470 yuans [eles já só recebiam mais ou menos um quarto do salário, uns 65€] por mês! Os meus pais e avós eram mineiros aqui. Os mineiros fizeram esta mina com as suas próprias mãos. Foi aqui que Mao Zedong dirigiu a grande greve de 1922 e o Partido Comunista cresceu — para dar nisto?”*

A idêntica conclusão chegava recentemente um militante operário: *“O Partido Comunista Chinês de hoje já não representa os interesses da maioria do povo chinês, mas simplesmente a classe favorecida minoritária. Em numerosos conflitos entre capital e trabalho, o Partido assume naturalmente a defesa do capital.”* Ou um jovem militante, ao ser preso, em carta tornada pública no início do ano: *“Vejo que, neste mundo, a exploração e a opressão nunca desapareceram. Muita gente da minha família eram operários em empresas estatais e, por isso, mesmo em miúdo, quando reformaram e privatizaram as empresas estatais, fiquei a saber como se despojavam os velhos operários do trabalho de uma vida inteira e das suas contribuições. Foram atirados para a sucata, precarizados, abandonados aos caprichos da sociedade”*.

Os jovens discutirem problemas sociais e maneiras de resolvê-los e evocarem os acontecimentos da primavera de 1989 que terminaram com o massacre de Tianmen é intolerável para o PCC. Ora, são exactamente essas as questões que se têm que resolver e, portanto, discutir publicamente. Para tal, é necessária a máxima liberdade de pensamento, expressão e publicação. As prisões de jovens militantes em dezembro último tiveram como motivo reuniões num círculo de discussão dos problemas sociais.

Os militantes do referido círculo de discussão escrevem: >>>

>>> *“Reconhecer a existência de diversos problemas na sociedade já é ser “extremista”. E sem dúvida que ainda mais o é discutir como “resolver os problemas”. Só que todos os países do mundo têm os seus problemas sociais: é realmente um crime alguém exprimir opiniões sobre como resolvê-los? É o nosso direito.”*

É esse direito que é incompatível com o monopólio do poder pelo PCC. A primeira das exigências pode, pois, articular-se assim: liberdade de ter uma opinião política diferente da propaganda oficial do PCC, liberdade de a dar a conhecer e publicar, liberdades políticas para os operários e a juventude, que são as forças vivas do país.

A análise e reflexões que constituem este artigo — publicado nos números 10 e 11 d’*A Internacional* — não têm a pretensão de dar uma posição acabada sobre todos os problemas levantados pelos acontecimentos na China. O caso é começar por apresentar uma contribuição para a discussão dos militantes e organizações do CORQI, muito particularmente no contexto da preparação da reunião do Comité Internacional do CORQI, que está para se realizar em novembro de 2018. É evidente que esta tentativa de esclarecer as posições da IV^a Internacional no que diz respeito à China não é exclusivamente apresentada à discussão dos militantes da IV^a Internacional. Para nós, é uma discussão que diz respeito a todos os militantes comprometidos com a defesa da independência política das organizações operárias e que obram pela construção de organizações políticas que expressem os interesses da classe operária. Este apelo à discussão mais ampla dirige-se, em primeiro lugar, aos militantes chineses, àqueles que estão hoje implicados numa dura batalha para ajudar a classe operária chinesa a avançar na via da sua organização independente.

Neste artigo, procurámos, baseando-nos em factos e utilizando o método do marxismo, demonstrar a falsidade de toda a argumentação que sustenta que a China é hoje

um factor de ameaça para a paz mundial, uma grande potência ameaçadora. Pelo contrário, é a política agressiva do imperialismo, sob a direcção do imperialismo americano, que não apenas ameaça a simples existência da China como Estado independente e unificado — proclamando-o, aliás, explicitamente, como vimos —, mas, ao fazê-lo, se arrisca até a arrastar a humanidade no seu conjunto para novas catástrofes.

Os comentadores têm remoldado a expressão “Quando despertar, a China abalará o mundo”. Na realidade, foi a revolução de 1949 que marcou esse despertar: o jornalista americano Jack Belden, que se encontrava na China em 1949, escreveu, aliás, um testemunho acerca do imenso abalo então em andamento, intitulado “A China abala o mundo”. Hoje, o produto desse abalo é, em primeiro lugar, um proletariado chinês com a força de 350 milhões de seres humanos, forjado como consequência da revolução chinesa no quadro das relações sociais por ela instauradas. Ele lutou sem interrupção contra a ditadura burocrática, contra o monopólio do poder que entravava a sua emancipação. Grande parte desses sectores passou pela experiência do que era a exploração capitalista directa permitida pela burocracia.

Este poderoso proletariado é uma parte essencial da classe operária mundial e do grande movimento da emancipação dos trabalhadores. Nele, desempenha um papel essencial. Fazia-o notar um jovem militante chinês por ocasião de um conferência internacional do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos, em Madrid, em 2005: “Os trabalhadores do mundo não se podem desinteressar dos 300 milhões de operários chineses.”

Nos anos vindouros, o futuro da China — e, portanto, em larga medida, o futuro da humanidade no seu conjunto — depende muito do futuro da classe operária na China, das suas lutas e organização. Esta é a razão da grande importância de que a “questão chinesa” se reveste para os que se organizam com base no programa da IV^a Internacional. ●

10 de julho de 2018

● Crónica do revisionismo

A direcção da CCI vira costas às mais elementares posições internacionalistas*

“Esta não é a nossa Europa” exclama, fazendo sua a palavra de ordem da conferência operária europeia (Paris, 12 e 13 de maio de 2018), a declaração conjunta da *Freie Plattform für Arbeiterpolitik* (Alemanha), *La Tribune des travailleurs* (França) e *Tribuna Libera* (Itália).

“Esta Europa” da barbárie é a da cimeira de 28 e 29 de junho, em que a União Europeia e cada governo — do “socialista” espanhol Sanchez, apoiado pelo Podemos, ao governo de direita-extrema-direita austriaco — decidiram, todos unidos, expulsar os migrantes para fora da União Europeia e, portanto, na melhor das hipóteses, para os sinistros mercados de escravos da Líbia.

Como ontem a propósito da Grécia, há hoje duas posições no movimento operário na questão dos refugiados. Por um lado, o grande número daqueles que procuram conservar as ligações que, via União Europeia, os atam ao semicadáver do regime de propriedade privada dos meios de produção em decomposição; por outro, aqueles — entre os quais nos contamos — que lutam pela ruptura: ruptura com os governos burgueses de direita como de “esquerda”, ruptura com a União Europeia, ruptura com o imperialismo.

No dia 28 de junho, dia da referida cimeira europeia, a emissão “*Dans la gueule du loup*” [“Na Boca do Lobo”], animada pelo jornalista Jacques Cotta na cadeia de televisão “em linha” Le Média, intitulava-se precisamente “*A União Europeia, a Caminho do Caos*”. Além dos representantes de diversas forças políticas, dois “peritos” referiram extensamente os respectivos pontos de vista, um deles Daniel Shapira pela redacção das *Informations ouvrières*, membro da direcção da CCI.

A União Europeia decidiu ou não decidiu rejeitar os “migrantes”, dezenas de milhares deles?

Existirá, essa União Europeia que decidiu rejeitar os “migrantes”, dezenas de milhares deles? Para Daniel Shapira, “*Estamos numa situação em que a União Europeia está prestes a estourar. Formalmente, no que diz respeito à crise migratória, ontem a Sra. Merkel falava da ‘quadratura do círculo quanto à possibilidade de chegar a um acordo em matéria de imigração no final de junho’*”. A União Europeia, “*prestes a estourar*”, incapaz de chegar a um acordo sobre o “*que fazer?*”, seja em matéria de “migrantes” ou de outra coisa qualquer? Não é a primeira vez que se ouve este refrão nas declarações e escritos da CCI.

Tendo a emissão sido gravada alguns dias antes da famosa cimeira europeia de 28 e 29 de junho... não se pode criticar Daniel Shapira por não comentar os seus resultados. Concretamente, as decisões de criação de

plataformas regionais de desembarque em países terceiros, de “centros de controlo” fechados no território dos países europeus e de aumento dos meios financeiros da Frontex (a agência europeia encarregada de “guardar” as fronteiras da União Europeia) e, em particular, de reforço do apoio logístico aos “guarda-costeiros” líbios (portanto, aos mafiosos escravagistas) (leia-se *La Tribune des travailleurs*, n.º 146, p. 3).

Quanto ao acordo, escreve, contudo, Daniel Shapira, após a dita cimeira, nas *Informations ouvrières* n.º 510 saídas em 5 de julho: “*Quanto ao acordo propriamente dito, à parte uma vontade comum de se desembaraçarem dos refugiados, ele já se está a desfazer. ‘Plataformas de desembarque regionais’, fora da UE? A Tunísia, Marrocos e a Líbia já disseram que não as queriam. ‘Centros controlados’ dentro da UE? Macron foi o primeiro a declarar, tal como o governo italiano, que não os queriam nos seus países (...). Quer isto dizer que, para além do novo consenso, a sua aplicação prática vai revelar toda a crise de desarticulação da União Europeia.*”

A União Europeia “a desfazer-se”... pois, pois. Mas há, ou não há, um acordo unânime em atirar dezenas de milhares de migrantes para fora da União Europeia? Há ou não há todo este arsenal de medidas com que todos concordaram? Vai ou não vai a União Europeia continuar a financiar em grande os “guarda-costeiros” líbios, portanto os bandos de mafiosos armados que reduzem os refugiados à escravatura?

No dia 12 de julho, os ministros do interior dos países da União Europeia reuniram-se em Innsbruck (Áustria), “evocando mais concretamente a questão dessas plataformas de desembarque”, segundo referiu, no “Parlamento” Europeu, o ministro austriaco Kickl.

Tudo isto, vento?

Enquanto, nas colunas das *Informations ouvrières*, — e nas cabeças dos seus redactores — a União Europeia “se desfaz”... nas costas mediterrâneas expulsam-se migrantes à sombra da bandeira azul estrelada.

Há, ou não, que acolher todos os que fogem das guerras imperialistas e dos planos do FMI?

Daniel Shapira, interrogado por Cotta: “*Itália: 600.000 migrantes. Não haverá um sentimento do povo de estar a ser descurado por causa de outra coisa...*”. Pergunta com uma formulação, no mínimo, curiosa. Nem se fale da resposta: “*Bem, sobre esta questão da imigração, era precisa uma emissão inteira. (Cotta: ‘Vamos fazê-la, no regresso de férias’). Bellíssima ideia. Porque, para encontrar uma solução válida para o problema da imigração, acho que vai ser difícil encontrá-la no âmbito do regime do lucro. Porque, apesar de tudo, o que toda a gente anda a tentar* >>>

* Publicado na Carta *Marxisme, faits et arguments*, publicada pela Tendência Comunista Internacionalista (França), n.º 56 de 12 de julho de 2018.

ANÁLISE

>>> *ocultar é do que é que estas centenas de milhares de imigrantes estão a fugir! Da miséria, da guerra. Portanto, quando Sarkozy, mais o amigo, Bernard Henry-Lévy, decidiu bombardear a Líbia, os americanos apoiaram, toda a gente apoiou, em nome da restauração da ordem. O resultado é o caos absoluto, e agora o que se vê são povos inteiros, centenas de milhares, que já não têm para onde ir a não ser tentar sobreviver. Isto, é um sistema. E podíamos falar da África, do que lhe foi reservado.”*

Esta espantosa resposta sugere uns poucos comentários. O argumento de que será “difícil encontrar uma solução válida no âmbito do regime do lucro” para aquilo a que Shapira chama “o problema da imigração” (sic!) podia-se aplicar a qualquer questão. O desemprego, a destruição do homem e do seu ambiente, a guerra, o racismo, a opressão das mulheres... não encontrarão solução duradoura e positiva no âmbito do imperialismo, estágio supremo do capitalismo. No entanto, poderá o movimento operário, a pretexto de que estes males só encontrarão solução positiva com o socialismo, deixar de ter palavras de ordem de intervenção na luta de classes sobre estas matérias, que abrem a perspectiva da emancipação e do socialismo? Tornemos à questão dos refugiados. Sim, há centenas de milhares de refugiados que estão a ser expulsos da África, do Médio Oriente e da Ásia pelas “guerras e pela miséria”, pelo destino que o imperialismo reserva ao continente africano e aos outros. Sim, Obama, Sarkozy e companhia arcam com uma responsabilidade pesadíssima no que hoje sucede na Líbia pela intervenção americano-franco-britânica da NATO de 2011. Intervenção que “toda a gente apoiou”, como Shapira faz questão de recordar⁽¹⁾. Todavia, uma vez recordado tudo isto, qual há-de ser a posição do movimento operário, condizente com as suas melhores tradições internacionalistas? Pela nossa parte, afirmámos, na declaração comum de 26 de junho, antes citada: “Repetimos aqui solenemente aquilo que declaramos com trabalhadores e militantes de quinze países da Europa reunidos em conferência operária em 12 e 13 de maio últimos: esta Europa não é a nossa Europa. O movimento operário tem de assumir a responsabilidade de recusar a distinção entre asilo político e asilo económico. Tem que abrir os braços aos nossos irmãos explorados e oprimidos vindos de outros continentes e países e proclamar, face à classe dos especuladores, dos opressores, dos exploradores e fadores de guerra: há uma só classe operária unida, da Alemanha a África, do Médio Oriente à Espanha, a quem e além-mar.” Ora Shapira, pela parte que lhe cabe, não tem opinião na matéria. Isso resolve-se com o socialismo, diz-nos ele.

Com essa “lógica”, teria, por exemplo, que se condenar a campanha pelo acolhimento pelos Estados Unidos, Canadá e Austrália (que recusavam dar-lhes asilo) dos judeus escapados dos campos nazis, campanha feita pela IV^a Internacional (e, nomeadamente, pelo SWP americano) em 1945. E as *Informations ouvrières*? Nada, silêncio. Porquê o silêncio? Será preciso procurar as razões dele na entrevista que Jean-Luc Mélenchon deu à Mediapart em 2 de julho? Declarava ele que não o iriam enfiar “onde a extrema direita nos quer enfiar: obrigar-nos a dizer que, se se aceita um barco, tem que se aceitar toda a gente”. E acrescenta: “Eu nunca fui pela liberdade de instalação, que é uma ideia que não provém historicamente das nossas fileiras!” Será para não ficar em contrapé destas posições que Daniel Shapira nos vem com a cantiga de que “só o socialismo resolverá o “problema” (sic) da imigração”?

Simple “cosmética”, as instituições da União Europeia?

Para Daniel Shapira, não é só em relação àquilo a que ele chama o “problema da imigração” que a União Europeia é inexistente. Ele explica, assim, que as instituições europeias são mera cosmética: “A cosmética — é em cosmética com as instituições da UE que eu estou a falar — criada para, na realidade, permitir que cada governo da Europa se escude atrás das decisões supranacionais para melhor atacar o seu próprio povo; agora, todos os reis vão nus. De facto, a situação da UE está num estado de tal desarticulação, que cada governo é obrigado a assumir directamente opções contra o seu próprio povo concertadas a montante pelos vários governos.”

Releiam-se estas palavras com atenção. As instituições europeias, “cosmética”? Um chamariz, portanto, “criado para permitir que cada governo da Europa se escude atrás das decisões supranacionais”. Mas hoje a União Europeia está “num estado de tal desarticulação” que esta “cosmética” já não chega para camuflar a política de cada governo “contra o seu próprio povo”.

Começemos por esclarecer que seria um erro negar que as instituições da União Europeia estejam em crise. Elas estão em crise, e numa crise profunda. Mas será tal crise suficiente para fazer com que a União Europeia, a Comissão Europeia, o BCE e o euro desapareçam enquanto instrumentos de opressão? Não, evidentemente! É identicamente inegável que as instituições dos principais países imperialistas, a começar pelas dos Estados Unidos (com Trump como presidente), ou que as instituições da V^a República em França estão em crise. Mas fará tal crise com que estes instrumentos de opressão às mãos do capital financeiro americano ou da burguesia francesa tenham desaparecido? Não, evidentemente! Tornemos, então, à afirmação de Shapira: para ele, a União Europeia é, desde o princípio, um “cosmético” que permite aos governos burgueses descarregarem-se para cima de “Bruxelas”, tentando mascarar a sua própria responsabilidade. Escrever isto no próprio momento em que a última “fatia da ajuda” europeia à Grécia anuncia uma nova série de medidas de austeridade, a que o governo Tsipras se apresta diligentemente a dar execução, não é para qualquer um! O argumento de Shapira é de pôr de boca aberta: “As instituições da UE (...) são antidemocráticas, mas validadas por cada um dos governos.” Extraordinária, esta “descoberta” de Shapira. Escusado é dizer que a União Europeia não fez desaparecer nenhuma das burguesias europeias (especialmente as burguesias imperialistas), nem os seus Estados, nem os seus governos. A questão, porém, é: em que é que o facto de se ter que lutar contra esses governos exonera a classe operária de lutar pela ruptura com a União Europeia? Contrariamente a esta oposição artificial, não associava a Internacional Comunista de Lenine e Trotsky estreitamente, há cem anos, a luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa à luta pelo governo operário em cada país? Será preciso particularizar que esta “inovação” de Shapira quanto à “cosmética” União Europeia, está em contradição com o que, há dez anos apenas, era o ADN comum do Partido Operário Independente (POI) fundado em 2008? Esse POI original que, em excelente brochura intitulada “A União Europeia: 10 Perguntas, 10 Respostas”, escrevia: “Em junho de 2008, quando da fundação do Partido Operário Independente, lutador pelo socialismo, pela República e pela democracia, o congresso concluiu-se por um comício. Uma palavra de ordem se destacou: “União Europeia, basta!”. É, de algum modo, uma marca de

(1) Com toda a razão: todos, incluindo Mélenchon. Enquanto a aviação imperialista franco-britânica bombardeia a Líbia por conta da NATO e da ONU, Libération (21 de março de 2011) interroga Jean-Luc Mélenchon: “Pergunta: Porque apoia os bombardeamentos aéreos na Líbia?” J-L M: A primeira questão a pôr é a seguinte: há um processo revolucionário no Magrebe e no Médio Oriente? Há. Quem faz a revolução? O povo. Portanto, é decisivo que a vaga revolucionária não se quebre na Líbia (...). Pergunta: Porquê votar, por exemplo, a favor da resolução do Parlamento Europeu? J-L M: A resolução, apresentada pelos sociais-democratas, Verdes, uma parte da direita, e assinada pelo presidente do meu grupo (Esquerda Unida Europeia, NdR), Lothar Bisky, membro da Die Linke, solicitava à Comissão que estivesse pronta em caso de decisão da ONU. Votei nela exactamente por essa razão. Aprovo a ideia de quebrar o tirano para evitar quebrar a revolução.”

fabricao do nosso partido. Sabe-o quem conheça as campanhas do POI ou nelas tenha participado. Fosse na luta pela proibição dos despedimentos, pela defesa das aposentações ou contra a ratificação da TSCG (e as respectivas consequências hoje), o POI sempre ligou estas palavras de ordem à luta contra a União Europeia, pela ruptura com as suas instituições, pela revogação do Tratado de Maastricht. Sem fazer disso, porém, uma condição para a unidade.”

A “ruptura com a União Europeia” é que é o inimigo!

Foi precisamente com essa concepção que o POI não democrático de Shapira rompeu — e é importante, para ele, que isso se saiba! Insistindo em voltar a tomar a palavra no fim da emissão, Shapira faz questão de esclarecer: “Pessoalmente, eu sou a favor da ruptura com a União Europeia, não sou soberanista nem de direita nem de esquerda, sou pela união dos povos. Sendo a favor da ruptura com a União Europeia, faço minha a fórmula que aparecia no filmezinho ‘Não ando a saltar como um cabrito de trinta em trinta segundos, a repetir: ruptura com a União Europeia’, etc., é que oiço para aí gente que não pára de dizer isso, parecem cabritos. O fundo da questão é que a União Europeia é uma combinação de acordos dos vários governos.”

“Oiço para aí gente que não pára de dizer isso”... sigam o meu olhar! É que, para Shapira, a “ruptura com a União Europeia” é como a religião... é assunto privado. Pode-se ser pessoalmente a favor, ou pessoalmente contra, ou pessoalmente nem uma coisa nem outra... é uma questão que só interessa a cada um na sua intimidade. É bem verdade que isto não é novidade da parte da CCI revisionista: um dos seus representantes declarou, num “círculo de estudos” realizado em 29 de novembro de 2016 (publicado na *Lettre de la Vérité*): “Talvez no passado se tenha abusado um pouco da palavra de ordem de ‘Ruptura com a União Europeia’.”

Por que razão se haverá hoje, todavia, de fazer finca-pé na desistência de lutar pela ruptura com a União Europeia? O próprio Daniel Shapira dá a resposta. Questionado sobre a ascensão dos movimentos “populistas” em Itália e na Europa de Leste, explica: “Ela põe um problema de crise da representação política das classes oprimidas e da classe operária. Olhem para o caso da França. A própria rejeição da União Europeia traduziu-se em parte (...) no voto na France insoumise, que abriu uma perspectiva que não existia, enquanto tal, nos países da Europa de Leste.” Contrariamente à Itália e à Europa de Leste, em França a “crise de representação política das classes oprimidas e da classe operária” foi, pois, pelo menos parcialmente, superada graças à presença da France insoumise, “que abriu uma perspectiva que, enquanto tal, não existia” aos oprimidos e à classe operária, para exprimirem “a sua rejeição da UE”.

Ora, quem se interesse pelo programa de *La France insoumise* sabe que ela não é a favor da ruptura com a União Europeia. A *France insoumise* prepara-se, como é consabido, para apresentar uma lista às eleições europeias em conjunto com o *Podemos* (Estado espanhol) e o *Bloco de Esquerda* (Portugal). Nenhum destes três movimentos se pronuncia pelo desmantelamento da União Europeia. Embora fale em “sair dos tratados” europeus, Mélenchon não fala em caso algum em sair da União Europeia. Já o disse, redisse e repetiu: seja no âmbito do seu “plano A” seja no do “plano B”, está fora de questão destruir a União Europeia e o euro.

“Não acreditem no que eles vos dizem: ‘ele [Mélenchon — NdR] quer sair da Europa, do euro’ (...) ora, sejam um bocadinho sérios”, declarou ao jornal *Le Monde* há pouco mais de um ano (18 de abril de 2017). Ao aproximarem-se as eleições europeias, é, pois, preciso que todas as componentes da France insoumise estejam alinhadas quanto aos princípios fundamentais⁽³⁾.

“Verdade do lado de cá dos Pirinéus, mentira do lado de lá”

Interrogado sobre a responsabilidade do Partido Socialista na aplicação da política da UE, Shapira afirma: “O PS, como é evidente — Jospin, Hollande e, de Mitterrand, nem falar — co-dirigiram a UE. No entanto, na maior parte do tempo, havia ao lado do PS outro parceiro, que não convém esquecer, o PCF. É que, se pegarmos, por exemplo, nas directivas em matéria de transportes, que acabaram nas privatizações da SNCF, no primeiro pacote ferroviário: foi, apesar de tudo, Jean-Claude Gayssot, ministro PCF dos transportes de Jospin, quem esteve presente em todos os conselhos de ministros europeus dos transportes; e quem presidiu ao conselho de ministros europeus dos transportes que lançou o pacote ferroviário, no último semestre do ano 2000, quando a França tinha a presidência da UE, foi Gayssot. Portanto, foi tudo isso que o povo francês sancionou nas eleições do ano passado.”

Absolutamente exacto. Se bem que a memória de Shapira seja selectiva, pois no governo Jospin, dito da “esquerda plural”, também havia um certo Jean-Luc Mélenchon. Mélenchon esse que continua a reivindicar essa participação governamental, que ainda recentemente qualificava como “um dos momentos mais positivos da vida económica francesa” (*Le Monde*, 13 de maio de 2017).

Mas eis que, a propósito de governos de “esquerda” que se prostram diante das exigências do capital e das instituições europeias, o jornalista Cotta interroga Shapira: “Ainda será pertinente falar de clivagem esquerda-direita ao falar da UE? Veja-se o exemplo da Espanha. O PSOE, governo de coligação ampla; Sanchez declara: com esta eleição e este governo, está em causa ‘representar o reflexo do que há de melhor na sociedade espanhola, constituir um governo paritário, intergeracional e ancorado na UE, cuja prioridade principal deve ser respeitar os compromissos europeus em matéria de défice público’... Sabemos o que isto quer dizer... É isto que sai de uma coligação dirigida pela ‘esquerda’. Ainda terá sentido falar em esquerda e direita?” Na escola, a resposta de Shapira — que vamos citar in extenso — receberia com certeza má nota, com a menção “passou ao lado do tema”. Responde ele, embaraçado, a Cotta: “Creio que a clivagem histórica esquerda-direita tem correspondido sempre às classes sociais cujos interesses esta ou aquela força política pretende defender. A esquerda, na sua concepção ampla do PS, do PC, pretendia representar os interesses da classe operária, dos oprimidos, dos explorados. E os partidos de direita representavam mais ou menos os interesses das classes possidentes. Hoje, partidos como o PS e o PC têm chafurdado de tal maneira no acompanhamento de todas as políticas da UE, que a rejeição é massiva, e isso cria, portanto, uma situação de crise de representação política dos interesses dos oprimidos. Eu não diria que as clivagens principais desapareceram, bem pelo contrário. >>>

(2) Trata-se de uma intervenção televisada de De Gaulle, nos anos sessenta, que fazia ironia com aqueles que, “saltam como cabritinhos a repetir ‘Europa, Europa!’.”

(3) Todas as componentes e, portanto, também a direcção da CCI. Aliás, as *Informations ouvrières* n.º 507, de 14 de junho, citavam um dirigente do POI não democrático, que reivindicava a adesão deste à nova ideologia do “fora com eles todos”: “Em 2017, nas últimas eleições presidenciais, foram varridos todos os partidos que se confundiram com as instituições da V^o República, que se sucederam à cabeça do Estado no âmbito daquelas instituições. Mélenchon, que fizera campanha com uma orientação de ruptura, captou um poderoso movimento de rejeição. O POI apoiou, aliás, essa orientação: apoiámos o “fora com eles todos”, que corresponde a uma aspiração profunda e legítima dos trabalhadores.”

● ANÁLISE

>>> *Mas é difícil encontrar uma representação delas.”*

Cotta: “*Está a falar em clivagens de classe, na realidade.*”

Shapira: “*Pois. E esse é que é o problema, que eu não reduziria à questão da UE ou, mais exactamente, a UE é o símbolo de uma política de classe contra os oprimidos.*”

Ora, a pergunta focava uma situação bem definida: a do governo Sanchez (principal dirigente do Partido Socialista Operário Espanhol, o PSOE) no Estado espanhol, constituído menos de um mês antes. Governo constituído para salvar as instituições de 1978 da monarquia franquista, que vacilaram sob o impacto da mobilização das massas pela República Catalã. Governo que, como Cotta recordava, se constituiu ao serviço do “*respeito dos compromissos europeus*” da monarquia espanhola. Por que razão Shapira, tão lesto a denunciar, e bem, os partidos de “*esquerda*” que, em França, “*têm chafurdado no acompanhamento*”..., não diz palavra sobre quem chafurda no mesmo acompanhamento do outro lado dos Pirinéus?

“*Verdade do lado de cá dos Pirinéus, erro do lado de lá*”, diz o provérbio. O problema com Pedro Sanchez é que,

desde que o governo se constituiu, ele é apoiado e cortejado por Pablo Iglesias, dirigente de *Podemos* e aliado de *La France insoumise* às eleições europeias! Logo que Rajoy caiu, no dia 2 de junho, Iglesias (*Podemos*) começou, com efeito, a dirigir-se ao dirigente do PSOE, indicando-lhe que *Podemos* estava “*disponível para o novo primeiro-ministro*”. Desde que o governo do PSOE se constituiu que *Podemos* reivindica ser o seu “*principal parceiro*” no Parlamento, e há dias iniciaram-se negociações secretas entre Iglesias e Sanchez para “*explorar a possibilidade de uma aliança*” por ocasião das eleições legislativas vindouras.

Ora, exactamente o mesmo Pablo Iglesias que sonha com governar com Sanchez “*no âmbito do respeito dos compromissos europeus da Espanha*” realizou um comício público em Madrid, no dia 2 de julho, em companhia de Jean-Luc Mélenchon! Shapira, cuja severidade na caracterização do PS e do PC em França, “*a chafurdarem no acompanhamento*”, não conhece limites, já quanto ao Estado espanhol, passa⁽⁴⁾.

A propósito da “Europa alemã”

A adesão da CCI ao *dégagisme* [a linha do “*fora com todos*”, NdT] não conhece limites. Todos os militantes internacionalistas consequentes rejeitam com desprezo a campanha chauvinista anti-alemã de que Mélenchon e comitiva regularmente se fazem eco. A última foi a seguinte declaração dele à BFM TV (9 de julho): “*Prefiro uma Europa à francesa a uma Europa à alemã*”. Campanha que não contribui de certeza

para ajudar a unir os trabalhadores alemães, franceses e de todas as nações contra os exploradores... alimentando, pelo contrário, a suposição de haver povos “*progressistas*” e outros “*reaccionários*”.

A IVª Internacional sempre rejeitou toda e qualquer forma de chauvinismo. Condenou sem concessões o famoso “*Um boche para cada um!*” dos estalinistas em 1944. Combateu a pretensa “*culpa colectiva do povo alemão*”, que, será necessário recordá-lo, foi a primeira vítima de Hitler e do nazismo. Levantando bem alto a bandeira do internacionalismo e do derrotismo revolucionário de Lenine, a IVª Internacional e a sua secção francesa organizaram, sob a ocupação nazi, a confraternização com os operários alemães uniformizados, difundindo o *Arbeiter und Soldat*. Marinheiros revolucionários alemães e militantes trotskistas franceses hão-de pagá-lo com a própria vida. Contra a santa aliança contra-revolucionária entre os imperialismos americano e britânico e a burocracia do Kremlin, a IVª Internacional combateu durante cinquenta anos contra a divisão da Alemanha, pela unidade da classe operária alemã. Saudou a revolução alemã de 1989,

lutou e luta ainda pela unidade social da Alemanha.

O que pesa, porém, tal herança política contra um banquinho no recreio dos grandes? Interrogado acerca da pretensa “*Europa alemã*” cara a Mélenchon, Shapira declara: “*Por mim, tenho uma pequena diferença quanto às fórmulas da ‘Europa alemã’.* *Dá jeito, traz velhas memórias, mas a UE, sobretudo desde 2005 e a crise económica de 2007-2008, já não é dirigida pelas instituições formais, mas pelo par franco-alemão.*” “*Pequena*” diferença? “*Dá jeito*”? Mas a quem raio hão-de “*dar jeito*” tais patrioteirices? A quem, se não a quem, ao desistir de toda e qualquer política de classe, substitui luta entre classes por luta entre povos?

A adesão ao “*fora com eles todos*”, que leva a direcção da CCI tão longe na ofensiva de destruição das organizações sindicais, não a leva menos a virar costas às mais elementares posições internacionalistas. ●

No sábado, 1 de setembro de 2018, às 14h, respondendo ao apelo da Tendência Comunista Internacionalista (TCI, membro do CORQI), juntamos-nos frente ao túmulo de Leão Sedov (no cemitério de Thiais em Paris), oitenta anos passados sobre a fundação da IVª Internacional, levantando bem alto a bandeira do internacionalismo proletário, da continuidade da IVª Internacional e da sua secção francesa.

(4) Podia-se, no mais, fazer idêntico reparo quanto ao outro aliado da *France insoumise* às eleições europeias, o Bloco de Esquerda (BE) de Portugal. Este faz parte da maioria parlamentar do governo Costa (Partido Socialista) desde novembro de 2015, votando regularmente os orçamentos e contra-reformas do governo português “*chafurdando no acompanhamento*”.

44º aniversário da Revolução Portuguesa de 1974

Contribuição para um balanço necessário

Por José Júlio S. H.

O balanço da Revolução portuguesa de 1974, última revolução proletária europeia do século XX, está por fazer. Os problemas políticos que ela levantou merecem reflexão: reflexão sobre as políticas que nela se desenvolveram, particularmente as políticas das organizações tradicionais que os trabalhadores construíram no seu combate político pelo socialismo, os Partidos Socialistas e os Partidos Comunistas — partidos que há muito, porém, se ligaram à defesa da sociedade capitalista (desde 1914 os socialistas, ao votarem, em vários países, os créditos da guerra imperialista; desde 1933, os estalinistas (“comunistas”), quando a sua política conduziu à vitória do fascismo na Alemanha). Também no caso português foram as políticas de divisão do movimento operário ao serviço da reconstrução do Estado e do imperialismo que acabaram por ditar o recuo e o fim da revolução.

O programa da IV Internacional refere que: “O principal obstáculo na via da transformação da situação pré-revolucionária em revolucionária é o carácter oportunista da direcção do proletariado, a sua cobardia pequeno-burguesa diante da grande burguesia, os laços traidores que mantém com esta, mesmo na sua agonia.

(...)”

Portugal, em 1974, era o elo mais débil da cadeia imperialista. Durante a década anterior à Revolução, sobretudo a partir do início da guerra colonial (1961), dera-se um grande desenvolvimento industrial, com a injeção de capitais do exterior, criando uma grande concentração operária, sobretudo na zona litoral (Setúbal, Lisboa, Aveiro, Braga, Porto), cifrada em mais de um milhão de operários. Entre 1961 e 1973 houve elevado crescimento económico (superior a 9% no sector secundário, 7% no terciário, e 1,5% na agricultura⁽¹⁾). Os salários eram de mera subsistência, atraindo as multinacionais para explorarem esse filão, nomeadamente nos têxteis, confecções, pasta de papel, relojoaria, metalurgia⁽²⁾, etc.

Paralelamente deu-se um enorme surto migratório para o estrangeiro, sobretudo das zonas rurais. Entre 1950 e 1970, saíram de Portugal mais de 1 milhão de pessoas. Só para França emigraram mais de 500 mil portugueses. O analfabetismo era uma das marcas visíveis do fascismo: em 1950, cerca de metade dos portugueses eram analfabetos, nos anos 1970, 25% dos portugueses não sabiam ler nem escrever⁽³⁾, e ainda hoje (2017) há cerca de meio milhão de analfabetos, idosos, no interior (INE censos 2011)⁽⁴⁾, herança do tempo da ditadura. Esta situação era o espelho do fascismo: salários miseráveis, analfabetismo, emigração.

Um país economicamente débil sustentou uma guerra colonial durante 13 anos

A guerra colonial travada durante 13 anos em Angola, Moçambique e Guiné fez mais de 100 mil vítimas entre os povos africanos, assim como 9 mil soldados e mais de 100 mil feridos portugueses⁽⁵⁾. A recusa da guerra colonial levou cerca de 150 mil jovens a desertarem do exército ou a recusarem a incorporação. O exército e a guerra colonial consumiam mais de 40% do Orçamento de Estado⁽⁶⁾. Apesar da repressão, a juventude mobilizava-se contra a guerra, as lutas operárias desenvolviam-se mesmo sem liberdade sindical (os sindicatos eram corporativos, controlados pelo governo).

Eram lutas para melhorar os salários miseráveis e fazer face à inflação. Não havendo sindicatos livres, as lutas desenvolviam-se, nas empresas, graças ao agrupamento de trabalhadores activistas que discutiam entre si e propunham aos outros colegas formas de acção, muitas vezes greves, por aumentos salariais e outras reivindicações. Normalmente, estes

(1) Rocha, 1984, *AnáliseSocial*, 84, Lisboa, pp. 621-644.

(2) Marinus Pires de Lima (1976), *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, Afrontamento, Porto.

(3) <http://imagenscontexto.blogspot.pt/2008/07/evolu-do-analfabetismo-em-portugal.html>

(4) <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-09-03-Taxa-de-analfabetismo-em-Portugal-ainda-e-das-maiores-na-Europa>

(5) Pimentel, in <http://jugular.blogs.sapo.pt/2535614.html>

(6) <http://jugular.blogs.sapo.pt/2535614.html>

● DEBATE

>>> activistas eram presos pela Pide ou, no mínimo, despedidos pelo patronato. Se, até dado momento, as greves terminavam com a intervenção da PIDE e ou das outras polícias (PSP, GNR), caso da Lisnave em 1969, onde foram despedidos operários mais jovens, por serem os mais “rebeldes”⁽⁷⁾, a certa altura o regime fascista e as suas polícias (PIDE, GNR e PSP) deixaram de poder acudir a todas as lutas em socorro do patronato, como bombeiros. Apesar de a polícia política, PIDE, ser portadora dos métodos de repressão mais sofisticados, tendo recebido formação da Gestapo e da CIA⁽⁸⁾, a repressão não conseguiu impedir o desenvolvimento das lutas.

Quando, em 1968, sucedeu a Salazar, o novo primeiro ministro, Marcelo Caetano, procurou fazer uma certa abertura sindical, permitindo que as direcções sindicais tivessem alguma autonomia, controlada pelo Estado. Contudo, mesmo essa abertura controlada tornou-se insustentável para o regime. Sucederam-se largas manifestações de trabalhadores nos vários sectores, obrigando o governo a recuar imediatamente. Paralelamente à situação laboral explosiva, havia um certo mal-estar em partes do aparelho de Estado, dissidências (da ala dita liberal) e mesmo alguma paralisia, nomeadamente de quadros do ministério do Trabalho que temiam pela situação laboral explosiva porque a conheciam bem⁽⁹⁾. As lutas e a organização da classe operária portuguesa desenvolveram-se nas zonas industriais, sobretudo em Lisboa e Setúbal, onde se destacava a indústria naval.

Lenine, em “*A Falência da II Internacional*” explica de forma clara os índices de uma situação revolucionária:

1) Impossibilidade de as classes dominantes manterem a sua dominação inalterada; crise em “cima”, crise da política da classe dominante, criando uma fissura por onde se infiltra o descontentamento e a indignação das classes oprimidas. Para que uma revolução estale, não chega, habitualmente, que “os de baixo já não queiram” viver como antes; importa, ainda, que “os de cima já não possam”;

2) Agravamento, além do costume, da miséria e da angústia das classes oprimidas;

3) Desenvolvimento marcado, pelas razões acima indicadas, da actividade das massas, que, nos períodos “pacíficos”, se deixam pilhar tranquilamente, mas, em períodos tempestuosos, são empurradas, tanto pela crise no seu conjunto como pelos próprios “de cima”, para uma acção histórica independente⁽¹⁰⁾.

Embora nem todas as situações revolucionárias dêem lugar a revoluções, em Portugal as premissas de Lenine estavam reunidas. Hoje, passados 100 anos de terem sido escritas aquelas noções, acrescentaríamos, como manifestação concreta de “os de cima já não poderem”, a existência de guerra. Foi assim em 1905 e em 1917/18 na Rússia, na guerra civil espanhola e à queda de Hitler em 1945. Foi assim também em Portugal em 1974. Nem todas as crises revolucionárias estiveram directamente associadas à guerra — veja-se o caso da Hungria em 1956, por exemplo. No entanto, a guerra é uma premissa importante. Em 1974, a revolução portuguesa veio associada à guerra colonial. O desmantelamento do Estado da burguesia começou pelo exército, pilar fundamental que manteve o regime fascista no poder durante 48 anos.

O medo do movimento das massas trabalhadoras

A crise que lavrava no exército, principal pilar de sustentação do regime, por questões ligadas ao arrastamento

da guerra e à sua insustentabilidade económica, conjugada com o desenvolvimento das lutas operárias, criou um impasse na cúpula do regime que o levou à paralisia. Desse impasse surgiu a discussão na elite do regime e no exército sobre o caminho a trilhar: continuar a guerra ou acabar com ela.

Por outro lado, a real possibilidade de as greves e lutas sociais generalizadas (nos três meses anteriores ao golpe de Estado havia greves generalizadas no país)⁽¹¹⁾, se tornarem incontroláveis acentuava a pressão sobre sectores militares descontentes, nomeadamente o que viria a ser o Movimento das Forças Armadas (MFA), para tomarem a iniciativa de um golpe de Estado.

Salgueiro Maia, o capitão responsável operacional pelo golpe de Estado militar em 25 de Abril de 1974, exprimiu com muita clareza o que empurrou os capitães para o golpe de Estado: “*Chegámos à conclusão de que tínhamos o dever perante a sociedade de fazer alguma coisa, porque se nós não o fizéssemos seria a população a fazê-lo. Tínhamos a noção de que se estava a caminhar para um precipício e que esse precipício culminaria numa guerra civil em que o povo pegaria em armas...*”⁽¹²⁾ Os capitães e militares descontentes tinham medo que o poder caísse na rua. Perante o apodrecimento completo do regime salazarista, o MFA tornava-se, assim, na salvaguarda e último recurso para a continuação do poder da burguesia portuguesa.

O desenvolvimento clássico de uma revolução

As massas trabalhadoras e a juventude ocuparam a cena política nas ruas e, pela sua acção, desmantelaram, ocupando os seus locais públicos (sedes) e proibindo-os, os pilares de sustentação do regime fascista, que se confundia com a própria ordem burguesa (partido único fascista, parlamento, instituições para-militares do regime, a polícia política PIDE). Impuseram a libertação dos presos políticos e constituíram órgãos de poder próprio e autónomo, nas empresas, repartições públicas, escolas, hospitais, nos bairros, nos quartéis. Foram as chamadas comissões: comissões de trabalhadores (CT) nas empresas e locais de trabalho; de moradores, nos bairros; de soldados, nos quartéis; mais tarde, comissões de ocupação das terras.

Nos bairros, as Comissões de Moradores (CM) centralizaram-se em muitas zonas, constituindo autênticos sovietes (conselhos de moradores), que exerciam o controlo de todas as actividades sociais: transportes, escolas, parques infantis, creches e infantários, saneamento básico (águas e esgotos), alojamento (ocupações de casa), urbanização, espaços verdes e desportivos, iluminação pública, abastecimento e preços⁽¹³⁾. Todas estas comissões eram eleitas em assembleias de trabalhadores (AGT), de moradores, camponeses e soldados e revogáveis a qualquer momento.

A enxurrada da revolução varreu os responsáveis do regime fascista que chefiavam os organismos públicos, saneados pelos trabalhadores. Elegeram-se trabalhadores para ocuparem os postos de direcção. Assembleias do povo elegeram pessoas de confiança para gerir as autarquias. Nos quartéis, as comissões de soldados eleitas começaram por sua vez a eleger e ou controlar as chefias militares, em assembleias de unidade (ADUs). O aparelho de Estado e do exército caíam, desmantelados.

(7) Torre do Tombo, Dossier greves, cota SL, NT 1276, PROC.4804.

(8) https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolução_de_25_de_Abril_de_1974

(9) Marinus Pires de Lima (1976, op. cit.), já referido, conta que quadros do Ministério do Trabalho, portanto do regime, pediam aos dirigentes sindicais dos sindicatos ganhos pela oposição, para ajudarem a resolver situações.

(10) Lenine, (1971), “*La Faillite de la II. Internationale*”, Éditions sociales, Paris, p. 16.

(11) Marinus Pires de Lima (1976, op. cit.).

(12) Entrevista de Salgueiro Maia à revista “Factos e Fotos”, nº 664, 1974.

(13) Conselho de Moradores de Queluz (Agosto de 1975), in Notícias da Amadora.

Saliente-se que este movimento foi combatido pela chamada “esquerda militar”, dirigida pelo PCP e pelos esquerdistas, que, com uma linguagem ultra-revolucionária e obreirista, se opunham ao seu desenvolvimento: era preciso confiar nos “militares revolucionários”, no chamado MFA.

Nas empresas, as CT redigiram sistematicamente cadernos de reivindicações (CR), em que se coligiam as reivindicações que estavam por satisfazer há décadas. O patronato ficou apreensivo, ao deixar de poder contar com as polícias, especialmente com a polícia política (PIDE), extinta, nem com o exército, em crise. Muitas empresas foram ocupadas, assumindo as CT a gestão, ou controlando os patrões. Quem mandava nas empresas eram, para todos os efeitos, as CT eleitas em AGT. Nas grandes empresas, como na Lisnave, as administrações procuraram associar as CT à gestão, mas estas recusaram a co-gestão. Agiam de forma autónoma, apenas dependentes das AGT e das decisões aí aprovadas.

Na revolução portuguesa, confirmou-se a lei histórica de que as massas trabalhadoras, ao entrarem na luta pelo poder, procuram utilizar as suas organizações tradicionais. Os trabalhadores aderiram em massa ao PCP e ao PS. Encarregavam-nos de realizar um governo seu, no caminho para uma sociedade socialista.

O PCP era o partido operário com a maior organização clandestina sob o regime fascista. Quando se deu o 25 de Abril, foi com naturalidade que centenas de milhares de trabalhadores a ele aderiram. Porém, o PCP fazia parte do aparelho internacional da burocracia do Kremlin, e Moscovo não queria nenhuma revolução. Já à queda de Hitler e de Mussolini os PCs tinham sido chamados ao governo em França e na Itália, para controlar os trabalhadores e moderar as suas reivindicações. Em França, o lema de Thorez, secretário-geral do PCF, foi “produzir primeiro, reivindicar depois” e “as greves são a arma dos trusts”. Na Itália, Togliatti, o secretário-geral do PCI, foi ministro da justiça. Foi da sua responsabilidade uma lei que amnistiou e reabilitou os fascistas.⁽¹⁵⁾ Em Portugal, o primeiro ministro do trabalho do primeiro governo provisório após o 25 de Abril foi um sindicalista bancário, militante do PCP. A política do Ministério do Trabalho para as empresas, calcada na do PCP, respecou a mesma retórica do PCF e do PCI de 1945. As greves eram obra de esquerdistas que faziam o jogo da reacção fascista. Era preciso dizer não à *intransigênCIA* e à *impaciênCIA*⁽¹⁶⁾, ou seja, as greves eram obra da CIA⁽¹⁷⁾. O governo de então elaborou uma lei para acabar com as greves, assinada por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e ministro sem pasta do governo, apelidada de ‘lei anti-greve’. Ela seria derrotada, nas empresas e na sociedade, pela acção dos trabalhadores, pelas greves e reivindicações.

O Partido Socialista (PS) não existira na clandestinidade. Quando se deu o 25 de Abril, tinha apenas umas dezenas de quadros, na maioria advogados. O PS fez parte dos governos provisórios, concordando com as políticas por eles desenvolvidas. No entanto, nessa altura, o PS não afrontava as greves nem se opunha frontalmente às reivindicações que os trabalhadores canalizavam através das CT. Esse papel competia ao PCP. O PS apoiou as CT, pois precisava de se implantar na classe operária e obter meios para poder disputar ao PCP a liderança da central sindical, a Intersindical. O PCP

era contra as CT. Considerava-as divisionistas e concorrentes dos sindicatos. Como as reivindicações nas empresas eram apresentadas, no essencial, através das CT, o PS conseguiu implantar-se na classe operária e ganhar alguns sindicatos da Intersindical.

Os seis governos provisórios formados após o 25 de Abril, até à posse do primeiro governo Constitucional (em 23 de Julho de 1976) foram chefiados por militares. O PCP tinha grande influência nos militares do MFA. A sua política era pôr os trabalhadores a reboque dos militares. Quis impor uma orientação de formação de um governo militar dito “revolucionário”, que exigia a subordinação de todos os partidos. Esta orientação levou o PS a abandonar o IVº governo provisório, pois ela implicaria a sua destruição. Através dos chamados militares “revolucionários”, o PCP organizou um “Pacto MFA-partidos” no intuito de garantir que o MFA mantivesse o controlo da democracia e da revolução. Procurou desvalorizar e sobrepor-se ao resultado das eleições constituintes de 25 de Abril de 1975 e à resultante maioria PS / PCP. O Pacto foi assinado pelos partidos com assento parlamentar, excepto a União Democrática Popular (maoísta). Paralelamente, o PCP quis impor a Intersindical como única central sindical (a linha da “unicidade sindical”), a tutelar o movimento sindical na dependência dos militares. As CT perderiam a sua capacidade de acção, e só poderia haver os sindicatos que o governo autorizasse.

O PS opôs-se a esta orientação. O PCP foi derrotado neste confronto político, que envolveu acções e confrontos de rua em 19 de Julho de 1975. Esta situação radicalizou ainda mais os trabalhadores e, com eles, os militantes de base do PS, em defesa da liberdade de expressão e das reivindicações, e deu força a uma “ala trabalhista” do PS, que se apoiava nas CT e nos militantes sindicais que combatiam a política do PCP e da Intersindical de amordaçar as liberdades e a livre expressão nas empresas e sindicatos.

Nessa altura, Mário Soares, secretário-geral do PS, foi chamado à administração americana para prestar declarações. Perguntaram-lhe se queria ser o Kerenski português. Ele terá respondido que, se tinha ido à esquerda por necessidade da situação política, também saberia ir agora à direita⁽¹⁹⁾.

A partir do verão de 1975, com o 6º governo provisório, o PS assumiu a orientação e as responsabilidades da governação. Contra a orientação que investia os militares como tutores da democracia, triunfava a de organizar o controlo da revolução e a reconstrução do Estado pela via parlamentar. No caso, seria um governo militar com o apoio da administração americana, tendo presente a referência de Kerenski a Mário Soares.

Para os trotskistas (OST/CORQI), era claro que, sem partido revolucionário, a revolução não podia sair vitoriosa. A perspectiva de um governo militar dito de esquerda levaria certamente a confrontos armados e à guerra civil. Organizações fascistas secretas (ELP, MDLP) armadas atacavam as sedes do PCP, do MDP e também do PS e fizeram atentados, matando pessoas conotadas com a esquerda em várias zonas do Norte e Centro do país. Já houvera duas tentativas falhadas de golpe armado da reacção, nos dias 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975, organizadas pelo General Spínola, ex-Presidente da República e do Conselho da Revolução. Ambas foram derrotadas pela mobilização popular. Delas resultou um aprofundamento da revolução, cujas consequências foram a nacionalização da banca e de grande parte da indústria em Março de 1975.

A marcha para um governo militar “de esquerda” >>>

(14) Ver o exemplo da Fábrica Simões, entre muitas outras, in Pimentel, *Análise Social*, 50, 1977.

(15) Tony Judt (2014), *Pós-Guerra*, Edições 70, Lisboa, p. 72.

(16) Mário Castrim, in «*Diário de Lisboa*», 19/6/74, este destacado militante do PCP faz referência: greve arma CIA, no seguimento de Octávio Pato, dirigente do PCP, que na televisão, no dia 15 de Maio, tinha denunciado as greves.

(17) Cf. Documents de l’OCI, nº 3, “25 avril : la dictature fasciste s’effondre à Lisbonne”, 1975, *Problèmes de la révolution portugaise*, onde podemos encontrar uma explanação completa da acção dos trabalhadores, no 1º ano da revolução em Portugal.

(18) O 1º governo (16/5/74 a 18/7/74) caiu após uma manifestação dos funcionários públicos; o 2º governo (18/7 a 30/8/74) caiu após a tentativa de golpe de Spínola de 28 de Setembro; o 3º governo (30/9/74 a 26/3/75), caiu após outra tentativa falhada de golpe de Estado, em 11 de Março de 1975; o 4º governo (26/3/75 a 8/8/75) caiu após a saída do PS; o 5º governo (8/8/75 a 19/10/75) caiu após a derrota do PCP na rua, nos confrontos de 19 de Julho e da tentativa falhada de governo militar dito revolucionário, com os CDRs; o 6º governo durou de 19/9/75 a 23/7/76, iniciando-se depois os governos constitucionais.

(19) Ex-camaradas dirigentes do POUS, dirigentes do PS na altura, explicaram que Mário Soares referiu esta situação na Comissão Nacional do PS.

● DEBATE

>>>

englobaria, com muita probabilidade, a organização de provocações para sangrar o movimento operário e acabar com as liberdades democráticas, para servir de exemplo à classe operária portuguesa e europeia. Contudo, essa hipótese também poderia ser derrotada pelo movimento em frente das massas trabalhadoras.

Mário Soares preferiu seguir a linha da democracia parlamentar, contando com a política de divisão organizada pelo PCP/Kremlin para poder estancar o movimento em frente dos trabalhadores e da revolução portuguesa. Assim veio a acontecer.

Os trotskistas (OST/CORQI) não podiam (nem podem) ser neutros, fosse qual fosse a situação. Que posição se assumiu na altura? Pronunciámo-nos contra a ditadura militar que estava no horizonte, a coberto de um governo militar dito de esquerda. Tomou a mesma posição o grupo português ligado ao SWP dos EUA (PRT).

O PS ganhou as eleições para a Assembleia Constituinte de Abril de 1975, em que a participação popular atingiu 93%. Dessas eleições saiu uma maioria parlamentar do PS e do PCP. O MFA procurou desvalorizar as eleições, invocando o pacto MFA/Partidos. Formou-se então um governo baseado nos militares ditos de esquerda, com o apoio do PCP: o 5º governo provisório, chefiado pelo Coronel Vasco Gonçalves. Este continuou as políticas anteriores de tentar desalojar as massas trabalhadoras das posições que haviam conquistado pelas ocupações de empresas e sequestro de administrações, pela gestão ou controlo das empresas e dos serviços públicos (hospitais, escolas, universidades, departamentos do Estado, autarquias) pelas comissões de trabalhadores, pela ocupação das casas devolutas e sua entrega aos necessitados, pela ocupação das terras dos latifundiários e pela exigência da Reforma Agrária, pelo controlo dos bancos. Desalojar as massas passava por controlar e subordinar CT e sindicatos aos Comitês de Defesa da Revolução (CDR), na dependência do MFA. Era a posição defendida pelo PCP e pelos esquerdistas. Foi nesta altura que assistimos a manifestações cuja palavra de ordem era “Abaixo a Assembleia Constituinte” onde havia uma maioria de deputados do PS e do PCP.

A orientação de governo militar apoiada pelo PCP fracassou. Formou-se então o VIº governo provisório, agora já sob a responsabilidade da direcção do PS, mas com o mesmo objectivo de impor um recuo ao movimento da revolução.

Em 11 de Novembro de 1975, a classe operária da construção civil, à qual se juntaram outros sectores na exigência do reconhecimento do seu contrato de trabalho, cercou o edifício do parlamento durante 3 dias, obrigando os deputados a permanecer no seu interior. A Assembleia Constituinte era o centro do poder político saído das eleições, com uma maioria do PS e do PCP.

Faltou nessa altura a palavra de ordem democrática “governo PS/PCP”. PS e PCP eram a maioria na Assembleia Constituinte. Não fomos capazes de avançar esta palavra de ordem, que teria, certamente, aprofundado a revolução, apesar de ocuparmos posições de direcção no PS e termos deputados, fruto da nossa intervenção junto da comissão de trabalho. Porque era a Assembleia Constituinte o centro do poder? Porque aí existia uma maioria do PS e do PCP, expressão eleitoral, deformada, do surto revolucionário, dada pela maioria de votos dos trabalhadores. Formulada correctamente, a palavra de ordem de governo PS-PCP

podia obrigar a clarificar a situação política e impor a constituição de um governo sem militares, um “governo dos partidos operários”. Seria, decerto, contraditório, mas expressaria a vontade política dos trabalhadores e teria sido um passo em frente da revolução. A cada momento da nossa análise política sobre o poder e o seu exercício, devemos ser capazes de distinguir onde está o poder e quem o exerce. Neste caso, como as massas estavam na rua, ficámos ébrios da sua enorme energia, que levava tudo à sua frente, e não pensámos na saída política, que estava ali à mão. Os trabalhadores foram ter com o poder político, cercaram a Assembleia. Porém, não chega cercar o poder, é preciso tomá-lo.

Este foi talvez o momento mais alto, o ponto culminante da Revolução Portuguesa: o cerco do poder pela classe operária.

Ao fim destes três dias, à falta de saída política, os trabalhadores foram retirados do cerco ao Parlamento, indo o PCP à frente (os seus deputados foram os primeiros a sair do parlamento, de punho erguido), e desviados para o apoio ao Presidente da República, general Costa Gomes, o que viria a permitir a manobra e organização do golpe militar do 25 de Novembro, promovido pela ala dita direita do MFA⁽²⁰⁾, que desalojaria a chamada esquerda militar. Com esta manobra, o governo pôde começar a reorganizar o Estado e o exército.

No entanto, ao contrário do que disseram muitos comentadores ditos de esquerda (estalinistas e afins), a revolução não acabou nessa data e com esse golpe de 25 de Novembro de 1975. Durante o ano de 1976, continuou o movimento de reforma agrária e ocupação de terras, com a criação das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas, como continuou a ocupação de empresas, e continuaram as lutas e greves com êxito⁽²¹⁾. Nas empresas, as CT continuavam no exercício das funções ditas pelas AGT.

O PS assumiu o poder, o Parlamento foi instituído como centro da política nacional. Mário Soares negociou o “apoio” do FMI e começou a negociar também a integração de Portugal na CEE. Soares tinha dito à administração dos EUA que depois de ir à esquerda, também saberia ir à direita para disciplinar a classe operária e fazer parar o movimento em frente da revolução. Para isso, porém, tinha de impor a disciplina dentro do seu próprio partido, submetendo a ala esquerda à decisão de meter o “socialismo na gaveta”, ou seja, de acabar com a revolução. Esta expressão tornou-se pública quando a comissão de trabalho do PS percorreu de Norte a Sul as secções do PS e os núcleos de empresa, recolhendo as recomendações dos militantes sobre medidas e propostas que um governo do PS houvesse de cumprir. O militante mandatado pela comissão de trabalho (Carmelinda Pereira) foi entregar as recomendações dos militantes do PS ao Secretário-Geral Mário Soares. Soares respondeu que já tinha feito acordos com o FMI e meteu as recomendações e propostas dos socialistas na gaveta.

Era preciso acabar com a oposição dentro do PS, constituída, em torno da comissão de trabalho, pelos membros das CT e pelos sindicalistas que se tinham oposto à ofensiva estalinista nos sindicatos para impedir qualquer oposição e lutado pela democracia política e sindical. Estes militantes organizaram uma lista de

(20) Uns meses antes, os soldados pára-quedistas, reunidos em Assembleia de Unidade, quiseram sanear o capitão Jaime Neves, da direita militar, e foram os militares da chamada ala esquerda do MFA (Otelo), que foram demovê-los dessa situação: a ala esquerda salva a ala direita do MFA, todos militares, claro!

(21) Phil Mailer (1978) Portugal: A Revolução Impossível, Afrontamento, Porto.

oposição no Congresso do PS, obtendo 30% dos mandatos na Comissão Nacional. A oposição era constituída por duas correntes, uma formada em torno do dirigente Lopes Cardoso, ex-ministro da agricultura (Fraternidade Operária - FO), e outra dirigida pelos camaradas deputados Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues (Movimento para a Unidade Socialista - MUS), todos ligados à comissão de trabalho. O primeiro choque de Mário Soares com a revolução portuguesa deu-se com a expulsão do MUS, dos seus dirigentes e de centenas de militantes operários, membros de CT e sindicalistas que não aceitaram a política de “meter o socialismo na gaveta”. Estes foram expulsos da sede do PS com gás lacrimogéneo.

Realce-se que muitos militantes socialistas levantaram nessa altura a questão da unidade dos dois grupos da esquerda socialista. O grupo FO (através de César de Oliveira) propôs ao MUS (Carmelinda Pereira) que se discutisse a constituição de uma organização da esquerda socialista, pela fusão da FO com o MUS. Na subsequente discussão interna dos trotskistas (OST/CORQI), discutiram-se duas orientações alternativas: constituir uma organização de unidade da esquerda socialista pela fusão entre a FO e o MUS; ou construir os trotskistas, que dirigiam o MUS, a sua própria organização, a secção da IVª Internacional, e não um partido centrista. Ganhou a posição que defendia que os trotskistas apenas construíssem a sua organização. A orientação de fazer a unidade com os outros militantes da FO foi derrotada.

Este foi, a meu ver, o segundo grande erro que cometemos na revolução portuguesa. O primeiro erro foi não termos apelado à constituição de um governo do PS e do PCP quando do cerco da assembleia no dia 12 de Novembro de 1975. O segundo foi constituir o POUS, desprezando a hipótese da transição como via para construirmos o partido revolucionário. Aconteceu que ficámos isolados entre os aparelhos do PS e do PCP e sem capacidade para ganhar os camaradas da FO. Os socialistas da FO, sem alternativa, voltaram ao PS ou foram por ele enquadrados. Os aparelhos políticos, estalinista e social-democrata, isolaram-nos. Nós perdemos a oportunidade de construir uma organização que representasse a continuidade do combate dos socialistas pelas liberdades, pela democracia e pelo socialismo — contra o estalinismo e contra o meter o “socialismo na gaveta” de Mário Soares. Esta situação ditou as nossas dificuldades de construção do POUS, da IVª Internacional-CORQI em Portugal.

Faltou, na altura, fazer uma análise concreta da situação, lançar a discussão sobre o momento da revolução e precisar a sua evolução, armando os quadros do POUS para as tarefas que era necessário desenvolver para construir o partido.

Os problema da construção da organização trotskista depois deste período serão objecto de um texto adicional de análise e reflexão a publicar num dos próximos números d’*A Internacional*. ●

● DEBATE

(1) Instituto Nacional de Estatística da Tunísia (2018). Painel económico: síntese mensal dos principais indicadores da conjuntura económica. Tunes.

(2) Banco Central da Tunísia (16 de junho de 2018). Indicadores monetários e financeiros diários. <https://www.bct.gov.tn/bct/siteprod/indicateurs.jsp>

(3) Fundo Monetário Internacional (16 de junho de 2018, Tunísia: Carta de Intenções, Memorando de Política Económica e Financeira e Memorando de Entendimento Técnico, maio de 2016. <https://www.imf.org/External/NP/L/OI/2016/TUN/fra/050216f.pdf>

(4) Chafik B.R. (2017) *Top 5 products with the highest inflation in Tunisia since 2010*. Datanalysis. Observatório Tunisino da Economia, Tunes, p. 1.

(5) Ministério das Finanças da Tunísia (2017). Brochura da Dívida Pública, dezembro de 2017. Ministério das Finanças da Tunísia, Tunes, p. 5.

(6) Chafik B.R. (2017) *Foreign currency losses due to non-resident status (Act72) Vs. External borrowings in Tunisia 2006-2016*. Datanalysis. Observatório da Economia da Tunísia, Tunes, p. 1.

(7) Mounira B.A., Sami B., Kais B. (2017) *L'Économie non observée en Tunisie*. Notas e análises do ITCEQ. Instituto Tunisino da Competitividade e Estudos Quantitativos, Tunes.

(8) Abdessatar S. (2018). *Les mouvements de protestation sociale en Tunisie 2016 2017*. Fórum tunisino dos direitos económicos e sociais, Tunes.

(9) Frente Popular (29 de junho de 2018). Texto integral da iniciativa da Frente Popular: “Iniciativa pela Salvação Nacional e pela Construção”. <http://front-populaire.org/?p=4938>

Actualidades da crise na Tunísia

Revista que é do Comité de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional (CORQI), *A Internacional* abre regularmente as suas páginas a artigos e contribuições de militantes operários que não se reivindicam necessariamente do CORQI nem das tradições da IV^a Internacional. Para nós, é parte do livre debate que é necessário, entre militantes que reivindicam a causa da emancipação da classe operária. É nesse âmbito que, com o acordo dos nossos camaradas da Tunísia, *A Internacional* publica esta contribuição de um militante tunisino.

A Tunísia mergulhou, no início de 2018, numa crise política que se agrava de dia para dia. Os partidos da maioria parlamentar e o governo de “união nacional” têm-se metido, nas últimas semanas, numa comédia de humor negro. Enquanto isso, as classes populares vivem em condições extremamente desastrosas, mais graves do que as que deflagraram a revolução em 2010-2011. Revolução que continua, permanente e inacabada.

A Tunísia, uma crise socio-económica

Após as eleições gerais de 2014, formou o governo tunisino uma coligação entre o partido liberal Nida Tunes e o seu rival político, o partido islamista Ennahda. Não foi surpresa, pois ambos os partidos, apesar de terem projectos societários incompatíveis, enquadram-se nas opções neoliberais e alinham pelos ditames dos embaixadores francês e americano em Tunes.

O resultado desta coligação é que hoje os tunisinos mal conseguem ganhar a vida, com uma taxa de inflação de 7,8% em junho de 2018 (um recorde desde 1991). A taxa de desemprego ultrapassou 15% no primeiro trimestre de 2018, 22% para as mulheres^[1]. As reservas de divisas cobrem apenas 71 dias de importações^[2]. Estes dados serão pontuais, mas são também testemunho de uma

crise estrutural devida ao alinhamento da coligação governamental com os ditames do FMI^[3]. Em janeiro de 2017 — em comparação com 2010 — os tunisinos pagam muitíssimo mais para comprar os mesmos produtos: o preço da roupa aumentou 60%, dos legumes 79,3%, da fruta 63,5% e do óleo de soja 65,5%^[4]. Por outro lado, o endividamento externo total do país representava 69,9% do PIB em dezembro de 2017^[5]. É uma dívida que confisca a soberania da Tunísia. No entanto, as leis oferecem aos investidores estrangeiros vantagens financeiras que ultrapassam em muito toda essa dívida externa^[6]. Enquanto isso, a “economia paralela”, detida por barões intocáveis, atingiu 40% do PIB em 2014^[7], tornando-se num autêntico pesadelo.

Por outro lado, após uma curta estagnação em 2014, o processo revolucionário na Tunísia tem-se intensificado constantemente desde 2015. Em resposta à crise económica, que persiste, e às promessas eleitorais não cumpridas pela coligação de governo, os protestos aumentaram 236% entre 2015 e 2017. Estes protestos espalharam-se às regiões desfavorecidas do país, arvorando reivindicações diversas (económicas, sociais, ecológicas, políticas, administrativas...) e afectando todos os sectores de atividade, embora assumindo formas diferentes (manifestações, greves, sit-ins, bloqueio de estradas, greves de fome, suicídios, em grupo ou individual...)^[8]. Os protestos atingiram as grandes cidades em janeiro de 2016, em 2017 e em 2018, transformando-se em tumultos revolucionários que desestabilizaram o governo em funções.

“União nacional” para salvar a maioria parlamentar

No processo revolucionário em curso, o primeiro governo de maioria parlamentar enfraqueceu em janeiro de 2016, açoitado pelas mobilizações populares contra as medidas da lei orçamental recentemente aprovada. Para salvar esta coligação ao serviço da União Europeia e dos Estados Unidos, pôr em prática as directivas do FMI^[3], barrar o caminho à oposição que começava a aderir à iniciativa da salvação nacional proposta pela Frente Popular (frente dos partidos marxistas e pan-árabes)^[9] e fortalecer o controle da família presidencial sobre os aparelhos de poder, o presidente da República lança, em junho de 2016, a iniciativa do governo dito de união nacional. Esta iniciativa irá eclipsar o papel da Assembleia de Representantes do Povo (ARP) e institucionalizar a dependência do poder legislativo do poder executivo. Concretizada no acordo assinado, conhecido como “Carta de Cartago”, esta iniciativa comprometeu a central sindical (UGTT), a central patronal (UTICA), a central dos agricultores (UNAT) e alguns partidos da social-democracia no apoio ao novo governo. Baptizado governo de “união nacional” e dominado pelos islamistas da Ennahda e pelos liberais da Nida Tunes, este governo não é, na verdade, senão uma equipa presidida por um próximo do Presidente

da República e ex-funcionário da embaixada americana em Tunes.

Na prática, o governo de “união nacional” não é mais do que um governo de guerra contra o povo. Longe das boas intenções da “Carta de Cartago”, o seu programa resume-se à privatização de várias entidades públicas, ao congelamento do recrutamento na função pública, ao aumento de impostos e contribuições sociais, à redução do orçamento do fundo de compensação dos produtos energéticos e alimentares, à liberalização do dinar tunisino^[3] e ao aumento da dependência da economia tunisina da União Europeia, especialmente nos sectores agrícola e dos serviços^[10].

O processo revolucionário acelera então, e os protestos e greves intensificam-se durante o ano de 2017^[8] e início de 2018, destabilizando, assim, este governo de guerra contra o povo..

“União nacional” faz deflagrar os conflitos

A base sindical metida na luta contra as medidas de austeridade acaba por obrigar a direcção burocrática da UGTT a rectificar posições. O secretariado executivo da UGTT regista, em comunicado de 24 de fevereiro de 2018, “o fracasso no cumprimento dos compromissos relativos à maioria dos temas nacionais prioritários [compromissos da “Carta de Cartago”] por causa da crise política”, apelando a “transferir novas competências para estruturas, órgãos e instituições baseados na eficiência e não na lealdade [a lealdade do chefe de governo para com a Ennahda]”^[11]. A mudança de posição da central sindical é, bem entendido, consequência da pressão dos militantes e estruturas de base da UGTT, que tem cerca de um milhão de aderentes. No entanto, reflecte também um conflito de interesses que surgiu entre a burocracia da UGTT e o governo. Lembremos aqui que a poderosa organização sindical tunisina, a UGTT, é dominada por uma burocracia (o secretariado executivo e os secretariados sectoriais nacionais). As posições desta burocracia em relação ao poder são sempre definidas em função das vantagens que o poder lhe concede como contrapartida da “paz social”.

Por outro lado, o dirigente da Nida Tunes, filho do Presidente da República, conta suceder ao pai. O partido Nida Tunes foi fundado em 2012 por Beji Caied Essepsi (BCE) para o levar à presidência da República. O partido é expressão da burguesia *compradore* vinculada à União Europeia e à Arábia Saudita. Tal pai, tal filho: este último conta usar o partido para suceder ao pai, que tem mais de 90 anos. O pequeno sonhador está actualmente desavindo com o chefe do governo, também membro do comité executivo do partido. A desavença começou na primavera de 2017, quando o último declarou a “sua” guerra contra a corrupção. Era apenas um golpe de teatro para acalmar o crescendo de protestos e atacar os mafiosos que apoiavam o filho de BCE financeiramente e via comunicação social. Indo além dos limites que lhe estavam traçados, o novo chefe de governo emergiu como actor principal no cenário político, aproximando-se dos embaixadores ocidentais para obter apoio para as suas posições. Os homens influentes da Nida Tunes viraram-se então contra ele. Desde o início de maio de 2018, o partido pede a demissão do governo e do seu chefe.

O partido islâmico Ennahda, expressão política doutra franja da burguesia *compradore*, ligada à Turquia, ao Catar e à antiga administração de Obama, apoia o chefe do governo. Para os islamistas, o caso é não perder as posições que ocupam

no governo e no executivo em geral em ano de eleições gerais, previstas para o final de 2019. Interessa-lhes igualmente aparecer como garantes da estabilidade política na Tunísia e, por conseguinte, aptos a governar depois de 2019. Ao apoiar o atual chefe de governo, o partido islamista visa, também, aprofundar os conflitos internos do partido político rival, a Nida Tunes. A central dos agricultores (UNAT), próxima da Ennahda, apelou a uma remodelação ministerial sem mudança de chefe de governo.

O presidente da República, Béji Caïd Essebsi, dito “BCE”, optou pela “imparcialidade” ditada pela Constituição. Falsa imparcialidade, na verdade, que lhe permitirá, no momento azado, decidir a favor do campo que tenha o total apoio das forças estrangeiras com influência na Tunísia (Estados Unidos, União Europeia, Turquia e países do Golfo). A central dos empregadores (UTICA), representada por vinte e cinco deputados (maioritariamente membros do partido Nida Tunes) na Assembleia de Representantes do Povo, declarou apoiar qualquer iniciativa que o presidente da República viesse a tomar.

Estes conflitos de interesse entre “os pioneiros da união nacional” impõem-se no cenário político tunisino. A comunicação social eclipsa a que é a principal contradição, entre as classes populares e o *compradore*, a despeito do conflito Nida-Nahdha. Anunciam-se apelos e iniciativas para “uma coligação anti-islamista para derrotar o chefe de governo que traiu o seu partido”. Anunciam-se igualmente contrapropostas para “fazer face às intenções do herdeiro de seu pai e salvar a Segunda República”.

É um conflito dentro do poder e pelo poder que se desenha hoje na Tunísia entre os partidos da maioria parlamentar de 2014. Um conflito que põe de lado os problemas reais das classes populares. Serão as forças revolucionárias capazes de repor no primeiro plano a principal contradição que divide a sociedade tunisina? Esta é a contradição entre um *compradore* que se apropria do poder em nome da democracia e as classes populares oprimidas (operários, pequenos e médios agricultores, desempregados, funcionários públicos mal remunerados, mulheres, jovens ...).

Que fazer?

A revolução deflagrada entre 17 de dezembro de 2010 e 14 de janeiro de 2011 manifestou-se sempre como processo contínuo. O processo revolucionário opõe o povo e as forças revolucionárias às forças da contra-revolução (*compradores* aliados ao imperialismo e suas organizações) e caracteriza-se pela acumulação de movimentos sociais regionais. Em chegando a um nível suficientemente alto, essa acumulação pode engendrar “erupções revolucionárias” nas grandes cidades (Tunes, Sousse, Sfax)^[12]. O processo revolucionário tem continuado até aos nossos dias, indicando a rejeição do sistema actual pelo povo.

Além dos protestos, os resultados das eleições municipais de 6 de maio de 2018 também atestam a rejeição dos partidos do poder pelo povo tunisino, que boicotou as primeiras eleições municipais (taxa de participação de 33,7%), favorecendo as listas independentes, vencedoras com 2.373 lugares, superando os partidos do poder: Ennahda (2.139 lugares) e Nida Tunes (1.600 lugares).

Mas os resultados das eleições põem, também, a nu a fraqueza dos partidos da oposição, mormente da Frente Popular, >>>

(10) Azzam M., Zied S. (2005). Impacto do Acordo de Livre Comércio Integral e Aprofundado nos Direitos Económicos e Sociais na Tunísia. In Rede Euromediterrânea dos Direitos Humanos (ed).

(11) União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (29 de junho de 2018) Comunicado da Comissão Executiva alargada de 24 de fevereiro de 2018. <http://www.ugtt.org.8A%D8%A7%D9%86-%D8%A7%D9%84%D9%85%D9%83%D8%AA%D8%A8-%D8%A7%D9%84%D8%AA%D9%86%D9%81%D9%8A%D8%B0%D9%8A-%D8%A7%D9%84%D9%85%D9%88%D8%B3%D9%91%D8%B9-2/>

(12) Timothée Giraud (2011) Géométrie 1 – Une cartographie géo-médiatique de la crise tunisienne. In Tunisienne Ucgdlc (ed). Collège international des sciences territoriales, França.

● DEBATE

(13) Frente Popular
(29 de junho de 2018).
Comunicado
<http://front-populaire.org/?p=5281>

(14) Nawaat (2017)
Le Front populaire
à l'ARP : au-delà
de la contestation,
peut-il être une force
de proposition ? In
Nawaat.org (ed).

>>> que teve que se contentar com o 4º lugar, com apenas 261 vereadores eleitos. Em contrapartida, a Frente Popular está armada de uma visão política revolucionária e progressista. A frente apelou, mesmo, às classes populares, no início de janeiro de 2018, para lutarem contra as medidas de austeridade da lei orçamental^[13], organizando a campanha “Até quando é que estamos à espera” para organizar essa luta. Porém, a Frente Popular continua a ter pouca influência no processo revolucionário, que se vem intensificando desde 2015.

Na Tunísia, nem protestos nem eleições conseguem varrer o regime dos compradores. Por outro lado, as forças da contra-revolução não conseguem resolver a situação a seu favor.

Que fazer então? Esta é a questão a que as forças

políticas revolucionárias não têm conseguido responder.

As forças revolucionárias, amplamente representadas na Frente Popular, têm que se implantar nos movimentos de protesto e assegurar a ligação entre acções e programa revolucionário^[14]. A Frente Popular tem de desempenhar o papel de vanguarda das classes populares (operários, camponeses, desempregados, funcionários públicos). Voltar a trazer para o primeiro plano as contradições da sociedade tunisina, unindo as forças revolucionárias e progressistas, armar os movimentos sociais com um programa revolucionário e organizar a luta de classes contra os compradores são as tarefas urgentes das organizações revolucionárias na Tunísia. Sem esse papel, o processo revolucionário na Tunísia manter-se-á órfão. ●

● Correspondências d'A Internacional



Alemanha

Die Internationale Arbeiterkorrespondenz

Órgão da secção alemã do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (junho de 2018)

Crise Aberta do Governo de Bloco Central

**No interesse da classe operária e da juventude,
só pode haver uma resposta: Basta!
Não podemos esperar até 2021!
Que o SPD saia do bloco central!**

(Contribuição para a discussão da secção alemã do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional).

POR INICIATIVA dos editores do mensário Freie Plattform für Arbeiterpolitik (Tribuna Livre por uma Política Operária), realizou-se uma conferência no dia 30 de junho, em Düsseldorf. Contribuem abertamente para este jornal membros da secção alemã do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI). Na convocação, indicava-se que, embora as resistências contra a linha das direcções do SPD e dos sindicatos no bloco central vão adquirindo relevo — por exemplo em comparação com 2013 —, *“aqueles que se pronunciam contra o bloco central e intervêm nessa linha não se estão a conseguir unir”*.

Com esta publicação, aspiramos a apresentar contribuições para a discussão de vários problemas e questões deste tipo, com os quais a classe operária e a juventude terão que se confrontar nas respectivas organizações.

O sistema capitalista conhece uma única via, a da destruição: as contra-reformas vêm umas atrás das outras!

Em 22 de junho de 2018, em total consenso, a ministra federal da educação, do Partido Conservador (CDU) e Holter, presidente da conferência dos ministros da educação e ministro da educação do Estado da Turingia, membro do partido de esquerda Die Linke⁽¹⁾, apresentaram, juntamente com outros ministros da educação de outros Länder (Estados) alemães, o relatório “A Educação na Alemanha em 2018” (Relatório Federal sobre a Educação). *“Este sétimo relatório sobre a educação (...) é prioritariamente consagrado às conseqüências e benefícios da educação.”* A conferência dos ministros regionais da educação e o ministro federal da educação concordam: sujeita à ditadura da regra de ouro e do défice orçamental nulo (proibição de contrair nova dívida), assim como à concorrência capitalista, a educação tem que ser aferida pelo critério das “conseqüências e benefícios” determinados pela economia. Que o ministro da educação de “esquerda” se sujeite sem pejo às exigências destes ditames tão pouco é novidade. A direcção do partido Die Linke tem-se constantemente submetido, nos governos estaduais em que participa, aos preceitos da política da Agenda⁽²⁾ agravada e às directivas da União Europeia destinadas a assegurar a “concorrência livre e não falseada no mercado comum”; tem sempre afirmado que esse quadro é susceptível de reforma. O “benefício”, ei-lo: a já dramática falta de educadores e educadoras nas creches e de professores nas escolas ainda se irá agravar consideravelmente. Já hoje 6% dos jovens abandonam a escola sem diploma, em primeiro lugar crianças saídas de famílias de

migrantes e de famílias pobres: Dois dias antes, 4.000 trabalhadores qualificados dos hospitais e da geriatria tinham-se manifestado em Düsseldorf por ocasião da 91ª conferência de ministros da saúde⁽³⁾, já que, segundo a central sindical Ver.di, faltam 162.000 postos nos hospitais, 80.000 dos quais só nos cuidados aos doentes. A que crescem 63.000 lugares de assistentes geriátricos a tempo inteiro. Entretanto, vão-se fechando hospitais. Com o “prémio à sucata” do governo federal e dos Länder (lei orgânica dos hospitais), que cria incentivos financeiros, são quase 36% os serviços de urgência que irão fechar, ficando, dos actuais 1.748 hospitais com serviços de urgência, apenas 1.120. O corpo médico manifesta-se, declarando: *“É uma tentativa flagrante de encerramento de hospitais inteiros, fomentada a partir do nível federal.”*

Podia-se continuar esta enumeração, no relativo à pobreza crescente, ao aumento do trabalho precário e à expansão do sector de baixos salários, ao lamentável aumento da salário mínimo, à explosão das rendas de casa e à falta de alojamento, ao descalabro das infra-estruturas...

No entanto, convém reter o seguinte: não estamos em presença de um governo isolado, por exemplo o governo de bloco central e os governos estaduais que se lhe subordinam. O que enfrentamos são ataques coordenados pela União Europeia contra todas as conquistas que o movimento operário pôde arrancar em difíceis lutas, travadas no âmbito do Estado burguês. O sistema capitalista, o sistema da propriedade privada dos meios de produção, no seu estágio de decadência, é incapaz de iniciar medidas, por mínimas que sejam, que possam melhorar a situação da classe operária e da juventude. Porém, já nem o status quo lhes basta! São todas as conquistas políticas e sociais que são ameaçadas!



Azânia/África do Sul

Black Republic

Órgão da secção azaniana da
IVª Internacional

Nº 10 – junho de 2018 (extractos)

A questão da terra

A QUESTÃO da terra tem estado desde sempre no coração da luta pela libertação da Azânia, desde a época colonial, quando os corajosos reis, rainhas e guerreiros do nosso país se levantaram em luta quer contra o império britânico quer contra o império holandês, determinados que estavam estes não só a conquistar e colonizar a África, mas igualmente a explorar os seus recursos e o trabalho dos povos indígenas. A chegada dos colonizadores holandeses em 1652 marcou o sombrio período imperialista, com a chegada de Jan Van Reibeek, enviado pela Companhia das Índias Orientais holandesa. Os nossos heróis combateram sem tréguas, e muitos reis e guerreiros ficaram presos na ilha Robin. O crânio de alguns deles serviu de troféu aos senhores da guerra britânicos, depois de capturados. Reis como os chefes Makana, Hintsá, Bambatha e muitos outros pereceram em combate pela defesa das suas terras contra os

(1) A Alemanha é um Estado federal, sendo a educação competência estadual. Cada Estado federado da Alemanha é soberano em matéria de educação: os ministros da educação dos Estados reúnem-se em conferência dos ministros da educação (KMK). Esta não tem, porém, direito de legislar.

(2) Política de austeridade extrema levada a efeito em 2005 pelo chanceler do SPD Schröder e desde então prosseguida por todos os governos.

(3) Tal como a educação, a saúde depende dos Estados federados: há um ministro da saúde por Estado.

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> colonizadores.

Os Khosa viram-se confrontados com violações e humilhações várias, bem como com o extermínio, no decurso de várias tentativas dos colonizadores de conquista total pela divisão da maioria negra da Azânia.

Foi também nestes termos que os camponeses da Azânia lutaram sem tréguas contra a lei Glen Grey de 1884, resistindo a leis que, em nome da cobrança das dívidas da capitação (poll tax), lhes impunham a anexação das terras dos indígenas, forçando-os ao salariado.

Esta mesma razão esteve na origem da última rebelião do reino zulu, conduzida pelo rei Bambatha, resistindo à anexação da terra pela coroa britânica, que então se esforçava por controlar e governar a Azânia.

A lei sobre as terras indígenas de 1913 esteve na base da petição enviada pelo Congresso Nacional dos Nativos da África do Sul (SANNC) à Coroa Britânica. Independentemente dos seus limites, na sua base, a petição prendia-se com a questão da terra, desde que ficara claro que a terra seria expropriada sem compensação. Os descendentes, tanto holandeses como britânicos, dividiram entre si a terra dos povos indígenas, só deixando nas mãos destes 7% de terra improdutivo.

Foi ainda nestes termos que, nos anos quarenta do séc. XX, a Liga de Juventude do ANC, sob a direcção de Anton Lembede, AP Mda, Robert Sobukwe e muitos outros, acabou por adoptar a posição 'A África para os africanos', que seria seguida da adopção do Programa de Acção que previa resistência radical à lei colonial, a reconquista da terra e sua entrega aos legítimos proprietários.

No entanto, foi exactamente depois deste período progressista que a luta pela libertação foi traída, na forma da Carta da Liberdade de 1955, que reduziu a nada a resistência tanto ao colonialismo como ao apartheid, ao declarar que *"a terra pertencerá a quem a trabalha"*.

O massacre de Marikana, há cinco anos, não é mais do que um novo episódio desta história.

Para *"salvar a África do Sul"*, esse país nascido dos acordos da CODESA e da sua *"cláusula sobre a propriedade"*, a aliança no poder (ANC-SACP-COSATU) tanto ao nível nacional como regional não tinha outra opção que não fosse lançar as suas forças policiais tanto públicas como privadas num confronto sangrento com a maioria negra em luta pela sobrevivência.

Ao reconstituir a secção da IVª Internacional (documento 17, Joanesburgo, 16 de setembro de 2017), afirmámos a actualidade da palavra de ordem da revolução de Outubro de 1917 *"A paz, o pão, a terra, da revolução operária que instaurará um governo operário que decidirá a expropriação imediata da terra sem indemnização"*. Hoje, na Azânia, milhões de trabalhadores negros e de jovens necessitam de se reapossar da sua terra. Para eles, é uma questão de sobrevivência. Na Azânia de hoje, intervir pela *"paz, pão e terra"* é mais actual do que nunca.

A cada dia que passa, nas zonas rurais como nas cidades, a maioria negra reapossa-se da terra, ocupando-a

por todos os meios necessários. As únicas respostas são, por um lado, a repressão e, por outro, o pretensioso argumento da "lei". Que "lei"? A *"cláusula de propriedade"* dos acordos da CODESA, negociada, nesse quadro, secretamente com o Partido Nacional, partido racista, pelas forças do ANC-SACP-COSATU com a cumplicidade dos apoiantes, mesmo dos apoiantes críticos, da aliança tripartida (os dirigentes da AZAPO e do PAC)?

Aos olhos das largas massas de negros explorados, a CODESA e aquela cláusula da propriedade mais não são do que a perpetuação, por um governo de dirigentes "negros", da situação criada pelo roubo da terra à maioria negra pela "lei sobre a terra" de 1913 e, depois, pelas leis do apartheid. Vinte e quatro anos depois das "primeiras eleições democráticas" na Azânia, a questão da terra continua por resolver. Vinte e quatro anos após os acordos de Kempton Park e da CODESA de 1994, a maioria negra na Azânia continua sem terra. 80% das terras (na prática, a totalidade das terras aráveis) pertencem à minoria capitalista branca, aos fazendeiros brancos e às empresas mineiras, bem como aos grandes trusts imperialistas e às Igrejas. A questão da terra não se põe unicamente às comunidades urbanas em matéria de alojamento, põe-se também aos camponeses sem terra das zonas rurais, que deviam ter o direito de cultivar terras produtivas e alimentar as suas comunidades.

A terra são também as riquezas do sub-solo, ou seja, as minas. Exigir a expropriação sem indemnização da terra em proveito da maioria negra não é meramente uma reivindicação nacional e democrática, é uma reivindicação da classe operária, com a nacionalização sem indemnização das minas e, portanto, a expropriação da Lonmin, da Anglo-American, da De Beers, etc., como exigem os mineiros, mormente depois do massacre de Marikana.

Não é por acaso que aqueles que recusam a terra à maioria negra na Azânia o fazem em nome da pretensa NDR (revolução nacional democrática), da "Carta das Liberdades" e da sua palavra de ordem *"A África do Sul pertence aos seus quatro povos"*. À pseudo-teoria estalinista da "revolução por etapas", da NDR e da Carta da Liberdade nós opomos a teoria marxista da revolução permanente, que significa hoje, na Azânia, a expropriação imediata da terra sem indemnização. Expropriação da terra sem indemnização implica ruptura imediata com a "cláusula da propriedade" da CODESA e mais não é do que o reconhecimento do direito da maioria negra à sua terra. (...) Considerando tudo o que acima se referiu, tomamos posição firme por:

— uma ampla frente única de todas as organizações políticas, sindicatos operários e organizações comunitárias pelo fim da repressão contra as ocupações de terras.

— uma ampla frente única que diga alto e bom som: é direito legítimo da maioria negra reapossar-se da sua terra e ocupá-la. Não toquem nas ocupações de terras!

Esta terra é a NOSSA terra!





Benim

Le Bulletin du Golfe

Editado por militantes trotskistas (CORQI) dos países do golfo do Benim
N.º 4 – junho de 2018

O governo põe em causa o direito de greve

O poder instalado está decidido a liquidar o direito de greve e as conquistas democráticas.

Em abril de 2016, Patrice Talon acedeu ao poder no Benim. Desde então, a lista dos atentados ao direito de greve e às conquistas democráticas não pára de crescer. Podem-se citar a título de exemplo: a medida relativa à suspensão dos movimentos estudantis, as numerosas proibições à manifestação de trabalhadores, com linhas vermelhas, as ameaças de irradiação de trabalhadores grevistas, a irradiação de um sindicalista das Águas e Florestas, cuja culpa foi ter-se pronunciado publicamente sobre as reformas governamentais no seu sector de actividade, a tentativa de revisão da Constituição do país em abril de 2017, que, ao ser bloqueada pela minoria parlamentar, deu origem, da parte do regime, à “política da manha e da raiva”.

Esta política tem-se ilustrado, nomeadamente, pela instrumentalização da justiça, que se lança no enalço de quem quer que seja crítico do regime (o sindicalista Laurent Metongnon está preso desde novembro de 2017 por um caso dito de corrupção, o deputado da oposição Mohamed Atao está igualmente preso por um caso dito de medicamentos falsos, etc.), e correcções fiscais contra operadores económicos suspeitos de pertencerem à oposição. O governo pede o levantamento da imunidade parlamentar de alguns deputados da oposição; as decisões do Tribunal Constitucional, cujo mandato findou em junho último, são alvo de vivas críticas dos próximos do regime, que se recusam a dar-lhes aplicação, etc.

Foi nestas condições que, em dezembro passado, a maioria parlamentar votou algumas leis que retiram o direito de greve aos agentes em saúde, segurança e justiça. Seguiu-se-lhes uma autêntica fronda social. Estas leis, qualificadas de liberticidas pelos trabalhadores e pelas suas organizações sindicais, foram declaradas anticonstitucionais pelo Tribunal Constitucional no corrente mês de janeiro de 2018, ao julgá-las o tribunal contrárias ao artigo 31.º da Constituição, que reconhece e garante o direito de greve aos trabalhadores.

Entretanto, em junho de 2018, instalou-se um novo Tribunal Constitucional, essencialmente composto por gente próxima do poder, nomeadamente Joseph Djogbenou, advogado pessoal do presidente da República e ministro da justiça do governo até ser nomeado para o Tribunal Constitucional.

Foi ele, aliás, quem foi designado presidente deste novo tribunal, que tomou decisão contrária à de janeiro de 2018, retirando o direito de greve aos agentes em saúde, segurança e justiça. O novo tribunal mais não fez, para dizer a verdade, do que fazer seus os pontos de vista desenvolvidos pelo seu presidente enquanto ministro da justiça e porta-voz do governo.

Há, de resto, factos que não enganam: a decisão de janeiro de 2018 que declarava contrárias à Constituição as leis que retiravam o direito de greve às três categorias de agentes acima mencionadas nunca suscitou do Parlamento uma sessão rectificativa.

Ora, foi praticamente no próprio dia em que o novo tribunal declarou a medida conforme com a Constituição que o presidente da República ratificou as leis relativas ao direito de greve. Esta reviravolta jurisprudencial tem suscitado numerosas reacções entre os trabalhadores: a União Nacional dos Magistrados do Benim, as confederações sindicais, o porta-voz do colectivo dos sindicatos da saúde, partidos e agrupamentos de partidos da oposição (nomeadamente a Frente pelo Sobressalto Patriótico e a Coligação pela Defesa da Democracia) tomaram já posição contra a decisão, que é uma autêntica conspiração contra os trabalhadores.

Apenas alguns meses após a última fronda social, que durou mais de três meses, o Benim prepara-se para uma nova crise social. ●



Burundi

Tribune libre des travailleurs

Órgão do Partido dos Trabalhadores e da Democracia
N.º 101 – junho de 2018

Editorial: por uma Assembleia Constituinte soberana!

O referendo constitucional de 17 de maio de 2018 terá representado, segundo alguns, uma viragem política no Burundi, ao instaurar uma lei fundamental decidida pela vontade popular na continuidade da linha política do acordo de Arusha pela paz e pela reconciliação no Burundi de 28 de agosto de 2000. Há, porém, quem pense que o escrutínio consagrou o comprometimento do dito acordo, que terá trazido a paz de volta ao país.

Que se passou com os resultados deste referendo? Os resultados oficiais anunciados pela Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) e validados pelo Tribunal Constitucional, indicam que 79,08% votaram sim e 20,92% da população votaram não a esta Constituição, tendo a taxa de participação atingido 96,20%.

Note-se que a oposição já contestara os resultados logo à partida: Agathon Rwasa, o dirigente da coligação dos independentes Amizero y'Abarundi, rejeitou-os logo no dia seguinte ao escrutínio, denunciando o clima de terror que, segundo disse, caracterizou quer a campanha eleitoral, quer o dia da votação e mesmo o pós-votação. Fraudes massivas orquestradas pelo partido no poder, o CNDD-FDD, com a cumplicidade de uma CENI às ordens, urnas atafalhadas de boletins, falsificação de actas e eleitores forçados a votar sim...

Lembre-se, de passagem, que, em 12 de maio de 2017, um anteprojecto de revisão da Constituição do Burundi fora anunciado, tendo o projecto final vindo à superfície no dia 25 de outubro de 2017. Previa a criação de uma posição de primeiro-ministro e a passagem do mandato do presidente da República de quinquenato a septenato, insusceptível de renovação mais de duas vezes consecutivas.

Não obstante, ao repor os contadores constitucionais a zero, esta reforma permitiria ao presidente em exercício, Pierre Nkurunziza, candidatar-se a um quarto mandato em 2020, após três quinquenatos. Ao nível legislativo, o limiar para a adopção de leis passaria de dois terços para a maioria >>>

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> absoluta, disposição aquela que, segundo o acordo de Arusha, visava obrigar ao consenso entre os representantes das duas etnias, hutu e tutsi.

Não é demais recordar, ainda, que, na essência, o acordo de Arusha se resume à partilha das instituições segundo a clivagem étnica, a fim de permitir a aplicação dos ditames do Programa de Ajustamento Estrutural (PAS, hoje quadro estratégico da luta contra a pobreza, CSLP) do Banco Mundial, do FMI e da União Europeia, uma política de privatização e de reembolso da dívida externa que desfez o país e mergulhou as massas trabalhadoras e a juventude numa miséria inaudita.

Foi esta política que pôs a saque os sectores públicos (ensino, saúde, infra-estruturas...) por via das privatizações, destruiu o sector cafeeiro, que até aí proporcionava ao Estado 90% das receitas de exportação, conforme a época, e que hoje ameaça tudo o que resta do sector público, a começar pela água e electricidade. Caso da Regideso, que tinha como uma das suas missões a produção de água potável, cuja carência é o principal vector de doenças hídricas como a cólera e a disenteria bacilar, que afligem ciclicamente as populações.

A crise financeira do Estado, fruto da política de privatizações, forçou os governos a aumentarem contribuições e impostos e a criarem outras alcavalas, como as ligadas às eleições gerais previstas para o ano de 2020.

É esta política fomentada pelo capital e pelas suas instituições financeiras que impede a democracia política de se exercer neste país: liberdade de organização (partidos, sindicatos, sociedade civil), liberdade de reunião e manifestação, liberdade de imprensa...

Para o PTD-TWINGURUNANI, democracia social e democracia política estão indissolúvelmente ligadas: não se podem exercer sob o jugo do imperialismo. Por essa razão se coloca a necessidade urgente de eleição de uma Assembleia Constituinte soberana que fique encarregada de satisfazer as aspirações legítimas do povo trabalhador e da juventude. ●

Costa do Marfim

Le Bulletin du Golfe

Editado por militantes trotskistas (CORQI) dos países do golfo do Benim
Nº 4 – junho de 2018

Reúnem-se ingredientes de instabilidade

Espera-se para o ano de 2020 a próxima etapa eleitoral presidencial na Costa do Marfim. Ano temível e temido, tantas as incertezas do

que se joga.

Se o governo de Alassane Ouattara proclama aos quatro ventos dois dígitos de crescimento económico, os trabalhadores da Costa do Marfim continuam a ter dificuldade em chegar ao fim do mês, vivendo numa precariedade sem precedentes: as rendas de casa dispararam, obrigando as populações a viverem em abrigos precários que cedem à menor inundaçãõ (dezoito mortos em Abidjan no seguimento das chuvadas de junho de 2018).

A esperança de vida não passa dos 50 anos

Ao nível da saúde, as coisas não são melhores. Falta aos hospitais públicos o mínimo de plataformas técnicas. Em 2017, no CHU de Cocody, uma mãe morreu no parto por falta do mínimo de medicamentos de primeira necessidade. Como é seu hábito, o Estado tenta fazer de conta que não se passa nada. O director do hospital foi despedido, e o Estado cala as suas responsabilidades. Mesmo o terceiro CHU aberto este ano sofre de falta de material, apesar do chifrim na imprensa quando foi inaugurado. A carestia dos medicamentos obriga o marfinense a recorrer a “farmácias no chão”, ou pior ainda, aos pozinhos de numerosos charlatães. A esperança de vida não passa dos 50 anos. No mais, instalou-se uma verdadeira mercantilização do ensino, cujos grandes aproveitadores fazem parte da classe dirigente. O governo não soube, na verdade, responder ao forte crescimento demográfico, ao ponto que as infra-estruturas escolares ficaram amplamente insuficientes, obrigando as turmas a compreenderem 100 ou mesmo 120 alunos, quando o máximo dos máximos deviam ser 40 estudantes. Os professores primários, outrora formados em dois anos, são atirados para as salas de aula com apenas quatro meses de formação sumária, na melhor das hipóteses.

O povo marfinense não quer que a guerra volte

As lembranças da recente guerra civil continuam vivazes no espírito das massas populares e dos trabalhadores, pelo que, apesar da pauperização crescente, o povo marfinense se agarra com força à paz e ao não retorno da guerra.

Debruçando-se sobre a crise política que abala todos os partidos, particularmente os dois partidos do poder, o PDCI e o RDR, e a eventualidade do retorno de um regime de partido único, a contribuição salienta:

Os novos motins de soldados nos quartéis, devido às promessas por cumprir de Alassane Ouattara têm ritmado regular e violentamente a actualidade política da Costa do Marfim. Entretanto, Soro Guillaume, actual presidente da Assembleia Nacional, antigo chefe de guerra, mantém-se à espreita, constituindo, só por si, uma equaçãõ não negligenciável. Reúnem-se ingredientes de instabilidade. ●





Marrocos

308 anos de prisão para os militantes do HIRAK do Rife!

Apelo da redacção do jornal **Minbar Lichchighila (Tribuna dos Trabalhadores)**, 2 de julho de 2018

Num clima tenso, a câmara criminal de Casablanca anunciou, na noite de 27 de junho de 2018, o seu veredicto no caso dos dirigentes do HIRAK⁽⁴⁾ de Al Hoceima. São pronunciados mais de 308 anos de prisão firme acumulados contra os detidos, que passaram já oito meses na prisão em condições penosas:

- 20 anos de prisão firme para quatro dos militantes, nomeadamente N. Zefzafi;
- 15 anos para três dos militantes;
- 10 anos para sete dos militantes;
- 5 anos para dez;
- 3 anos para oito;
- 2 anos e uma multa de 5.000 dirham para dezanove detidos.

Quando o juiz abriu o caso, os advogados de defesa abandonaram a sala em protesto. Mais de 700 advogados se tinham apresentado, vindos de várias cidades do país. Os presos, que continuavam a sua greve da fome, também não compareceram. A reprovação é geral em todos os sectores da população, a começar pelos comités de apoio ao HIRAK nas cidades e aldeias do país. As famílias dos jovens militantes qualificaram o veredicto de “*verdadeiro massacre da justiça, que distribuiu mais de 300 anos de prisão firme a jovens cujo único crime foi reclamarem reivindicações cuja legitimidade era reconhecida, até pelas instituições oficiais.*”

A advogada de defesa B. Rouissi declarou numa manifestação do comité de apoio ao HIRAK, em Casablanca, que a sentença a tinha chocado, com a sua “*violência para com jovens inocentes... baseada, nomeadamente, em chamadas telefónicas e até em videos sem qualquer relação com o HIRAK, inclusivamente videos gravados muito antes da sublevação do Rife*”. Pela sua parte, o porta-voz do governo, Al Khalfi, declarou que “*o governo não pode interferir nas decisões da justiça... pois esta é independente do executivo*”.

Um vento de revolta abala o país

Um sentimento de revolta abala todos os sectores do país, trabalhadores, jovens, mulheres... que se sentiram humilhados por esta sentença criminosa. As declarações dos responsáveis governamentais mal escondem o medo de que esta maré de protestos inunde todo o país. Assim, várias cidades do país, do Norte ao Sul (Al Hoceima, Nador, M'diq, Larache, Mequenês, Khenifra, Tahla, Marrakech, Agadir, Tiznit, Beni Mellal, Rabat, Casablanca, etc.) viram manifestações populares imensas, várias delas reprimidas pelas forças da ordem. E esta tensão poderá ainda aumentar nos próximos dias, alimentada pela carestia, pela humilhação, pelo desemprego e pela repressão...

É urgente mobilizar pela libertação dos militantes do HIRAK!

O movimento operário, as organizações sindicais e todas as organizações políticas que se reclamam da democracia

têm uma tarefa urgente: mobilizar-se pela libertação dos militantes do HIRAK! Num país em que nos passam a vida a atirar com palavras de ordem vácuas como “*transição democrática*” e “*Estado de Direito*”, este acontecimento vem desvendar uma vez mais a verdadeira face do regime, o jugo que exerce contra as liberdades democráticas. “*O poder e o regime instalado empurram o povo para o inferno, sem garantias de salvação*”, considera M. Naji, sociólogo marroquino (*Akhbar AlYaum*, 28 de junho de 2018).

Abaixo o “massacre da justiça”! Abaixo a injustiça! Defesa incondicional das liberdades democráticas e operárias! Libertação imediata e sem condições dos jovens do HIRAK! ●



México

Transición

Boletim do Comité do CORQI-México, julho de 2018

A vontade popular impôs-se nas urnas!

López Obrador presidente: bateu o regime um tsunami de 32 milhões de votos

- **É necessário organizarmo-nos e intervirmos activamente para impor o mandato do 1º de julho,**
- **Construamos Comités Unitários para impor as reivindicações do povo trabalhador!**

Declaração dos militantes mexicanos da Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Andrés Manuel López Obrador [AMLO, como é conhecido] obteve mais de 53% dos votos, causando uma hecatombe ao caduco regime do PRI. López Obrador foi imposto por mais de 32 milhões de votos e, segundo os resultados do escrutínio preliminar, a coligação “*Juntos Faremos História*”, encabeçada pelo MORENA⁽⁵⁾, obteve a maioria nas câmaras de deputados e senadores. O PAN e o PRI sofreram uma derrota histórica. Mesmo nos seus bastiões eleitorais, foram varridos por uma onda de saturação com a corrupção, a impunidade, a violência e, principalmente, a política levada a cabo durante mais de 30 anos, favorecedora da pilhagem, da perda de direitos e das riquezas, das empresas públicas, de subordinação aos tratados comerciais e organismos financeiros internacionais, em resumo: a perda da soberania nacional.

Os resultados não deixam mentir: em estados tradicionalmente “*PRIistas*” como o Estado do México, Yucatán, Veracruz e Oaxaca, eles perderam por quase 30 pontos; a votação nos estados “*PANistas*”, especialmente no Norte, registou uma proporção de quase 3 para 1. Exemplos disso são a Baixa Califórnia, onde o PAN perdeu os oito distritos e o lugar no senado, e Sonora, onde só ganhou um em vinte e sete distritos. O resto dos partidos do regime está entre a vida e a morte, roçando o limite da perda do registo, casos do PANAL, do Verde, do Movimiento Ciudadano e até do próprio Encuentro Social (partido ultraconservador que se pendurou em López >>>

(4) O HIRAK (movimento popular) começou na região do Rife (cidades de Al Hoceima e Nador) em outubro de 2016 como protesto popular contra a injustiça e a miséria.

(5) Partido de López Obrador.

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>>Obrador, não tendo recebido o volume de votos necessário).

O PRD, apesar do voto corporativo, perdeu a Cidade do México, Tabasco, Morelos... ficando em quinta força política do país, é a sua falência que se regista no meio de um processo de profunda decomposição. A estes dados há que acrescentar que a taxa de participação foi a mais alta da história recente do país, com aproximadamente 70% de votantes.

O pronto reconhecimento do triunfo de AMLO por parte do PRI, PAN e governos imperialistas ficou-se a dever ao medo de detonar um processo revolucionário no país (reflectido na frase que se tornou popular: “soltar o tigre”), que teria eclodido se se quisesse impor uma nova fraude. Ainda assim, a jornada eleitoral não esteve livre de violências, transporte de eleitores, compra de votos — só que este tsunami era impossível de parar, e a maquinaria do PRI-PAN não chegou.

O triunfo de AMLO modifica, do mesmo passo, o panorama em toda a região. Os governos dos países sul-americanos, como a Venezuela e a Bolívia, saudaram favoravelmente os resultados, e López Obrador prometeu que a política externa da nação mudaria e se basearia nos princípios do respeito pela soberania dos povos e da não ingerência.

Mesmo assim, os de cima, “a mafia do poder” e, por trás deles, o imperialismo farão todos os possíveis por travar esta onda. O pronto reconhecimento e comunicação de Trump com AMLO fez-se para atar as mãos ao próximo governo. O próprio AMLO teve, no seu discurso, de dar sinais para tranquilizar “os mercados”, prometendo garantias de respeitar os “compromissos adquiridos” e que haveria “liberdade para os empresários”, dizendo que não haveria “expropriações nem confiscações” e que “tudo seria conduzido pelas vias legais”, “chegando, inclusive, aos tribunais internacionais”..

Qual o significado do voto massivo?

A responsabilidade de López Obrador e da sua organização política é agora enorme; o povo do México, especialmente os jovens e as mulheres (que votaram maioritariamente por AMLO) e os trabalhadores do campo e da cidade deram-lhe um mandato: acabar com este modelo económico de subordinação ao grande capital e aos organismos financeiros internacionais. É incontestável que a maioria do povo e a nação disseram: Fim ao saque imperialista!

O povo e a nação disseram que as contra-reformas devem ser revogadas, especialmente a reforma energética, educativa e laboral. Foi isto que se manifestou profundamente através do voto.

A força dos sectores populares ficou, ainda por cima, indubitavelmente demonstrada num terreno que lhes é desfavorável: o das eleições burguesas. Mostrando o peso que têm na sociedade, passados poucos dias da jornada eleitoral os trabalhadores ainda permanecem preocupados e na expectativa dos passos que López Obrador e o próximo governo darão. Porém, como trabalhadores, não podemos ficar à espera que as coisas mudem por magia; a verdadeira democracia implica a participação de todos na condução e tomada de decisões, não acaba ao entregar um boletim de voto. Hoje, mais do que nunca, será necessária a mobilização das massas para impor ao governo, à oligarquia, à “mafia”, as mudanças que a nação reclama.

Quem, senão os trabalhadores, a sua juventude e as mulheres poderão organizar a luta para recuperar a nossa electricidade, o nosso petróleo, a nossa água? Podemos esperar que os políticos burgueses que apoiaram de maneira oportunista AMLO impulsionem essas mudanças? Ao obter a maioria no congresso, não pode haver pretextos de nenhum tipo para não começar logo no primeiro dia a desmantelar este regime; actuar de outra maneira seria voltar costas à vontade popular e à democracia.

Sabemos que a profunda mudança a que aspiram o povo e a nação não se poderá dar de um dia para o outro.

Dizemos, porém, o seguinte: há reivindicações imediatas que têm de ser cumpridas, se devesse se quer esta Transformação da República. O primeiro passo a dar é recuperar as nossas riquezas, pilares para o desenvolvimento de uma nação independente, e a primeira reivindicação a cumprir tem de ser a recuperação (repossessão-nacionalização-expropriação) da PEMEX, da CFE, das minas, da água (bacias lacustres), o que passa por anular os contratos assinados pelos últimos governos para favorecer a sua privatização. Outro passo necessário é a revogação das contra-reformas, a do ensino e a da legislação laboral.

Estas medidas constituiriam um passo em frente na defesa do povo e da nação — um passo importante de ruptura com o imperialismo americano, com a administração de Trump e com o NAFTA. Estamos seguros de que, ao tomar estas medidas, a maioria do povo do México as apoiará, tal como sucedeu em 1938 quando se deu a expropriação do petróleo.

Hoje, mais do que nunca, é necessária a independência de classe

A democracia, para ser tal, implica reconhecer os interesses opostos na sociedade, reconhecer, portanto, a luta de classes, o direito dos trabalhadores a organizarem-se colectiva e politicamente na procura dos seus interesses.

Nós, trabalhadores, não podemos cair na ilusão de que se pode governar para todos, sem prejuízo para os de baixo. Para impor a mudança, é necessário estarmos organizados e termos claramente identificado quem são os nossos adversários e quem os nossos aliados.

Como mencionámos mais acima, o imperialismo e seus sequazes no nosso país farão todos os possíveis por impedir o mínimo avanço; por isso precisamos de estar organizados e mobilizados. Como admitiu López Obrador no seu discurso no Zócalo, este resultado eleitoral é consequência da mobilização popular que desde há décadas se tem desenvolvido no país: dos movimentos contra o autoritarismo e pela democracia, das mobilizações contra as privatizações da saúde, da educação, da electricidade, do petróleo, das greves por melhores condições de trabalho e de salário, dos movimentos contra as fraudes de 1988 e 2006, das lutas contra os desaparecimentos forçados e os feminicídios, pela terra, pela democracia sindical, etc.

A chave para lograr a transformação é não deixarmos de nos mobilizarmos de maneira independente, sem cair em ilusões, confiando em que a força das massas e a sua organização é a maior ferramenta para a mudança. López Obrador chegou ao governo, é bem certo, o regime levou um golpe, mas isso não significa que o povo do México tenha o poder em mãos.

Para consegui-lo, é necessário aproveitar esta conjuntura histórica, este golpe profundo que o regime sofreu, para formar as nossas organizações de classe, sindicatos independentes e democráticos, e o mais importante, um Partido dos Trabalhadores, que reflita claramente os nossos interesses e participe como protagonista na Transformação da República.

Como avançar com o mandato do 1º de julho?

Enquanto CORQI do México, consideramos indispensável não dissolver este gigantesco tsunami que se manifestou pela via eleitoral; é necessário canalizar a sua força para a organização, activa e interventiva. Por isso, propomos ao povo do México a criação de Comitês Unitários Pelo Respeito do Mandato do 1º de Julho.

Comitês Unitários, germes de organização, que podem tomar diversas formas de organização ou nomes, para, no essencial, discutir e articular democraticamente as formas para avançar com a realização do mandato do 1º de julho, no que o primeiro passo, consideramos nós, é a recuperação das nossas riquezas naturais.

Comitês Unitários onde se possa integrar qualquer mexicano, independentemente da sua filiação política ou religiosa, para intervir em comum num quadro unitário.

Comitês Unitários que recolham as reivindicações dos povos, das comunidades, dos jovens, estudantes, indígenas, mulheres e trabalhadores e exijam o seu cumprimento.

Comitês Unitários que façam face à oligarquia e ao imperialismo, organizem o povo para conseguir derrubar as contra-reformas e recuperar a nossa riqueza, a defesa da nossa soberania. Comitês Unitários que sejam o germe de uma força social de massas que imponha os interesses da nação, apoiando todas as medidas progressistas que sirvam para cumprir o mandato do 1º de julho: resgatar a nossa soberania e os nossos direitos.

Junta-te ao CORQI para lutar por um governo dos trabalhadores

Manifestamos que nós, militantes mexicanos do CORQI, não apelámos a votar López Obrador, ao vermos que, na sua plataforma de campanha e programa, redigidos por empresários, não se recolhiam claramente as reivindicações por que os trabalhadores da nossa nação têm lutado, representando um recuo das posições que ele defendera no passado. Compreendemos, contudo, que os milhões que iam votar nele o fariam num anseio de mudança que ultrapassava o próprio programa eleitoral da coligação. Por isso, antes da jornada eleitoral, através de uma carta a López Obrador assinada por centenas de trabalhadores e jovens, apelámos à formação de Comitês de Defesa da Vontade Popular e da Democracia.

Em igualdade de condições com militantes do MORENA, simpatizantes e votantes de AMLO, participámos na defesa da votação e pusemos as nossas modestas forças ao serviço da derrota do sistema PRI-PAN.

Na Carta a López Obrador, propusemos uma plataforma de recuperação dos direitos e da soberania, afirmámos que, para conseguir a Quarta Transformação da República, era necessário apostar no protagonismo das massas, na sua

organização política e sindical independente, propusemos a convocação de um Congresso Constituinte e Soberano que varra as leis antinacionais, anti-operárias e antipopulares. Mantemos firmemente esta posição, mas estamos dispostos a trabalhar, sem condições prévias, ombro a ombro com quem esteja disposto a dar passos em frente na organização e na luta.

Estamos dispostos a acompanhar e apoiar todas as acções que avancem para a revogação das contra-reformas, a recuperação dos nossos direitos, recursos e soberania. Sem deixarmos, porém, de ter consciência de que a verdadeira transformação só se conseguirá com um governo dos trabalhadores; por isso, pomos mãos à obra na construção da Nova Central dos Trabalhadores, como instrumento sindical democrático e de luta da nossa classe, e por um verdadeiro Partido dos Trabalhadores, cujo germe nos parece actualmente estar na Organização Política do Povo e dos Trabalhadores (OPT), em que participamos.

Convidamos os trabalhadores e jovens a discutirem o nosso programa, as nossas propostas e a juntarem-se ao CORQI do México. O nosso país viverá uma nova etapa e, nela, nós, trabalhadores temos que ser os protagonistas, porque estamos convencidos de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

2 de julho de 2018

Togo

Le Bulletin du Golfe

Editado por militantes trotskistas (CORQI)

dos países do golfo do Benim

Nº 4 – junho de 2018

Sob a ditadura, os acidentes de trabalho passaram a ser regra

Há alguns anos que se têm multiplicado os acidentes nas empresas do Togo, matando e mutilando muitos operários. Mas o governo nada faz para remediar a situação.

No dia 27 de maio último, um operário da Société nouvelle des phosphates du Togo (SNPT) perdeu a vida. Foi vitimado por um abatimento de fosfatos. No dia 3 de junho, ainda na SNPT, um operário caiu de uma plataforma no momento em que se abriam os vagões. Embora a sua vida não corra perigo, ele irá viver com as sequelas. No dia 30 de junho de 2015, produzira-se em Tabligbo (a 60km de Lomé) uma tragédia na fábrica da WACEM, a companhia produtora de cimento, ao explodir uma cuba de combustível perto da qual operários efectuavam trabalhos de soldadura. Balanço: 6 mortos. Uma semana antes, na mesma fábrica, registara-se um acidente mortal.

Também em 2015, uma semana após este acidente em Tabligbo, deplora-se, desta vez em Hahotoé, célebre sítio mineiro da SNPT, a morte de operários no exercício das

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

suas funções. Uma colisão entre um bulldozer avariado e uma furgoneta fez um morto e oito feridos, três graves. No Togo, são regularmente assinalados vários casos de morte e mutilação de operários operadores de máquinas, em condições de notória insegurança.

Estas tragédias devem-se:

- à vetustez das máquinas,
- à não aplicação das normas de segurança,
- à contratação de operários ditos ocasionais, mal pagos, não declarados à Caixa Nacional de Segurança Social em lugar de trabalhadores abrangidos por contratos colectivos.
- ao não fornecimento aos trabalhadores de equipamentos de segurança que os possam proteger em caso de acidente.

As leis existem. Só que as empresas não as aplicam e o Estado não diz nada. Quando se dá uma destas tragédias, não há inquérito. Os dirigentes das empresas não têm por que se preocupar. Entre os seus accionistas, há gente que ocupa as cúpulas do aparelho de Estado. Além de que, sendo o regime uma ditadura, nenhuma queixa apresentada seja a que jurisdição for conseguirá seja o que for. É uma situação que deixa os trabalhadores e suas famílias totalmente desprovidos de defesa. As confederações sindicais, que se contentam em organizar essencialmente os trabalhadores da função pública, poucos esforços envidam para se implantarem no coração da classe operária: os trabalhadores das minas e fábricas.

Assim o acidente de trabalho passou, sob a ditadura, de acontecimento excepcional a norma vigente. ●

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assina!

Assino A Internacional - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

A Internacional

publica-se em versões inglesa, portuguesa, alemã, espanhola, francesa e árabe



